

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

CLEONICE SILVEIRA ROCHA

POR QUE ELES ABANDONAM? EVASÃO DE BOLSISTAS PROUNI DOS CURSOS
DE LICENCIATURAS

SÃO LEOPOLDO

2015

Cleonice Silveira Rocha

POR QUE ELES ABANDONAM? EVASÃO DE BOLSISTAS PROUNI DOS CURSOS
DE LICENCIATURAS

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
Educação, pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Dra. Flávia Obino Corrêa
Werle

São Leopoldo

2015

R672p Rocha, Cleonice Silveira
Por que eles abandonam? evasão de bolsistas PROUNI dos
cursos de licenciaturas / Cleonice Silveira Rocha. -- 2015.
131 f. ; 30cm.

Tese (Doutorado em Educação) -- Universidade do Vale do
Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São
Leopoldo, RS, 2015.
Orientadora: Profa. Dra. Flávia Obino Corrêa Werle.

1. Ensino superior - Evasão. 2. Ensino superior - Licenciatura -
Evasão. 3. ProUni. I. Título. II. Werle, Flávia Obino Corrêa
CDU 378.141

CLEONICE SILVEIRA ROCHA

POR QUE ELES ABANDONAM? EVASÃO DE BOLSISTAS PROUNI DOS CURSOS
DE LICENCIATURAS

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
educação, pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos –UNISINOS

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Flávia Obino Corrêa Werle (Orientadora, UNISINOS)

Profa.Dra.Mari Margarete dos Santos Forster (UNISINOS)

Profa. Dra. Maria Isabel da Cunha (UNISINOS)

Profa. Dra. Maria Lourdes Gisi (PUCPR)

Profa. Dra. Gleny Teresinha Guimarães (PUCRS)

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese de doutorado é resultado da contribuição e do esforço de muitas pessoas que fizeram parte da minha formação e merecerem aqui o reconhecimento.

Começo a agradecendo à orientadora professora Dra. Flávia Obino Corrêa Werle pela presença e coerência pedagógica do ser e saber, provocadores das construções feitas e de novos sonhos e projetos.

Aos professores arguidores deste trabalho: Dra. Maria Isabel da Cunha, Dra. Gleny Teresinha Guimarães, Dra. Maria Lourdes Gisi e Dra. Mari Margarete dos Santos Forster pelas preciosas e profundas contribuições, revelando o compromisso com a produção coletiva do conhecimento.

A Professora Dra Marília Costa Morisini pela sua participação na minha qualificação e a sua rica contribuição para a minha tese.

À Universidade do Vale do Rio Sinos (Unisinos), por ter viabilizado a realização deste projeto.

Aos sujeitos da pesquisa, ex-alunos bolsistas e coordenadores das licenciaturas pela disponibilidade de sua participação.

Aos meus colegas de trabalho do Núcleo de Assistência Estudantil (NAE): Angélica, Adriana, Carmen, César, Gislaine, Guilherme, Natache, Ricardo e Salete que foram meus parceiros nesta caminhada.

Aos meus colegas Maurício Bonzonini e Claci por terem me auxiliado no acesso aos dados da Universidade.

À Rosângela Fritsch, amiga que me acompanha há muitos anos na minha caminhada profissional e pessoal.

À Cidinha, minha amiga que também acreditou neste projeto.

À Carmen Copetti, minha gerente e amiga pela sua compreensão comigo durante a construção da tese.

Aos meus amigos Fátima, Ana, Luis, Maria e Gabriel, que juntos construíram este sonho comigo.

Por fim, aos meus pais Breno e Percina, que sempre me incentivaram nos estudos.

RESUMO

A educação superior no país está em um momento de expansão, caracterizada pelo aumento do número de instituições, de matrículas, bem como de criação de novos cursos. Para ampliar o acesso à educação superior para jovens oriundos da rede pública do ensino médio, o governo brasileiro criou o Programa Universidade para Todos (ProUni). Nos cursos de licenciatura, objeto de estudo desta tese, verifica-se o abandono dos estudantes, até mesmo para os que recebiam a bolsa através deste programa. O tema desta investigação é a evasão dos alunos prounistas nos cursos de licenciatura em uma instituição de educação superior privada. O objetivo geral consiste em identificar e analisar as causas/os motivos que levam os alunos prounistas dos cursos de licenciatura a se evadirem. A pesquisa é de cunho qualitativo utilizando, no seu caminho metodológico de coleta de dados, entrevistas e análise documental, em que os dados receberam um tratamento de análise de conteúdo. A pesquisa de campo envolveu os alunos bolsistas evadidos, coordenadores dos cursos e a gerente das licenciaturas e documentos institucionais. Tendo como período de corte os semestres 2013/1, 2013/2 e 2014/1, 2014/2, o total de participantes foram 18 sujeitos, sendo 8 alunos evadidos, 9 coordenadores de curso e um gerente. Como resultado, foi possível identificar que as causas/os motivos que levam os alunos ao abandono de seus cursos relacionam-se principalmente, com questões econômico-financeiras, dificuldades de aprendizagem, dificuldade de conciliar os estudos com o emprego e a família bem como se relacionam com a questão da valorização docente. Os alunos evadidos manifestaram interesse em retornar os seus estudos no curso de licenciatura. Fica evidenciado que a evasão nas licenciaturas relaciona-se com diferentes fatores. O estudo se torna relevante na medida em que realiza a escuta com alunos evadidos, sente suas realidades, percebe os seus sentimentos, as suas angústias, contribuindo para a pesquisa e também indicando ações de prevenção e redução da evasão. A escuta dos coordenadores dos diferentes cursos de licenciatura da Universidade também foi relevante para que a instituição pudesse discutir a temática da evasão com os seus coordenadores. Com certeza, a pesquisa oportunizará a realização de novas ações de prevenção à evasão.

Palavras-chave: Evasão. Licenciatura. ProUni.

ABSTRACT

Higher education has been expanding in the country characterized by an increased number of institutions, registration rates, as well as the creation of new academic courses. To provide further access to higher education, the Brazilian government created the program named *University for All (ProUni)*, aimed at young people from state high schools. Concerning teacher training programs, which is the object of this dissertation, the dropping out level is high including those who received the ProUni scholarship. The theme of this research is the dropping out of ProUni students in teacher training courses in a private university in the South of Brazil. Our general objective is to identify and analyze the causes/reasons ProUni students from these undergraduate courses drop out. We present the context of the current scenario of higher education and the theoretical background about dropping out. We discuss public policies concepts about dropping out in the educational area. It is a qualitative research which utilizing methods such as interviews and documental analysis. Also, we used content analysis for the data collected. The participants of the field research were the students who dropped out, course coordinators, the teacher training course's manager, and institutional documentation. The cohort period was the first and second semester of 2013 and 2014, the total of participants were 18, eight dropping out students, eight course coordinators and a manager. As a result, we found that the causes that led students to abandon their courses are related mainly to economic and financial reasons, learning difficulties, the difficulty of managing studies, work, and family and finally undervalue of education. These students who dropped out expressed interest in returning to the university and their courses. It is clear that dropping out in such courses is related different factors. The present study becomes relevant as it listens to these dropped-out students, feels their realities, realizes their feelings and anguish, contributing to researches on the field and indicating preventive and reductive options to dropping out. Listening to the coordinators of those different teacher training programs was also relevant so that the institution could discuss the topic of dropping out with them. Surely this research is going to make possible other preventive actions to dropping out.

Keywords: Educational drop out. Teacher training courses. ProUni.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de alunos matriculados nas instituições Públicas e Privadas no Brasil	24
Gráfico 2 – Evolução da matrícula na educação superior de graduação por grau acadêmico de 2003-2013	25
Gráfico 3 – Número de matrículas nos cursos de licenciaturas em IES Públicas e Privadas no período de 2003-2013	27
Gráfico 4 – Evolução das bolsas ProUni integrais e parciais	45
Gráfico 5 – Número de Prof. da Educação Básica do Brasil com bolsa PoUnil	46
Gráfico 6 – Número de alunos evadidos por curso no período de 2013/1 a 2014/2 .	76
Gráfico 7 – Evasão Institucional período de 2013/2 a 2014/2	85
Gráfico 8 – Índice de evasão geral das licenciaturas	86
Gráfico 9 – Índice de evasão dos alunos Prounistas nas Licenciaturas	87

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Licenciatura no Brasil – Evolução do número de ingressantes e concluintes no período de (2009–2013)	28
Tabela 2 – Perfil dos coordenadores dos cursos de licenciatura	90
Tabela 3 – Perfil dos alunos entrevistados.....	99
Quadro 1 – Número do retorno das entrevistas dos Alunos Evadidos.....	75
Quadro 2 – Número de alunos com Bolsa ProUni Integrais e parciais nas licenciaturas – Unisinos 2014/2.....	83

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ASAV	Associação Antônio Vieira
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONSUN	Conselho Universitário
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIEA	Programa de Inclusão Educacional e Acadêmica
PNE	Plano Nacional de Educação
ProUni	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RSU-Ausjal	Sistema de avaliação da Responsabilidade Social Universitária
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SISPROUNI	Sistema ProUni
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 VINCULAÇÃO DO TEMA COM A TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL.....	15
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.3 OBJETIVOS	18
1.3.1 Objetivo Geral	18
1.3.2 Objetivos Específicos	18
1.4 JUSTIFICATIVA	19
2 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	21
2.1 CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	21
2.2 POLÍTICAS PÚB. EDUCACIONAIS PARA A EDU. SUPERIOR.....	32
2.2.1 Contextualizações sobre a Política Pública	32
2.2.2 Ações Afirmativas	38
2.3 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI: UMA PROPOSTA DE ACESSO E PERMANÊNCIA.....	41
3 REVISÃO DA LITERATURA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA TESE	49
3.1 CONCEITUANDO A EVASÃO	50
3.2 A EVASÃO NAS LICENCIATURAS	53
3.3 FORMAÇÃO DO PROFESSOR.....	63
4 CAMINHOS DA PESQUISA	68
4.1 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA	69
4.2 INTERLOCUTORES DA PESQUISA	71
4.2.1 Entrevistas com os Sujeitos da Pesquisa	71
4.3 FASES DA PESQUISA	72
4.3.1 Primeira Fase	72
4.3.2 Descrição da Segunda Fase	73
4.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS	77
4.5 UNIDADE DA ANÁLISE: UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS).....	78
4.5.1 Licenciaturas na Unisinos	80
5 CONHECENDO A ANÁLISE DOS RESULTADOS	89
5.1 PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	89

5.1.1 Perfil dos Sujeitos Entrevistados: Coordenadores dos Cursos de Licenciatura	90
5.2 CATEGORIZAÇÃO OU CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES EM CATEGORIAS	91
5.2.1 Categoria: Acompanhamento da Evasão	91
5.2.2 Categoria: Conhecimento do Aluno Prounista	92
5.2.3 Categoria: Prática de Prevenção da Evasão	94
5.2.4 Categoria: Ações de Permanência	95
5.2.5 Categoria: Causas da Evasão	96
5.2.6 Categoria: Programa ProUni	97
5.3 ACHADOS DA PESQUISA COM OS ALUNOS EVADIDOS	98
5.3.1 Perfil dos Sujeitos Entrevistados: Alunos Evadidos	99
5.3.1.1 Categoria: Vida Acadêmica	100
5.3.1.2 Categoria: Causa de Evasão.....	102
5.3.1.3 Categoria: Programa ProUni	105
5.3.1.4 Categoria: Hábitos Culturais.....	107
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA ENTENDIMENTO DA EVASÃO E CAMINHOS FUTUROS DE PESQUISA	110
6.1 SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS	115
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista com Alunos Evadidos	127
APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista com os Coordenadores de Curso e/ou Professor	129
APÊNDICE C – Termo de Consentimento	130
APÊNDICE D – Termo de Autorização da Instituição	131

1 INTRODUÇÃO

A educação superior no país passou por um acentuado crescimento quantitativo nas últimas três décadas, caracterizado pelo aumento do número de instituições, de matrículas, de cursos e de funções docentes. Este crescimento vem ocorrendo a partir de políticas de diversificação e diferenciação institucional bem como de criação de novos cursos em instituições privadas. No entanto, o grande desafio a ser enfrentado pela educação superior é a garantia e a permanência dos alunos, principalmente através de expansão da atuação de uma política pública e apoio aos estudantes carentes, tendo como alvo o conjunto do sistema e não apenas parte dele, e garantindo a qualidade na educação.

A educação com qualidade social e a democratização da gestão implicam a garantia do direito à educação para todos, por meio de políticas públicas, materializadas em programas e ações articuladas, com acompanhamento e avaliação da sociedade, tendo em vista a melhoria dos processos de organização e gestão dos sistemas e das instituições educativas. Implicam ainda, processos de avaliação capazes de assegurar a construção da qualidade social inerente ao processo educativo, de modo a favorecer o desenvolvimento e a apreensão de saberes científicos, artísticos, tecnológicos, sociais e históricos, compreendendo as necessidades do mundo do trabalho, os elementos materiais e a subjetividade humana. (ASSUMPÇÃO, 2010, p. 233-234).

A expansão da educação superior é uma questão preocupante em seus desdobramentos educacionais, sociais e econômicos. A partir do Censo 2010 é possível perceber que o ensino superior brasileiro está em crescimento nas últimas décadas e que ele está incluído numa nova lógica e numa nova orientação política diferente da exercida durante o período da ditadura militar. Após este período evidenciaram-se concepções sobre a necessidade de uma nova reforma universitária.

No Brasil, buscando-se possibilitar o estudo e o acesso ao ensino aos brasileiros de baixa renda, ex-alunos da rede pública do ensino médio ou de bolsistas integrais das escolas particulares, foi criado em 2004 o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oportuniza o acesso ao estudante, com este perfil nas universidades privadas. Além das ações afirmativas, também consta como prioridade a formação de professores de ensino básico da rede

pública com a intenção na qualificação do magistério. O ProUni é considerado um avanço para a sociedade, para aqueles que não têm o acesso à educação superior, mas que também têm o direito, como os demais cidadãos, de ter a oportunidade de cursar uma faculdade.

O ProUni garante o acesso, mas não está garantindo a permanência e a conclusão dos seus estudos. Os estudantes prounistas são oriundos do ensino público, e muitos destes apresentam necessidades específicas que precisam ser supridas para que tenham condições básicas de concluir o curso escolhido. Sendo assim as dificuldades socioeconômicas podem interferir no processo de ensino e aprendizagem, e com isso também influenciando na trajetória acadêmica dos estudantes. É necessário que o aluno disponha de condições mínimas para a sobrevivência, tais como moradia, alimentação e transporte.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura, no período de seis anos e meio, 229.068 bolsistas tiveram o benefício encerrado devido a uma série de motivos, entre eles: a aprovação em vestibulares de instituições públicas ou transferência para outros cursos. Do total de estudantes que tiveram a bolsa encerrada, 126.562 estudantes prosseguem com matrículas ativas no ensino superior, segundo dados preliminares do censo 2010. Os demais 102.506 bolsistas que abandonaram a educação superior representam 11,5% do total de bolsas já concedidas a mais quatro milhões de jovens. (MEC, 2011). Estes números mostram, portanto, que, mesmo com a bolsa, existe um percentual de estudantes que abandonam o curso.

Segundo Ristoff (1999), a evasão é um fenômeno complexo e que está associado à satisfação de expectativas de pessoas, e esta, por sua vez, a fatores e variáveis objetiva e subjetiva, ou seja, a evasão é reflexo de múltiplas causas que precisam ser compreendidas no contexto socioeconômico, político e cultural e de inadequações do sistema educacional. Ela está relacionada com a perda de alunos que iniciam, mas não concluem seus cursos e configura-se como desperdício social, acadêmico e econômico, sendo um dos problemas que afligem as instituições de ensino superior em geral. A evasão caracteriza-se por ser um processo de exclusão determinado por fatores e variáveis internos e externos às instituições de ensino superior (IES). Sob a perspectiva de um

fenômeno institucional, pode ser reflexo de uma política incipiente de permanência do aluno.

Para Fialho (2008), no Brasil são poucas as IES que possuem programa de combate à evasão, com planejamento, acompanhado de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas. O mesmo autor afirma que a evasão deve ser uma preocupação de todos nas IES: desde coordenadores de curso, professores, serviços de apoio ao estudante até o corpo diretivo. Além disso, o autor acredita que estas ações diminuiriam os índices de evasão de jovens universitários da faixa etária de 18 a 24 anos nestas condições.

Dentro do processo educacional existe uma preocupação com o fenômeno da evasão. Muitos fatores contribuem para a concretização deste fato. Pesquisadores apontam a evasão como um dos principais problemas do sistema educacional brasileiro. Biazus (2004) destaca a importância de se verificar e levantar razões motivadoras da evasão, no intuito de minimizar o número dos alunos que abandonam o ensino médio e superior. A educação superior tem apresentado índices elevados de evasão em seus cursos de graduação. Este processo é percebido tanto em instituições de âmbito público quanto particular, e muitos fatores contribuem para a concretização deste fato.

De acordo com Vitelli (2013), a evasão restrita ao curso de graduação, quando o estudante passa para outra instituição, não o constitui como evadido do sistema, mas do curso da instituição pesquisada. Por outro lado, é importante dizer que, quando o aluno se transfere de um curso para outro dentro da mesma instituição de ensino superior, ele não é considerado como evadido da instituição, mas sim como aluno evadido do curso de origem.

Como já mencionado anteriormente, a evasão relaciona-se com a perda de alunos que iniciam, mas que não concluem seus cursos e configura-se como desperdício social, acadêmico e econômico. Acredito que o tema evasão na educação superior ainda merece ser estudado, em função de se constituir como um campo profícuo de pesquisas, ainda com poucas sistematizações e de grande relevância. É importante que se priorize também a compreensão das questões de ordem acadêmica, como as expectativas do aluno em relação ao curso ou à instituição que podem encorajá-lo ou desestimulá-lo a priorizar a conclusão de sua graduação.

Diante desse contexto, entendo que existe uma relevância social que está associada à temática, pois se trata de estudar um fenômeno complexo associado a múltiplos fatores, principalmente nos cursos das licenciaturas. Mesmo o ProUni oportunizando o acesso a educação superior, ainda é insuficiente, exigindo outras ações oriundas de políticas públicas que, de fato, estimulem a permanência e a conclusão do curso do aluno bolsista.

De acordo com Sena (2011), o ProUni tem sido objeto de discussões acadêmicas; entretanto, ainda há uma falta de estudos que investiguem a permanência e a conclusão no curso superior, para os estudantes que conseguiram ultrapassar as barreiras do acesso.

Nesta pesquisa interessa prioritariamente estudar as causas/os motivos que levam os estudantes prounistas se evadirem de seus cursos de licenciatura. O contexto deste estudo se dá na educação superior mais especificamente, discutindo a permanência e efetividade das políticas públicas de acesso e permanência dos alunos bolsistas dos cursos de licenciaturas.

Dessa forma, apresento algumas questões norteadoras para a investigação:

- a) Qual o perfil dos estudantes que escolhem cursar licenciatura?
- b) De que forma se organizam para realizar o seu curso de licenciatura?
- c) Existem diferenças nos índices de evasão entre os cursos de licenciaturas pesquisadas?
- d) Quais as causas de evasão dos alunos bolsistas ProUni nas licenciaturas?
- e) De que forma o coordenador acompanha a evasão dos prounistas de seu curso.

1.1 VINCULAÇÃO DO TEMA COM A TRAJETÓRIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Este momento é de grande importância, pois me leva a refletir sobre a minha trajetória profissional, que se iniciou na Unisinos em 1992 na qualidade

de estagiária de curso Serviço Social, no setor de Serviços Sociais da instituição, ocasião em que também era aluna do curso de Serviço Social da universidade. No decorrer do ano de 1993 realizei a minha formatura e concomitante a esta fui convidada para ser efetivada como Assistente Social.

Como desafio daquela época foi em conjunto com a coordenação a reestruturação do Setor de Serviços Sociais, sendo que nesta época eram poucos os serviços e benefícios que a Unisinos oferecia para os professores e funcionários. Neste período também participava da comissão de concessão de Créditos Educativo para os alunos da universidade, pois ainda não existia o Serviço de Atenção ao Acadêmico. Na minha trajetória como Assistente Social na área de Recursos Humanos tive a oportunidade de participar da elaboração e execução de muitos projetos. Tais como; o Programa Vida Livre, que tem como objetivo orientar e encaminhar os professores, funcionários e alunos quanto ao uso de substâncias psicoativas; Grupo de Gestante, Oficina da Voz, Invista em seu travesseiro é um curso de Educação financeira; e o Grupo de Acessibilidade da Unisinos, que trata em especial da inclusão de Pessoas com Deficiência, hoje consolidado pelo comitê da Acessibilidade da Universidade.

No ano de 1995 realizei a especialização em Gestão de Pessoas na Unisinos, pois entendia neste período que precisava novos aprendizados para o desenvolvimento das atividades nas quais estava envolvida. Na busca por outros desafios fui buscar novos conhecimentos no Mestrado, a escolha pelo Mestrado Profissional em Engenharia de Produção com Ênfase em Ergonomia, aconteceu no ano de 2000, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quando estava procurando algo que desse suporte teórico para a minha prática, até então relacionada com a saúde do trabalhador. A minha pesquisa foi realizada na Unisinos com a equipe de Higiene e Conservação na época, vinculada à universidade. No final do meu mestrado tive a oportunidade de elaborar o Projeto Sistema de Gestão Ergonômica da Unisinos, cujo objetivo é oportunizar uma melhor organização do trabalho.

A minha inserção na docência aconteceu no ano de 2006 no curso de Serviço Social como professora assistente I, ministrando a atividade acadêmica de Ética Profissional. Nesse momento me senti muito feliz por iniciar minha carreira docente e por ser até hoje a única professora do curso de Serviço Social

formada no Curso de Serviço Social da Unisinos. Também tive a oportunidade de participar do processo de reconfiguração de um “novo” Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso de Serviço Social no ano de 2006, que teve sua implantação em 2007. No ano de 2009 fui convidada pelo curso de Administração e Tecnólogo de Recursos da Unisinos para fazer parte do corpo docente daquela área. Nesta área ministro atualmente as atividades acadêmicas Projeto Social I e Responsabilidade Social. Elaborei o projeto do Curso de Especialização da Gestão do Social, do qual sou uma das coordenadoras.

O ano de 2009 foi um período de muitas inquietações. Como técnica Assistente Social do setor de Serviços Sociais, eu não estava mais me sentindo desafiada, estava querendo novos desafios, coisas novas. Então busquei outros desafios. Foi aí que me convidaram para compor a equipe de trabalho da nova Gerência de Atenção ao Aluno, como líder do Núcleo de Assistência ao Aluno, Ouvidoria e o Núcleo de Estudos e Prevenção da Evasão. O Núcleo de Estudos e Prevenção da Evasão foi instituído com o objetivo de avaliar e acompanhar a evasão nos cursos de graduação da Unisinos. A minha inserção no grupo com os estudos da evasão se iniciou no ano de 2009. Sendo que quinzenalmente há reuniões deste núcleo, existe um trabalho direto com os professores conselheiros. O Projeto Professor Conselheiro foi implementado no ano de 2010 como projeto-piloto, sendo função do professor conselheiro acolher e orientar os alunos como forma de reduzir os percentuais de evasão nos cursos de graduação da Unisinos (Administração e Direito) e atuar na prevenção nos cursos da Engenharia de Energia, Engenharia Ambiental e Engenharia de Controle e Automação. Também tive a oportunidade de apresentar um artigo sobre a evasão do Curso de Serviço Social, no Congresso Brasileiro de Serviço Social no ano de 2010. Em minha experiência profissional, especificamente no Núcleo de Assistência Estudantil, tenho tido a oportunidade de conviver no dia a dia com a realidade dos estudantes, onde muitas vezes realizo atendimento com alunos que buscam ajuda para continuar seus estudos, seja ajuda econômica, de aprendizagem ou social.

É a partir deste novo momento da minha vida e também pela minha prática docente com que venho buscar novos saberes com o Doutorado em Educação.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O tema desta proposta de investigação é a evasão no ensino superior dos estudantes nos cursos de licenciatura de uma instituição privada de ensino superior.¹ Este tema tem relação com a minha trajetória profissional. O problema de pesquisa está formulado da seguinte forma: *Quais as causas/os motivos que levam os estudantes prounistas a se evadirem dos seus cursos de licenciatura?*

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da presente tese consiste em identificar e analisar as causas (os motivos) que levam os alunos prounistas dos cursos de licenciaturas a se evadirem de seus cursos.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, busca-se:

- a) Analisar as características de perfil de estudantes dos cursos de licenciaturas pesquisadas;
- b) Identificar as condições de estudo dos estudantes do ProUni;
- c) Identificar trajetórias escolares, condições institucionais que garantam a permanência dos estudantes nos cursos de licenciaturas;
- d) Identificar como o coordenador do curso das licenciaturas acompanha a evasão dos seus alunos.

¹ Participo como pesquisadora associada no Sub Projeto de Pesquisa Estudos de evasão no ensino médio e superior, na modalidade de Núcleo em Rede, Indicadores de Qualidade e Gestão Democrática submetido e aprovado ao Observatório de Educação conforme edital número 038/2010/CAPES/INEP.

Para atender a estes objetivos, realizei uma pesquisa qualitativa com alunos evadidos, os coordenadores e uma gerente de curso das licenciaturas.

1.4 JUSTIFICATIVA

Considerando as questões expressas a partir das leituras de artigos, dissertações e teses, justifico a necessidade de estudar as causas que levam os estudantes com bolsa ProUni a abandonarem seus estudos. Neste primeiro ensaio já foi possível perceber que o ProUni viabiliza o acesso da população de baixa renda ao ensino superior, mas que ainda é insuficiente e que se faz necessário pensar ações das instituições privadas de ensino superior e de políticas públicas que, de fato, estimulem a permanência e a conclusão do curso.

Há uma carência de estudos que investiguem a permanência e a conclusão do curso superior para aqueles estudantes que conseguiram ultrapassar a barreira do acesso, pois isto se concretiza como uma conquista individual do estudante, mas a permanência implica em diversos fatores e variáveis não associados diretamente ao aluno. Considerando a existência de evasão dos alunos prounistas e que ainda são poucos os estudos qualitativos que identificam as causas deste abandono e a existência de poucas ações e programas de prevenção da evasão nas instituições de ensino superior, entendo que este campo é profícuo para o estudo. Nele, saliento a importância da escuta do aluno evadido para contribuição na redução dos índices de evasão.

Neste estudo busco contribuir para uma melhor compreensão deste contexto bem como relacionar os fatores que influenciam na evasão dos alunos prounistas dos cursos de licenciatura. Acredito na contribuição da pesquisa para além da sua função de produção de conhecimento no mundo acadêmico, penso que ele chega até os sujeitos participantes, os profissionais da área de educação, os gestores das instituições de ensino superior e sendo mais audaciosa: quem sabe contribuir positivamente para a política pública que vise à permanência desses alunos, pois é sabido da importância de formação de professores para o nosso país. O propósito desta pesquisa é poder contribuir para o desenvolvimento das políticas educacionais do ensino superior e, principalmente, em relação à formação de professores.

Esta tese está organizada em 6 capítulos. Além deste capítulo introdutório, há outros cinco em que, no segundo, apresento os cenários da educação superior, contextualizando as políticas educacionais e apresentando o Programa Universidade para todos-ProUni.

Em seguida, no capítulo terceiro, trago a revisão de literatura onde apresento os conceitos de evasão, uma discussão sobre a evasão nas licenciaturas se também a contextualização da formação do professor.

No quarto capítulo apresento os caminhos da pesquisa onde descrevo a metodologia da tese.

No quinto capítulo traço uma análise dos resultados da pesquisa e, por fim, no sexto capítulo apresento as considerações finais e algumas sugestões de estudos posteriores.

2 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

No presente capítulo, eu contextualizo o cenário na educação no Brasil, principalmente em relação à expansão da educação superior, à contextualização e à forma sistematizada das políticas públicas educacionais para a educação superior. Apresento também o Programa Universidade para Todos e dialogo um pouco sobre as ações afirmativas.

2.1 CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Neste primeiro momento, começo contextualizando o processo do crescimento da educação superior no Brasil, que está em fase de expansão nas últimas décadas e que se encontra dentro de uma nova lógica e de uma nova orientação política diferente da exercida e orientada durante o período da ditadura militar.

Oliveira e Silveira (2014) dizem que a educação superior apresentou uma explosão de oferta de cursos, principalmente no início do século XXI, com um grande aumento no número de matrículas. A educação superior privada sofre uma expansão desenfreada, resultando numa proliferação descontrolada de cursos e instituições. A intenção de atender à demanda reprimida de estudantes, principalmente os de baixa renda, não teve sucesso, pois não garantiu o amplo acesso e a permanência dos estudantes devido à relação desses com o acúmulo do capital cultural necessário para o ingresso e permanência na educação superior.

Segundo Bourdieu (2013), o conceito de capital cultural foi elaborado para dar conta das desigualdades de desempenho escolar dos estudantes oriundos de diferentes classes sociais procurando relacionar o sucesso escolar, ou seja, o que os estudantes têm de benefícios específicos que podem obter na escola com a distribuição desse capital entre as classes e frações de classes.

A luta pelos sentidos da educação e, indissolavelmente, a controvérsia pelos direitos que deve garanti-la fazem parte de uma luta mais ampla pelo modelo de sociedade que se quer, que se imagina e que se deseja a construir. O futuro do direito à educação e a luta contra a exclusão refletem-se no mesmo

horizonte - um horizonte no qual a conquista da justiça social e a igualdade educacional deverão sustentar os pilares de um projeto de emancipação e de liberdade para nosso continente. (GENTILI 2009).

De acordo com Rocha (2011), a universidade brasileira mostra-se, então, como fruto do regime militar e da tecnologia americana. Conseguindo dar um grande salto qualitativo e quantitativo. E, contraditoriamente, foi marcada durante anos por forte repressão e controle, durante os quais a autonomia significava em muitos momentos a liberdade de palavra, pluralidade ideológica e existência de organização estudantil (FÁVERO, 1994); até mesmo houve um aumento importante no número de instituições de educação superior e, conseqüentemente, de alunos e professores.

Por sua vez, Durham (2010) diz que a educação superior, cujo crescimento estagnou entre 1985 e 1995, volta a crescer no governo Fernando Henrique Cardoso e continua seu movimento ascendente no governo Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente em relação à taxa bruta. O aumento das taxas de inclusão no ensino médio promoveu, então, um aumento de matrículas no nível superior. Mas esse crescimento será certamente prejudicado no futuro, dada a pequena expansão do nível médio.

No governo FHC, as políticas governamentais seguem o rumo do neoliberalismo no período de 1995 a 1998. A reeleição deste governo ratificou o rumo traçado. Sua campanha política englobava cinco metas, a saber: educação, agricultura, saúde, emprego e segurança. O governo prometia estimular a educação brasileira através de políticas públicas condizentes com a real necessidade. Neste momento histórico, o Brasil estava comprometido com os pactos firmados com Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional, devido aos empréstimos internacionais contraídos no qual procurou atender mais ao ensino fundamental. (ILIBRANTE, 2008).

Nos mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), realizaram-se ajustes estruturais e fiscais e reformas orientadas para o mercado. Sendo assim, a partir do ano de 1995 as principais mudanças levaram a uma reconfiguração da esfera pública e privada no âmbito do Estado, bem como no da educação superior, que continua se aprofundando até o presente momento.

Em seu mandato, quanto à questão educacional, este governo procurou atender mais ao ensino fundamental, onde implantou algumas políticas específicas. Por exemplo, retomou-se a duplicação da merenda escolar, a distribuição de livros e fizeram-se investimentos na qualificação de professores de nível básico através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Este programa foi implantado no Brasil pela ementa institucional nº14 de 1996, no governo de FHC, com prazo de duração de 10 anos, encerrado no ano de 2006.

De acordo com Ilibrante (2008), no governo Lula foram lançados os programas de caráter assistencialistas como Fome Zero e o Programa Bolsa Família. Para a educação superior, o governo realizou a ampliação do número de vagas nas instituições públicas possibilitando que um maior número de cidadãos brasileiros tivesse acesso aos cursos de graduação. No ano de 2005 foi instituído o ProUni, que proporciona a distribuição de bolsas de estudo integrais e parciais para os estudantes de graduação em instituições privadas.

No Brasil, principalmente nas duas últimas décadas, ocorreu um processo de aumento da iniciativa privada na educação superior. Analisando os dados do Censo Educacional no período compreendido entre os anos 2000 e 2009, é possível identificar um crescimento, em 2009, no número de instituições de ensino superior (IES) de 96,10%%, comparativamente a 2000. Em uma década praticamente dobra o número destas instituições no Brasil. No mesmo período, segundo dados do MEC/INEP, a variação do número de instituições privadas foi de 106,08%, e de instituições públicas de 39,20%. O setor privado acabou conquistando uma fatia maior no espaço das instituições de educação superior, dentro da oferta da educação brasileira.

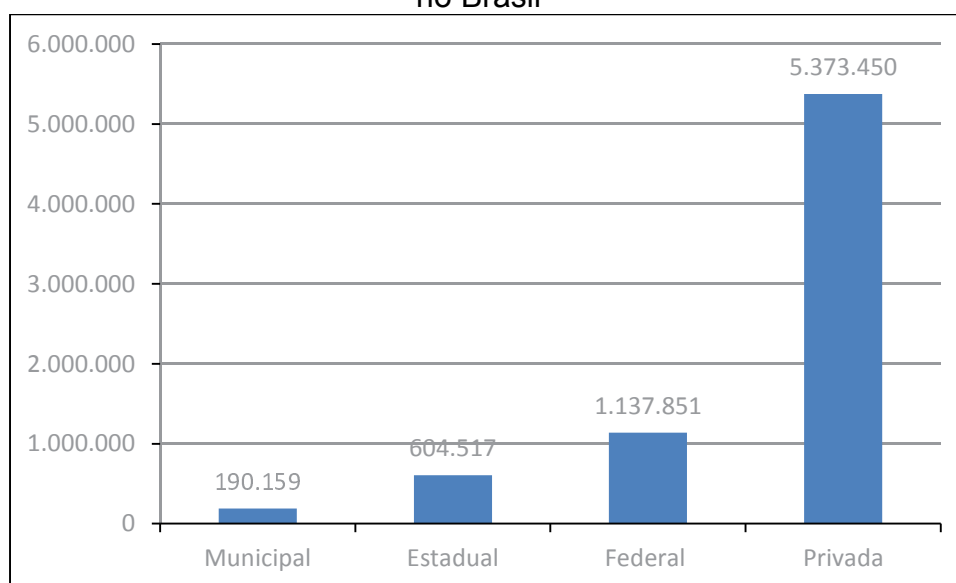
A ampliação da demanda pela educação superior exige, entretanto, outro tipo de iniciativa. Esta consiste na diversificação das instituições e cursos públicos existentes, porque não se trata mais de atender a um pequeno número de estudantes que provinham de camadas sociais altamente escolarizadas, como antes, que se destinavam umas poucas carreiras muito específicas e a um setor muito limitado do mercado de trabalho. A população jovem, que atualmente procura uma qualificação escolar maior, tem interesses e formação anterior

muito heterogêneo, e o mercado de trabalho é cada vez mais amplo e diversificado e em constante transformação.

O aumento do número de matrículas permanece em crescimento. De acordo com o Censo Educacional de 2013, participaram 2.391 instituições de educação superior. Desse conjunto 106 são federais, 119 estaduais, 76 municipais e 2090 instituições privadas. Das 2.391 instituições de educação superior do Brasil, apenas 8% são universidades e detêm mais de 53% dos alunos, sendo, portanto, grandes instituições. Por outro lado, as faculdades têm uma participação superior a 84%, mas atendem apenas 29% dos alunos.

O Gráfico 1 apresenta o total de alunos matriculados na educação superior que somam 7.305.977 sendo que destes 5.373.450 estão matriculados em instituições particulares um total de 1.932.527 nas instituições públicas.

Gráfico 1 – Número de alunos matriculados nas instituições públicas e privadas no Brasil



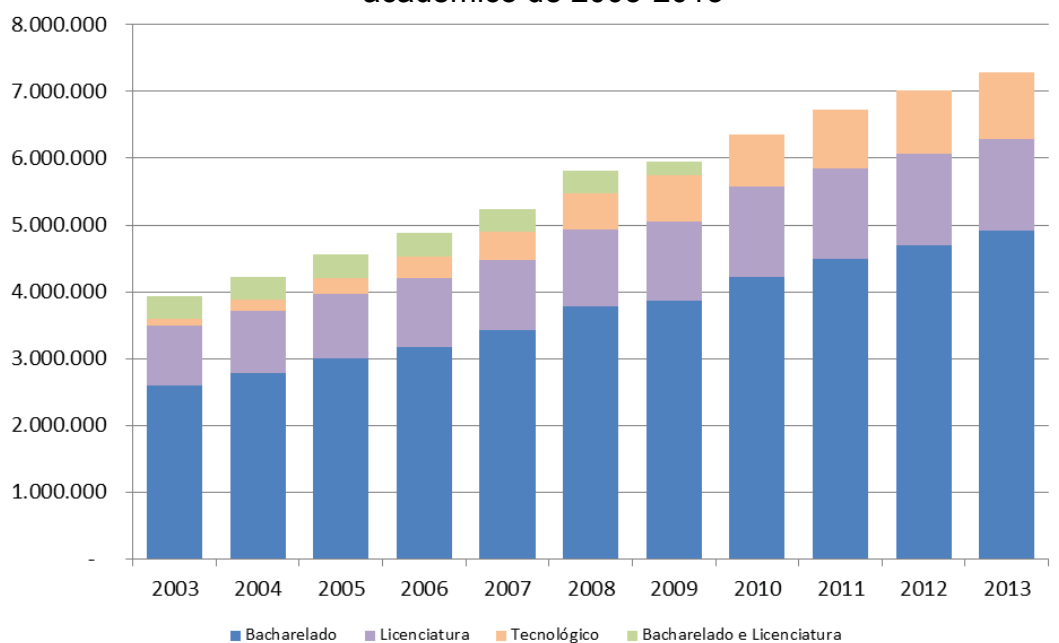
Fonte: MEC/INEP2013.

De acordo com os dados do Censo no período 2012-2013, a matrícula cresceu 3,8%. As IES privadas têm uma participação de 74,0% no total de matrículas de graduação. Os dois segmentos públicos e privados consolidam o sistema de educação no Brasil. As instituições públicas constituem-se pelas instituições de ensino superior municipal, estadual e federal. Nas privadas, na

categoria administrativa do censo 2013, estão instituições confessionais, particulares, comunitárias e filantrópicas.

No Gráfico 2, identifica-se a evolução das matrículas na educação superior no período de 2003 a 2013.

Gráfico 2 – Evolução da matrícula na educação superior de graduação por grau acadêmico de 2003-2013



Fonte: MEC/INEP 2013.

No período 2012-2013, a matrícula cresceu 4,4% nos cursos de bacharelado, 0,6% nos cursos de licenciatura e 5,4% nos cursos tecnológicos. Os cursos de bacharelado têm uma participação de 67,5% na matrícula, enquanto que os cursos de licenciatura e tecnológicos participam com 18,9% e 13,7% respectivamente. Os dados do censo educacional levam a se questionar sobre os motivos da pouca procura pelos cursos de licenciatura. Além desta pouca procura, há também o desafio de enfrentamento da evasão nas licenciaturas.

No presente estudo, procuro responder por que, mesmo com a bolsa do ProUni, os alunos abandonam seu curso de licenciatura. A procura pelos cursos de licenciatura no Brasil é um tema bastante relevante e preocupante, mesmo que os últimos censos venham apresentando um crescimento mínimo, pois o país precisa de professores e precisa investir na profissão docente,

considerando a dimensão pessoal e profissional, já que a educação é um compromisso social do governo para com os cidadãos brasileiros.

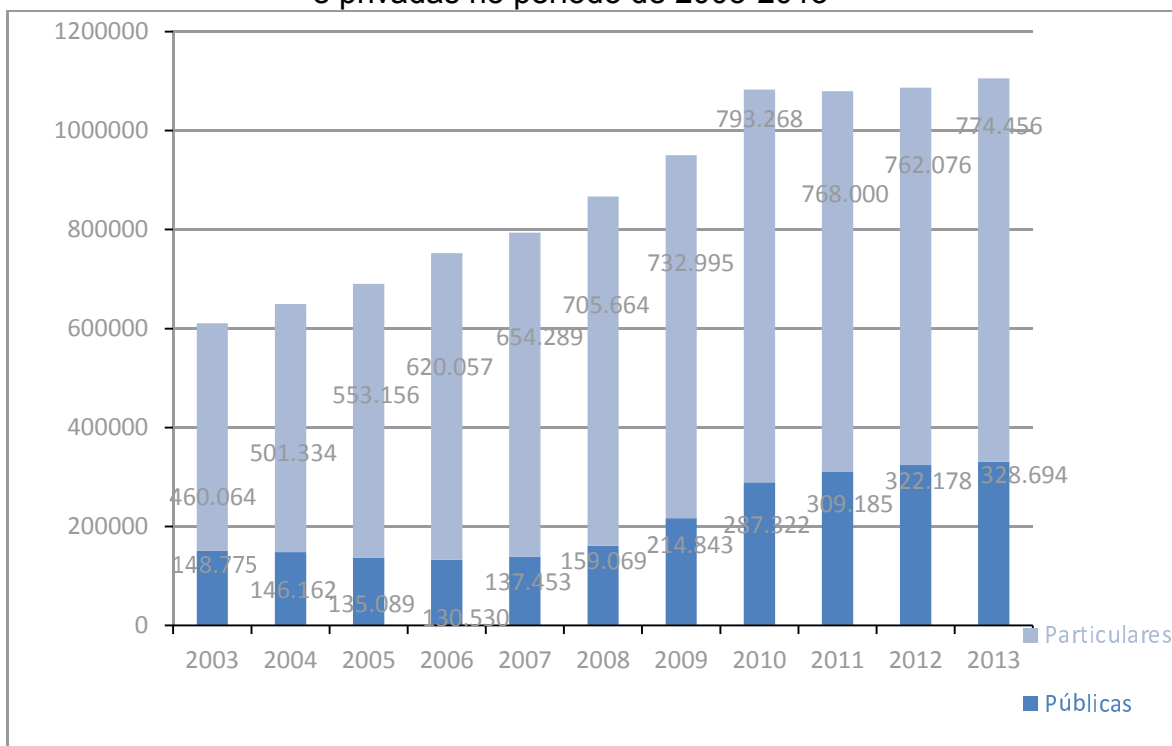
No Censo de 2013 demonstra que, no ano de 2012, o percentual de pessoas frequentando a educação superior representava quase 30% da população brasileira e na faixa etária de 18 a 24 anos e em torno de 15% está na idade teoricamente adequada para cursar esse nível de ensino. E, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, tem-se como meta 12 *e elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% [...] e taxa líquida para 33% [...] da população de 18 [...] a 24 [...] anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% [...] das novas matrículas no segmento público. Acredito que esta meta do PNE seja um desafio para ser atendida, pois precisamos ter ações e políticas educacionais que dêem condições aos estudantes universitários de acesso e permanência em seus estudos.*

O total de alunos na educação superior brasileira chegou a 7,3 milhões em 2013, quase 300 mil matrículas acima do registrado no ano anterior. No período 2012-2013, as matrículas cresceram 3,8%, sendo 1,9% na rede pública e 4,5% na rede privada.

Em relação aos cursos de licenciaturas, os censos mostram que as matrículas nos cursos de licenciatura aumentaram mais de 50% nos últimos dez anos, um crescimento médio de 4,5% ao ano. Anualmente, mais de 200 mil alunos concluem cursos de licenciatura. Mas mesmo com este número, de acordo com os dados do Censo de Educação Superior de 2013 divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), confirma-se uma preocupação para o futuro do país: o “apagão de professores” nas escolas, pois é cada vez menor a quantidade de estudantes que procuram os cursos de licenciatura e, conseqüentemente, o Brasil tem formado menos professores.

O Gráfico 3 apresenta o comportamento das matrículas das licenciaturas nos últimos dez anos.

Gráfico 3 – Número de matrículas nos cursos de licenciaturas em IES públicas e privadas no período de 2003-2013



Fonte: MEC/INEP 2013.

O gráfico acima mostra que as matrículas nos cursos de licenciaturas são maiores nas instituições particulares em relação às instituições públicas.

A escolha pela instituição particular pode estar associada ao turno do curso, pois os cursos de licenciaturas são em sua maioria ofertados no noturno, enquanto que nas universidades públicas algumas licenciaturas são ofertadas no diurno. Muitos dos alunos dos cursos de licenciatura já são trabalhadores e não têm a disponibilidade para cursar a graduação durante o dia. Entre as propostas de expansão no ensino superior nas universidades públicas está a oferta de cursos noturnos. A opção pelas instituições privadas também pode estar associada pela dificuldade de aprovação no processo seletivo na instituição pública, pois sabemos que o número de candidatos por vaga é bem maior que na privada e também a exigência de conhecimentos no processo seletivo.

A evasão nos cursos de licenciatura é outra constatação preocupante, conforme pode ser constatado na diferença entre o total de estudantes matriculados e de concluintes nos últimos cinco anos, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 – Licenciatura no Brasil – Evolução do número de ingressantes e concluintes no período de (2009–2013)

Ano	Matrícula	Concluinte
2010	1.354.989	233.306
2012	1.366.559	223.892

Fonte MEC/INEP 2013.

A Tabela 1 que mostra que existe uma diferença muito grande entre o número de alunos ingressantes e os concluintes, o que pode estar associado ao abandono dos alunos nos cursos licenciaturas.

Gatti (2013) afirma que a gestão pública da educação não está atendendo, em seus vários níveis, a um projeto articulado com escolas e formação docente, com políticas estruturadas e planejadas. Com isso, favorece-se uma imagem fragmentada e empobrecida de educação, pela condição oferecida aos seus docentes e discentes.

Gatti (2013, p. 155) escreve que

a valorização social dos professores passa por uma reconstrução sociocultural dessas representações em forma menos ambígua e/ou contraditória, e esse movimento depende de condições concretas relacionadas ao contexto de formação e trabalho dos docentes na educação básica.

A expansão da educação superior faz com que o governo crie novas formas de acesso e permanência para os estudantes. Neste cenário, está o ProUni como uma política da democratização do acesso e permanência na educação superior nas instituições privadas e o programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais com o Programa de Reestruturação e Expansão (Reuni).

No dia 24 de abril de 2007 o MEC lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), juntamente com a promulgação do Decreto nº 6.094, dispondo sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. O PDE foi concebido para abrigar todos os programas em desenvolvimento pelo MEC. Para a educação superior, o plano estabeleceu um conjunto de ações. Entre estas ações estão no programa Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e ProUni e visam facilitar o acesso ao crédito educativo, a duplicação do número vagas nas universidades em 10 anos (2007-2017) e ampliar o acesso de pessoas com deficiência a todos os espaços das instituições federais de educação superior. Foram também estabelecidas propostas de criação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Segundo Saviani (2007, p. 1239), o PDE pode ser percebido não como um plano, mas como um conjunto de ações:

Confrontando-se a estrutura do Plano Nacional de Educação (PNE) com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), constata-se que o segundo não constitui um plano, em sentido próprio. Ele se define, antes, como um conjunto de ações que, teoricamente, se constituiriam em estratégias para a realização dos objetivos e metas previstos no PNE. Com efeito, o PDE dá como pressupostos o diagnóstico e o enunciado das diretrizes, concentrando-se na proposta de mecanismos que visam à realização progressiva de metas educacionais.

É importante destacar alguns aspectos citados referentes ao financiamento dos estudantes para o acesso à educação superior, como o aumento no número de vagas nas instituições federais e a criação dos institutos federais. Com relação ao financiamento, a criação do ProUni viabilizou o acesso à educação superior de grande parte de alunos que não conseguem ingressar na universidade pública. Por outro lado, houve também um acréscimo no número de vagas das instituições públicas nos últimos anos, ainda que não no mesmo ritmo das instituições privadas.

No quadro de desigualdades existentes no Brasil, a educação – direito garantido por lei – não é acessível para todos, pois, obviamente, a educação superior sofre os rebatimentos desta realidade. Segundo Gatti (2011, p.23),

o direito à educação, como um direito humano inalienável e como o seu fundamento maior, contempla os direitos individuais, políticos e

sociais e sobre passa o próprio Estado-nação, para fazer face aos processos de desterritorialização do mundo contemporâneo. A educação como direito humanos e impõe também como direito à diferença, o que demanda profundas transformações no conjunto dos padrões de relacionamento da sociedade.

Cabe destacar que a Constituição Federal (Art. 205) estabelece que a

a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com Rocha (2011, p. 95), “ao falar-se sobre direito à educação para o jovem como rege a Constituição Brasileira, imediatamente surge a pergunta: Quais são as condições que a sociedade brasileira oferece aos jovens para que este direito seja efetivado?” Como respostas, pode-se encontrar uma série de justificativas construídas ao longo da história.

É inegável que o país vive um processo de amadurecimento e concretização de propósitos, e que estão sendo construídas as respostas que se deseja ouvir com maior prontidão e eficácia a esta pergunta, que alguns momentos soam de forma embaraçosa.

As políticas de ampliação das matrículas na educação superior constituem-se como aspectos considerados relevantes não simplesmente do ponto de vista dos interesses econômicos financeiro, mas, sobretudo, da democratização da sociedade e do aprofundamento da justiça social. Porém, com relação à educação superior, é importante observar que as políticas de expansão do acesso só se efetivarão plenamente no caso de haver existido uma cobertura completa e com qualidade nos níveis educacionais precedentes, a começar pela pré-escola. (DIAS SOBRINHO, 2010).

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº13. 005, de 25 de junho de 2014, divide-se em 10 diretrizes, 20 metas e 171 estratégias. Em relação à educação superior, estão associadas ao PNE as seguintes metas:

- a) meta 12: elevar a taxa bruta e líquida de matrículas;
- b) meta 13: elevar a qualidade, com aumento de mestres e doutores;
- c) meta 14 elevar o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*;

- d) meta15: garantir a todos os professores de educação básica formação específica em nível superior nas licenciaturas nas áreas de conhecimento que atuam,

Devendo-se ressaltar estratégia 15.3, que diz: Ampliar o programa permanente de iniciação a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica. (BRASIL, 2014).

De acordo com Amaral (2012), escrevendo sobre a discussão implementada no âmbito do PNE, são temas de grande relevância para a educação superior brasileira: a expansão da graduação e da pós-graduação *stricto sensu*, a qualidade oferecida para a educação e o financiamento da educação superior.

O autor afirma também que a expansão com qualidade tem um vínculo direto com o financiamento, uma vez que o aumento de alunos matriculados e uma melhor qualidade implicam em um maior aporte de recursos financeiros tanto para instituições públicas quanto para as universidades particulares.

O Plano Nacional de Educação propõe como desafios a expansão com qualidade, a inclusão, a partir de garantias de acesso e permanência, a formação de professores, a superação do crescimento de oferta pública, entre as redes municipal, estadual e federal, visando a sustentabilidade entre o público e o privado sem a necessidade de competição, mas ao mesmo tempo com maior clareza de seu funcionamento. (KIPNIS, 2012).

Dourado e Oliveira (2009) confirmam a necessidade de priorização da educação como política pública, o que torna necessários o aumento dos recursos destinados à educação; a regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados; a otimização e uma maior articulação entre as políticas e os diversos programas de ações na área; a efetivação da gestão democrática dos sistemas e das escolas; e a consolidação de programas de formação inicial e continuada, articulados com a melhoria dos planos de carreira dos profissionais da educação.

De acordo com Fávero (2009), pode-se dizer que políticas públicas educacionais estão relacionadas à educação escolar. A configuração do sistema educacional superior brasileiro até 1968 não havia sofrido mudanças substanciais. Com a reforma de 1968, houve uma ruptura muito grande entre a realidade existente até então e a concepção de uma nova proposta de modelo para as universidades brasileiras. Para entender esses movimentos e decisões, é preciso compreender os momentos históricos, econômicos, políticos e sociais em que as mudanças ocorreram.

No final da década de 1960, o país passava por uma transformação radical em sua configuração de poder; em 1964 um golpe de Estado instituiu o governo militar. Em 1965, o Ministério da Educação e Cultura realizou um estudo que propunha a implantação do modelo empresarial de estrutura administrativa universitária. Sua lógica foi estabelecida de acordo com o modelo socioeconômico do governo, que precisava ampliar o acesso à educação superior. Assim escreve Fávero (2009, p. 68):

O golpe militar de 1964 operou a ruptura política considerada necessária pelos setores economicamente dominantes para garantir a continuidade da ordem socioeconômica, que se acreditava ameaçada pelo grupo que até então exercia o poder político. Essa situação passou a exigir, também, adequações no âmbito educacional, implicando mudanças na legislação que regulamentava o sistema de ensino do país.

Os interesses das elites e das classes menos favorecidas concretizavam seus conflitos por meio de uma desordem social como uma tentativa de abertura de espaços sociais para os menos favorecidos. Nessa perspectiva, havia uma parcela da sociedade que apoiava o regime totalitário implantado como uma forma de garantir seus interesses particulares. Por outro lado, o meio acadêmico ainda tentava se opor a esse ideário atuando como foco de resistência. A educação superior tornou-se uma relevante estratégia de reprodução e ampliação da classe média, importante mercado consumidor no modelo de desenvolvimento econômico associado ao capital internacional e fonte de legitimidade do regime militar autoritário. (SILVA JR; SGUISSARDI, 2001).

A política educacional coloca problemas para os sujeitos que necessitam ser resolvidos em um determinado contexto. “As políticas normalmente nos

dizem o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou nas quais metas particulares ou efeitos são estabelecidos.” (BALL, 2006, p. 26).

A universidade, como espaço de discussão do regime político vigente, passava a ser uma ameaça, e sua reformulação era entendida como necessária para a continuidade do sistema que passava a vigorar. Para o Estado, a universidade era um entrave para a consolidação do regime. A reforma universitária era apresentada como uma necessidade para a consolidação do desenvolvimento de que o país precisava. Ao mesmo tempo agradava aos interesses econômicos e à elite conservadora.

Nesse contexto histórico, a educação superior precisava contribuir para o crescimento do país, estando voltada às necessidades do mundo econômico e das transformações sociais.

A educação superior deve estar atenta a desafios e buscar soluções para problemas sociais de qualquer ordem, quer sejam de produção de alta tecnologia ou de formação de mão de obra. Muitas competências têm sido exigidas de profissionais com curso superior. Empreendedorismo, inserção no mundo globalizado, compreensão das transformações transnacionais, formação de novos pesquisadores, entre outras coisas, são então exigidos pelas transformações sociais. (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 13-14).

No início da década de 1980 os países industrializados e os países latino-americanos desenvolveram reformas importantes em seus sistemas de educação superior, especialmente o Brasil. Nesses últimos anos, com a imposição da necessidade de se ter um mercado educacional globalizado, as reformas neste nível de ensino se dinamizaram. Passou-se a diversificar os tipos de instituições, os perfis de docentes, disponibilizando novos cursos e novas ofertas educacionais em diferentes modalidades e ampliando a oferta de matrículas. Aliado a tudo isso estava a presença de um aumento crescente das demandas e da competitividade na área educacional.

Por outro lado, a globalização educacional e a internacionalização do conhecimento trouxeram consigo outro enorme desafio: o de que a educação superior podia conciliar as exigências de qualidade e inovação, segundo concepções econômicas, com as necessidades de ampliar o acesso e reduzir as diferenças sociais existentes.

Além desses acontecimentos, considerando as políticas de organismos supranacionais como o Banco Mundial e analisando alguns de seus documentos, é possível verificar a intencionalidade de apresentar diagnósticos das realidades dos países em desenvolvimento. Segundo Borges (2010), as orientações do Banco Mundial têm enfatizado reformas no âmbito da educação superior nos seguintes aspectos: diferenciação institucional; diversificação nas fontes de financiamento; redefinição do papel do Estado; e questões referentes à autonomia e à responsabilidade institucional e políticas voltadas para a qualidade e equidade.

Conforme Durham (2010), o crescimento da educação superior ficou estagnado entre os anos de 1985 e 1995, voltando a crescer no governo Fernando Henrique Cardoso, continuando ascendente no governo Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente no que diz respeito à taxa bruta. O período do governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por uma nova expansão do setor privado, que continuou a crescer até 2008, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, embora em ritmo menor.

Segundo Ilibrande (2008), o governo FHC tinha, em sua política educacional, a atenção voltada para o ensino fundamental, aliada à melhoria do magistério, com recursos financeiros racionalizados invertendo-se as políticas até então praticadas por seus antecessores.

A constituição das políticas públicas para a educação superior acaba atendendo a interesses de movimentos políticos, atrelados a diferentes concepções de governança; os interesses econômicos, na busca de interesses de formação de cidadãos que atendam às necessidades do mercado de trabalho; e a interesses sociais por meio de confronto de interesses de grupos sociais.

As políticas, particularmente as políticas educacionais, em geral, são pensadas e escritas para contextos que possuem infraestrutura e condições de trabalho adequadas (seja qual for o nível de ensino), sem levar em conta variações enormes de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais. (BALL; MAINARDES, 2011, p. 13).

Segundo Silveira e Oliveira (2014), na educação superior é importante oportunizar a acessibilidade dos estudantes a partir de políticas públicas que atendam às necessidades dos diferentes grupos e garantir o apoio em todas as

suas dimensões, de forma a reduzir a evasão e a exclusão durante a sua formação acadêmica.

Historicamente, o Brasil tem se caracterizado como um país com frágeis políticas sociais, o que lhe imprimiu dois traços marcantes: uma das maiores desigualdades sociais em convívio com uma das mais altas concentrações de renda do mundo. Com 50% de uma população de 192.847 milhões de pessoas em situação de pobreza, é fácil constatar sua condição de país injusto por excelência. Além disso, relatório do IBGE (PNAD, 2003) indica que, dos/das trabalhadores/as brasileiros/as com mais de 10 anos, 68% recebem até dois salários mínimos. Essas características, reflexo da ausência de políticas sociais mais efetivas, assumem formas cada vez mais perversas de exclusão social. (CONAE, 2010).

De acordo com Conae (2010, p. 29) como prática social a educação tem

como loco privilegiados, mas não exclusivos, as instituições educativas, entendidas como espaços de garantia a de direitos. Para tanto, é fundamental atentar para as demandas da sociedade, como parâmetro para o desenvolvimento das atividades educacionais. Como direito social, avulta, de um lado, a defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social para todos/as e, de outro, a universalização do acesso, a ampliação da jornada escolar e a garantia da permanência bem-sucedida para crianças, adolescentes, jovens e adultos/as, em todas as etapas e modalidades. Este direito se realiza no contexto desafiador de superação das desigualdades e do reconhecimento e respeito à diversidade.

De acordo com Oliveira (2011), na análise do documento final da Conae (2010), a avaliação do PNE 2001-2010, juntamente com os dados da educação superior das duas últimas décadas, permite depreender os seguintes desafios para o PNE 2011-2020:

- a) Promover expansão a educação com qualidade da educação superior, de modo a acelerar o incremento da taxa de escolarização (bruta e líquida), especialmente nas IES públicas;
- b) Implantar uma efetiva política de democratização, incluindo o acesso e a permanência de estudantes, sobretudo os de baixa renda, negros, indígenas, do campo e quilombolas;

- c) Promover o equilíbrio entre a oferta de educação superior pública e privada;
- d) Garantir a expansão que atenda às necessidades regionais e nacionais de desenvolvimento social, econômico e cultural;
- e) Promover equilíbrio regional e estadual na oferta de educação superior, devendo o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste experimentar maior expansão;
- f) Ampliar a política de apoio público à titulação do corpo docente e de expansão da pesquisa e da pós-graduação.

No documento final da CONAE (2010 apud OLIVEIRA, 2011, p. 132), entre os pontos que foram aprovados, destacam-se dois itens:

c) implantar políticas públicas de inclusão social dos estudantes trabalhadores, plano nacional de assistência estudantil para os estudantes de baixa renda, a exemplo da bolsa permanência e do apoio financeiro para transporte, a residência, a saúde e o acesso a livros e à mídia em geral; e k) promover a formação e a valorização dos profissionais da educação, fortalecendo e ampliando as licenciaturas, bem como a formação continuada de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), sobretudo nas instituições públicas de educação superior, tornando-as espaço efetivo de formação e profissionalização qualificada e de ampliação do universo social, cultura e político para esses profissionais.

As políticas educacionais vêm crescendo como objeto de reflexões e de práticas na educação brasileira. A educação é um espaço de lutas dos diversos segmentos sociais e de construção de conhecimentos das ações afirmativas.

Reis (2008) diz que necessidade de políticas de acesso tem que estar acoplada às políticas de permanência. Neste sentido, os mecanismos de permanência se estendem na relação entre renda e escolaridade, na relação de desempenho e escolaridade da família, na relação do capital cultural, associando o desempenho não a uma capacidade do indivíduo, mas do acesso desse indivíduo a bens educacionais e culturais.

De acordo Haas e Linhares (2012), no Brasil as políticas públicas têm-se caracterizado por adotar uma perspectiva social, com medidas e ações de natureza redistributiva ou assistencial com base na igualdade. Com a redemocratização do Brasil, os movimentos sociais passaram a exigir uma

postura proativa do poder público diante de questões que envolvem a baixa participação de grupos específicos da população em setores da atividade social, como a educação e o trabalho, como também a adoção de medidas eficazes para sua solução.

Nesse sentido segundo a Gatti (2011), a educação, em suas formas escolares, representa um dos meios importantes de formação do cidadão, como pessoa e como trabalhador, e, sob certas condições, para a formação do exercício da democracia. Por isso, programas que viabilizam o acesso a qualquer dos níveis de ensino no país podem gerar impactos relevantes no desenvolvimento não apenas pessoal, mas da sociedade humana.

Os professores também fazem parte de uma construção política, podendo influenciar diretamente na interpretação das diretrizes governamentais e envolvendo-se nas questões políticas – seja no nível nacional e no informal, quando se refere as relações entre professor e aluno. (OZGA, 2000). A mesma autora defende a ideia de que a política não pode ser entendida como algo que diz respeito somente ao aparelho governamental, órgão responsável pela elaboração de políticas, sendo preciso, também, entender a política como um campo de negociações, contestações e lutas entre grupos rivais, como processo mais do que produto.

No que se refere às ações afirmativas, apresento de forma mais objetiva dentro da proposta de educação inclusiva.

2.2.2 Ações Afirmativas

De acordo com Hass e Linhares (2012), o termo ação afirmativa foi empregado pela primeira vez pelo então presidente americano Lyndon Johnson no ano de 1965 em Howard University, tendo como significado a exigência de favorecimento de algumas minorias socialmente inferiorizadas e juridicamente desiguais por preconceitos histórica e culturalmente determinados. No estado americano, com a introdução da política afirmativa, inicialmente definiu-se como encorajamento do Estado que as pessoas com poder decisório na esfera pública e privada pudessem levar em consideração, em suas decisões,

os supracitados quanto ao acesso ao mercado de trabalho e na educação, quais sejam: sexo, cor, raça e origem das pessoas.

Ação afirmativa, segundo a Oliven (2007), refere-se a um conjunto de políticas públicas de proteção para grupos que, em uma determinada sociedade, foram discriminados no passado, visando a remoção de barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso deles ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança.

De acordo com Oliven (2007, p. 30), “a ação afirmativa, como forma de discriminação positiva é uma política de aplicação prática e tem sido implementada em diversos países, variando o público a que se destina.”

No Brasil as ações afirmativas situam-se no cerne do debate educacional e constitucional e interferem em problemas que remontam às questões da diversidade cultural, da inclusão social e, sobretudo, da cidadania no Brasil. (SANTOS, 2008).

Em relação à distribuição de cotas no Brasil, há a Lei nº 8.112/90, que instituiu o regime jurídico dos ocupantes de cargos públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas (Art. 5º, § 2º), estabelecendo um sistema de cotas de até 20% para os portadores de necessidades especiais. Para as pessoas com deficiência, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras. Também a Lei nº 8.666/93, no Art. 24, inciso XX (Lei das Licitações), determina a inexigibilidade de licitação para a contratação de entidades filantrópicas para portadores de necessidades especiais, assim como a Lei nº 8.213/91 estabelece um percentual na contratação de pessoas com deficiência pelas empresas privadas, com limitação de até 5% para as empresas que têm acima de 1 mil empregados, fiscalizada pelo Ministério Trabalho e Emprego.

Sendo assim, as ações afirmativas se constituem como instrumentos para a concretização da igualdade, ou seja, políticas públicas que dão preferência a segmentos sociais marginalizados para o acesso aos direitos sociais, sobretudo à educação e ao mercado de trabalho.

A adoção de sistema de cotas em universidades públicas brasileiras provocou polêmicas que atualizam os debates seculares sobre políticas públicas

direcionadas para a população negra. O que se manifesta é menos a crítica à adoção de ações afirmativas para diversos grupos e populações marginalizadas, mas, fundamentalmente, quando as ações afirmativas se reportam aos negros, principalmente no que concerne ao sistema de cotas. (SANTOS, 2012). O sistema de cotas raciais para o ingresso de estudantes negros na educação superior e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial são, hoje, os principais temas colocados pela população negra na pauta de discussão da sociedade brasileira.

Para Dias Sobrinho (2010), as políticas de ações afirmativas têm particular interesse para a população afrodescendente. Como se sabe, já é possível observar alguns indícios mais favoráveis para esse grupo social, que é o que sofre os mais perversos tipos de exclusão.

A população brasileira é formada por quase metade de pretos e pardos. Entretanto, são afrodescendente apenas 25,4% dos estudantes de cursos superiores da corte 18 a 24 anos, sendo que menos de 3% dos pretos frequentam uma instituição de educação superior. (MEC/INEP 2010)

Já para Reis (2008), as ações afirmativas incidem nas questões raciais (inclusão dos negros); de gênero (as mulheres também pleiteiam lugar de destaque, pautando-se inclusive na inserção do universo feminino no mercado de trabalho); de origem (discute-se a origem social e até mesmo a origem em termos de naturalidade e nacionalidade); e de inclusão dos deficientes (existem disposições legislativas que versam sobre a reserva de vagas para os deficientes em concurso público).

Concordo com Rocha (2008) quando este diz que a política de cotas, como ação afirmativa, neste momento histórico da sociedade brasileira, mesmo diante de todas as injunções e desafios presentes, necessita continuar sendo implementada não apenas pelas universidades públicas, mas também em outros espaços em que se configura a garantia por direitos de cidadania, constituindo-se em uma política de Estado, pois assim retira a discussão do plano privado e o assunto passa a ser discutido não só em torno de qualificação e mérito pessoal.

Na educação superior, as instituições públicas já dotaram o sistema de reserva de vagas para negros e indígenas. E nas instituições particulares de educação superior também se assegura a inclusão de alunos provenientes de

escolas públicas. Entre esses alunos, leva-se em consideração o percentual de negros e indígenas da população pelo Programa Universidades para Todos (ProUni).

No próximo item apresento este programa – o ProUni –, uma política que, em troca de incentivos fiscais para instituições de educação superior privadas, oferece bolsas de estudos para os estudantes de escolas públicas e de baixa renda.

2.3 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI: UMA PROPOSTA DE ACESSO E PERMANÊNCIA

A promulgação da Constituição Cidadã, como também é conhecida a Constituição da República Federativa do Brasil, no ano de 1988 buscava garantir a oportunidade de acesso a todos os indivíduos independentemente de etnia, sexo e condições socioeconômicas. Em conformidade com tal Constituição, foi criado o Programa Universidade para Todos (ProUni) pelo governo federal em 2004 através da Medida Provisória nº213/2004 e institucionalizado pela lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, que o instituiu via Decreto nº5. 493 de 18 de julho de 2015.

Consta em seu Art. 1º:

Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005).

Esta iniciativa do governo busca a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. O Programa possui ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência destinada aos estudantes com bolsa ProUni integral dos cursos presenciais e cuja a carga horária média seja de igual ou superior a

seis horas diárias de aula. O valor recebido pelo estudante é o equivalente ao praticado na política do governo federal de bolsas de iniciação científica.

Os convênios de estágio MEC/Caixa e MEC/Febraban, e ainda o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do Programa. Assim, o ProUni já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2014, mais de 1.4 milhão de estudantes. A primeira turma de alunos prounistas formou-se no ano de 2008, com um total de 56 mil estudantes que ingressaram na educação superior no ano de 2005. (Portal MEC).

O ProUni faz parte do conjunto de ações do governo e é uma das políticas de ações afirmativas para o acesso à educação superior. A partir da concessão de bolsas parciais e integrais, busca garantir o acesso e permanência dos estudantes nas instituições de educação superior privadas, oportunizando, assim, terem um diploma de ensino superior.

Por meio de ofertas de bolsas de estudos, o ProUni visa criar condições de acesso à educação superior privado aos estudantes oriundo em sua maioria de baixa renda e que não dispõem de recursos para assumir os custos de universidade particular. O ProUni isenta de diferentes impostos as instituições

permanente da instituição pública, para os cursos com grau de licenciatura destinados à formação do magistério da educação básica sem a comprovação de renda familiar. O aluno candidato a bolsa ProUni não precisa realizar vestibular na instituição a qual tem interesse em estudar.

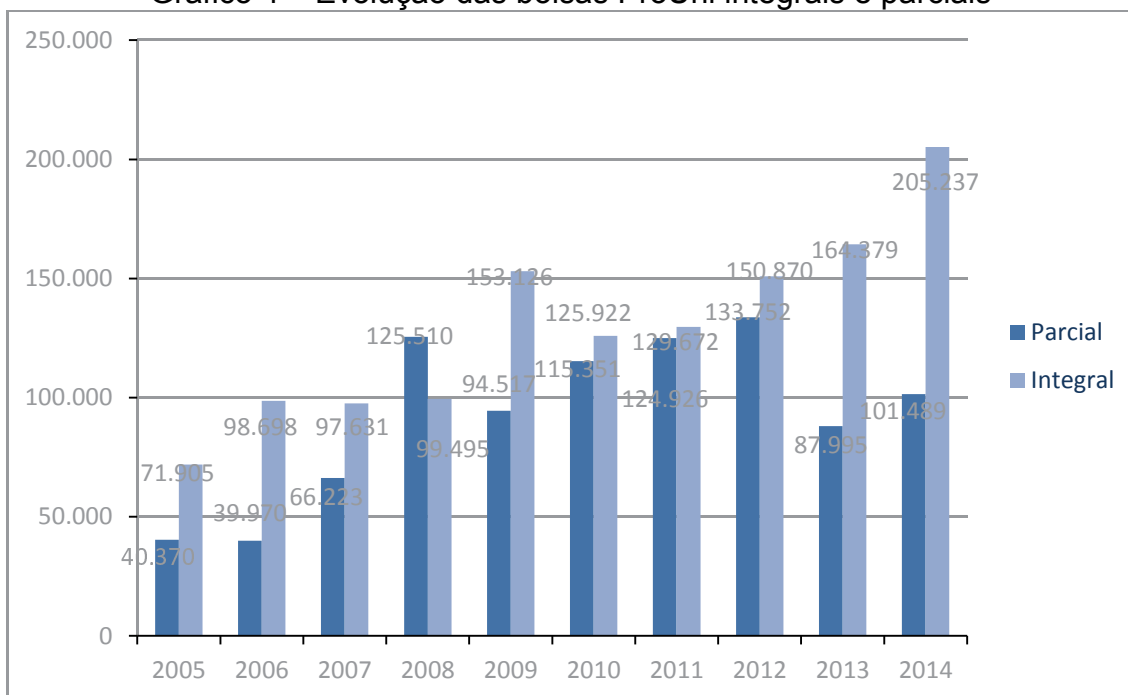
De acordo com o MEC, o estudante precisa passar pelo processo de seleção para a obtenção das bolsas que compreende em:

virtude da ausência de oportunidades que sofreram em relação ao acesso a conhecimentos diversos, desde a mais tenra idade. A autora afirma que reconhecer essas desigualdades deve ser o primeiro passo de uma escola de qualidade, caso contrário, haverá muitos alunos incluídos no sistema escolar, mas poucos irão realmente se apropriar do conhecimento que o processo de ensino e aprendizagem exige. As instituições de ensino precisam estar preparadas para estes desafios.

É importante destacar alguns aspectos citados referentes ao financiamento dos estudantes para acesso à educação superior, o aumento de as vagas nas instituições federais e a criação dos institutos federais. Com relação ao financiamento, a criação do ProUni viabilizou o acesso à educação superior de grande parte de alunos que não conseguem ingressar na universidade pública. Por outro lado, houve também um acréscimo no número de vagas das instituições públicas nos últimos anos, ainda que não no mesmo ritmo das instituições privadas.

O Gráfico 4 apresenta a evolução da oferta de bolsas ProUni integrais e parciais no período de 2005 a 2014, cujo volume total somam 306. 726 bolsas. O ProUni representa uma forma diferenciada de promoção da expansão, em primeiro lugar por definir como público-alvo a população de baixa renda e de escola pública e, em segundo lugar, porque o seu financiamento é por meio de recursos públicos.

Gráfico 4 – Evolução das bolsas ProUni integrais e parciais



Fonte: Sisprouni, 2005, segundo semestre/2014.

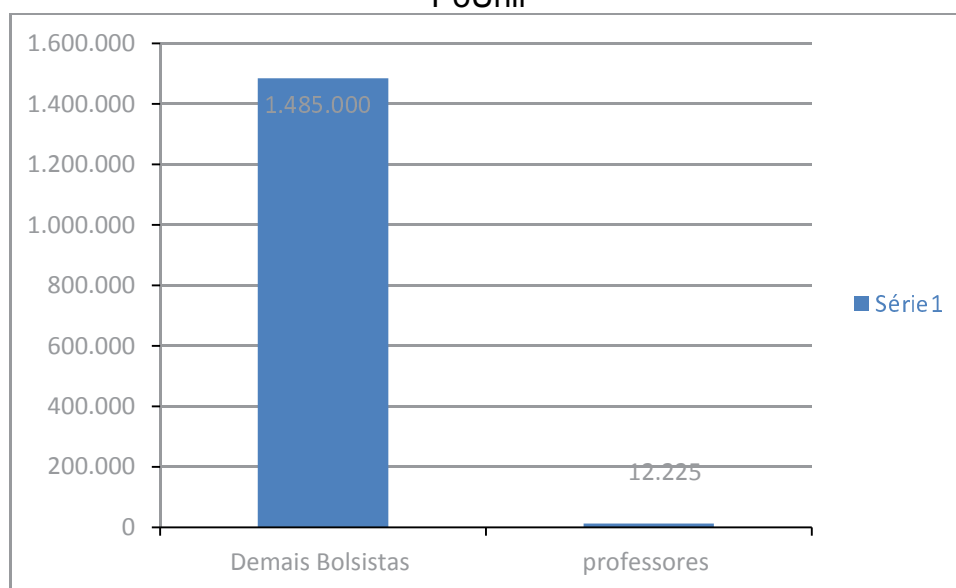
No gráfico acima, é possível identificar o crescimento nas bolsas integrais e uma diminuição nas bolsas parciais.

O acesso e a permanência são temas relevantes, se considerar o perfil dos estudantes prounistas. Conforme afirma Sena (2011), apesar de o ProUni oportunizar o acesso à educação superior, ele é insuficiente, necessitando a doação de ações oriundas de políticas públicas que, de fato, estimulem a permanência e a conclusão do curso do aluno bolsista. Os estudantes estão tendo o acesso à educação superior, mas alguns não estão conseguindo concluir a sua graduação, ocasionando assim a evasão de seu curso.

De acordo com MEC, a bolsa do ProUni também é destinada a professores da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente dos limites de renda do programa. Para participar do processo, os professores deverão estar no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrando o quadro de pessoal permanente de instituição pública. A seleção é efetuada também por meio das notas no ENEM, analogamente a qualquer vestibular.

O Gráfico 5 apresenta o número total de professores da educação básica pública que estão estudando com bolsa ProUni. De acordo com a legislação deste programa, é garantida a bolsa para os professores da escola pública que quiserem cursar licenciaturas. Neste gráfico, não há a informação referente aos cursos de licenciaturas.

Gráfico 5 – Número de professores da educação básica do Brasil com bolsa PoUnil



Fonte: Sisprouni2005, segundo semestre/2014.

Conforme o gráfico acima, é possível identificar que apenas 1% dos estudantes com bolsa ProUni são professores da educação básica pública e que os 99% dos demais bolsistas são de diferentes profissões.

Craveiro (2008) diz que, mesmo o ProUni não sendo específico para os cursos de licenciatura, tem se transformado em grande incentivo à formação e ao aperfeiçoamento de professores da educação básica. Esse incentivo se caracteriza pelos critérios adotados para seleção de professores da rede pública, quais sejam: a) esteja concorrendo à vaga em cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia; b) seja professor da rede pública de ensino básico; c) esteja em efetivo exercício na rede pública; d) integre o quadro permanente da instituição, neste caso, o candidato não precisa comprovar a renda familiar por pessoa e nem ter cursado o ensino médio em escola pública.

O acesso precisa ser para todos. No entanto, ressalta-se que não basta apenas oferecer vagas, sendo preciso também garantir as condições de permanência dos alunos nas universidades, possibilitando o desenvolvimento acadêmico desses discentes. É nessa perspectiva que devem ser consideradas a discussão das políticas de expansão e de democratização da educação superior. (ARRUDA, 2011).

De acordo com Pacievitch (2011), o ProUni se constitui como política pública para a inclusão social, pois possibilita o acesso dos sujeitos historicamente excluídos da educação superior. Entretanto, pode ser considerada como política pública compensatória, assim como a política de cotas.

Para muitos estudantes, embora recebendo a bolsa ProUni integral ou parcial para realizar seu curso, ainda ela não é o suficiente, como dito acima. Isso porque, mesmo com o benefício os estudantes, encontram outras dificuldades para se manter na universidade. Há igualmente uma não identificação com o curso escolhido, o que contribui para a evasão.

As autoras Felicetti, Rossonie e Gomes (2013) analisaram teses e dissertações do período de 2007 a 2011, disponíveis no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a partir do descritor "ProUni" e concluíram que um dos maiores problemas os estudantes prounistas é a permanência em seus estudos, associado às necessidades de ordem financeira exigidas na educação superior para custear gastos como alimentação, transporte, material didático, considerando que o programa é destinado aos alunos de baixa renda e que necessitam trabalhar para sua manutenção, o que ocasiona uma falta de tempo para realizar seus estudos.

Rodrigues (2008) afirma que, embora o governo brasileiro em seu discurso manifeste bastante preocupação com a educação superior, ainda é visível a distância entre o que se deseja e o que se produz. O ProUni oportuniza o acesso à educação superior em maior escala, mas é necessária também uma maior correspondência das instituições de ensino superior para viabilizar a permanência desse aluno prounista até a conclusão de seu curso.

De acordo com Felicetti (2011), o ProUni vem oportunizando o ingresso de um novo perfil de estudantes no meio acadêmico, proporcionando a inclusão

social, pois os bolsistas desse programa representam, em sua maioria, uma classe social menos favorecida para competir com alunos melhor preparados a uma vaga em instituições públicas de educação superior, e também sem condições para o financiamento de seus estudos em instituições privadas, possibilitando que os alunos de classes sociais menos favorecidas possam mudar a sua realidade, ou seja, há a possibilidade de ascensão na pirâmide social.

Concordo com Silveira e Oliveira (2014), que dizem que, mesmo com as políticas públicas instituídas pelo governo federal dos últimos anos, essas não têm atendido às demandas existentes, pois ainda impõe-se haver maiores avanços com relação ao acesso, à equidade e à permanência na educação superior, de forma a amenizar o impacto da evasão dos estudantes.

Pensar o ProUni como política de inclusão social é dar um importante significado do programa como sinônimo do resgate da cidadania, da plenitude de direitos sociais, da participação social e política dos indivíduos. (FERREIRA 2010).

A temática evasão nas licenciaturas será apresentada no próximo capítulo, onde proponho mapear e apresentar pesquisas sobre a evasão configurando a produção de conhecimentos nesta temática.

3 REVISÃO DA LITERATURA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA TESE

Neste capítulo apresento os resultados da revisão de literatura na busca de referenciais teóricos e metodológicos que ofereçam subsídios para a questão das políticas públicas, acesso e permanência dos estudantes bolsistas nos cursos de licenciaturas. Nesta revisão, utilizei como fonte de consulta o portal eletrônico do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) para identificação, seleção e análise de teses e dissertações e também artigos no Scientific Electronic Library (SciELO), revistas online em educação. Para corroborar e enriquecer as análises identifiquei estudos que têm como preocupação específica o acesso e a permanência nos cursos de licenciatura de estudantes prounistas.

A elaboração do *estado do conhecimento* para esta pesquisa desenvolveu-se no período de 2011 até primeiro semestre de 2012. Compreendendo a consulta em banco de teses da IBICT e SciELO, encontrei um total 34 produções, sendo 9 teses e 15 dissertações, 1 monografia e 9 artigos produzidos nos últimos 5 anos, ou seja, no período de 2006 a 2011. Na revisão de literatura busquei pelos descritores “licenciaturas”, “evasão”, “ProUni” e “políticas públicas educacionais”.

É sabido que o conhecimento se dá através de uma construção coletiva, sendo uma busca constante em que o autor encontra referenciais sobre o seu tema que poderão ser aproveitados ou contestados. Para que seja possível estudar as causas/os motivos que levaram os alunos prounistas a não concluírem o curso de graduação, faz-se relevante contextualizar primeiramente os cenários da educação superior no Brasil. A interlocução com as produções acadêmicas e com os autores identificados como relevantes para a pesquisa são apresentadas, conceituando-se evasão e contextualizando a evasão nas licenciaturas– tomando como referência a revisão de literatura e, ainda que de forma breve, abordando a formação do professor.

3.1 CONCEITUANDO A EVASÃO

Evasão é um tema que vem sendo estudado há mais de 30 anos nos Estados Unidos pelo pesquisador Vicent Tinto. A retenção dos estudantes e a preocupação com este tema fizeram parte das pesquisas nos EUA, onde os temas desses estudos eram vistos pelo olhar da psicologia, que relacionava a evasão às habilidades e motivação do aluno. Tinto (1997) coloca que nesta época a culpa da evasão era vista como escolha apenas do aluno. A nova forma de entender evasão se iniciou na década de 1970, passando a ser considerada a relação entre os indivíduos e a sociedade e também o ambiente universitário como possível determinante da evasão.

Segundo Tinto (1997), a evasão ocorre quando o aluno falha em se integrar ao sistema acadêmico e social das instituições de ensino superior ou quando a instituição falha em proporcionar aos alunos as melhores condições de integração. Embora a evasão seja uma decisão individual, a condicionalidade da permanência dos alunos em seus estudos é condicionada por variáveis institucionais. O mesmo autor diz que as instituições devem estar comprometidas com o bem-estar do aluno, com a educação de todos e com o desenvolvimento de comunidades sociais e educacionais de forma que todos possam ser integrados.

Em relação aos estudos, pode-se dizer que, no Brasil, ainda se é principiante, sendo que estudos sobre o tema da evasão começam a se tornar mais frequentes a partir da década de 1990, principalmente nas instituições de educação superior privada.

O Brasil ainda não apresenta o mesmo número de estudos sobre evasão e permanência no ensino superior quanto aos outros países. Nos EUA, há décadas discutem-se sobre os modelos de permanência e evasão no ensino superior. Elaborar um modelo conceitual adequado ou adaptar um modelo internacional ao contexto nacional seja, talvez, um grande desafio para os pesquisadores da área atualmente. (CASTRO, 2012).

Em seu artigo intitulado *Alunos ProUni e não ProUni nos cursos de licenciatura: evasão em foco*, Felicetti (2014) afirma que a pesquisa de Lima (2006) é um dos poucos estudos encontrados no banco de Teses e Dissertações

da Capes que faz referência à evasão nas instituições privadas de educação superior. Lima (2006) estudou em sua dissertação as percepções de estudantes de primeiro período sobre o serviço educacional em uma IES privada na cidade do Rio de Janeiro.

A educação superior brasileira tem apresentado elevadas taxas de evasão, principalmente quando mensurada em cursos de graduação. Esse processo é percebido tanto em instituições públicas quanto privadas. A preocupação com esse fenômeno é crescente e alguns estudos têm sido desenvolvidos nessa área. Os resultados dos estudos têm mostrado que muitos fatores contribuem para a concretização desse fato. É preocupante também a consequência social desse fenômeno, que reforça um processo de exclusão e cria um ambiente que pode interferir na sustentabilidade das instituições de ensino superior, principalmente as privadas.

O Projeto Gestão Universitária Integral do Abandono (GUIA), subvencionado pelo Programa ALFA, da Comunidade Européia – que vem trabalhando em colaboração nos últimos três anos para enriquecer o conhecimento sobre o problema do abandono na educação superior e identificar as boas práticas –, conceitua a evasão como o abandono ou deserção, caracterizando um processo voluntário ou obrigatório, pelo qual o aluno não continua os estudos no curso em que está matriculado. (SANTOS; ANDOAÍN; MOROSINI, 2013).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) conceitua evasão como sendo a “saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa.” (BRASIL, 1997, p. 19).

Já Ristoff (1999, p. 125) diz que

parcela significativa do que chamamos evasão, no entanto, não é exclusão, mas mobilidade, não é fuga, não é desperdício, mas investimento, não é fracasso – nem do aluno nem do professor, nem do curso ou da Instituição – mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural de crescimento do indivíduo faz sobre suas reais potencialidades.

De acordo com Ribeiro (2005), cada estudo aborda diferentes definições para este fenômeno e destaca que todos eles apresentam os possíveis motivos que levariam o estudante a abandonar seu curso, ou ainda a se desligar no sistema de educação superior. Ou seja, existem vários tipos de evasão:

- a) Evasão do curso: desligamento do curso superior em função do abandono (não matrícula), transferência ou reescolha, trancamento e ou exclusão por norma institucional;
- b) Evasão da instituição: desligamento da instituição no qual está matriculado;
- c) Evasão do sistema: Abandono definitivo ou temporário da educação superior.

A evasão escolar relaciona-se com a perda de estudantes que iniciam, mas não concluem seus cursos. É um fenômeno complexo, associado com a não concretização de expectativas e reflexo de múltiplas causas que precisam ser compreendidas no contexto socioeconômico, político e cultural, no sistema educacional e nas instituições de ensino.

Para Baggi e Lopes (2011), a evasão escolar na educação superior é um fenômeno complexo e que, portanto, não pode ser analisado fora de um contexto histórico mais amplo, pois ela reflete a realidade de níveis anteriores de ensino, influenciando de diversas maneiras no abandono de um curso de graduação.

A evasão se caracteriza por ser um processo de exclusão determinado por fatores e variáveis internos e externos às instituições de ensino superior. Sob a perspectiva de um fenômeno institucional, ela – a evasão – pode ser reflexo de uma política incipiente de permanência do aluno no curso de sua opção. As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos, são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos.

Segundo Vitelli (2013), os estudos sobre evasão no sistema brasileiro de educação superior atentam para dois focos principais comuns: um relacionado às perdas financeiras no que concerne a instituições privadas, e outro relacionado à perda social, quando da não concretização dos sonhos dos ingressantes neste nível de ensino tanto em instituições públicas quanto privadas. As pesquisas sobre evasão têm mostrado que este fenômeno se configura por meio de fontes multicausais. Este fato ocorre não somente em nível nacional, mas também em nível mundial.

Como destacam Silva Filho et al. (2007), a evasão se torna um desperdício social, acadêmico e econômico. Sendo que para os estudantes, por

sua vez, a evasão pode representar o atraso ou cancelamento de um sonho, perda de oportunidades de trabalho, de crescimento pessoal e de melhoria de renda, entre muitas outras consequências. Não se pode dizer que a evasão no Brasil é melhor ou pior do que os índices internacionais. Faz se necessário, todavia, a realização de estudos sistemáticos para reduzir as taxas de evasão.

Segundo Martins (2007) o estudo da evasão é um importante elemento para o bom gerenciamento das IES – Instituições de Ensino Superior, ao mesmo tempo em que sua diminuição maximizaria importantes recursos, sejam eles públicos ou privados. Com isso, a análise da evasão permitiria conhecer mais profundamente suas causas e o estabelecimento de um planejamento que orientaria as IES na prevenção e redução a evasão.

Nesse sentido, estudar a evasão é procurar entender os estudantes e suas relações com o mundo e a sociedade, considerando que os elementos externos podem influenciar tanto na escolha pelo ingresso na universidade quanto em sua saída. (SANTOS; SANTOS; DAVOGLIO, 2013).

No item 3.2 na sequência, serão apresentados estudos sobre a evasão na licenciatura.

3.2 A EVASÃO NAS LICENCIATURAS

A partir da revisão da literatura através das teses, dissertações e artigos, em relação à evasão nos cursos de licenciaturas, encontraram-se estudos dos cursos de licenciatura em Física, Matemática, Filosofia, Geografia, Pedagogia, sendo alguns de instituições públicas e privadas. Na revisão de literatura não encontramos dissertação e teses que abordam a temática evasão de alunos prounistas nos cursos de licenciaturas. Portanto nesta revisão estamos considerando evasão nas licenciaturas.

Em seu estudo sobre a evasão no curso de Filosofia, o qual analisou os alunos que ingressaram no período de 2004 a 2006, Amaral (2009) constatou que apenas 39,01% conseguiram se formar. As principais razões evidenciadas pelos alunos entrevistados foram condições socioeconômicas, baixo desempenho acadêmico, dificuldades de associar estudos e trabalho e família.

Soares e Pires (2010) verificaram a relação entre ingressantes e formandos a fim de compreender os níveis de evasão e de repetência nos cursos. Dos 312 alunos matriculados no curso de Física, do Instituto Federal de Jataí, em Goiás, apenas 33, ou seja, somente 10,6% do total, concluíram o curso. Desse total, 19 alunos são mulheres, e 14 são homens. Os motivos associados relacionam-se com a empregabilidade real e imediata esperada pelo jovem, a prática de ensino insuficiente para preparar os alunos para a sala de aula e a falta de embasamento nas atividades acadêmicas exatas, comprovado pelos elevados índices de reprovação nas atividades que envolvem cálculo.

Maria Helena Guimarães Castro, ex-presidente do INEP, órgão responsável pelas estatísticas do MEC, diz que nas universidades privadas os cursos de licenciatura e de Pedagogia são os que têm as taxas mais elevadas de evasão: de 50 a 55%. Informa também que a evasão dos cursos de pedagogia e licenciatura preocupa os educadores. (O Globo online, 14/11/2011).

De acordo com o MEC, a falta de professores qualificados ainda preocupa o Brasil. A desvalorização da carreira faz com que muitos jovens prefiram outras profissões. Cerca de 600 mil professores que atuam na educação básica – que inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio – não têm o preparo necessário à função.

Em sua tese, Estácia (2009) analisou a trajetória do aluno prounista que ingressou na Universidade de Passo Fundo (UPF) no ano de 2005. Foram pesquisados os cursos com maior ingresso de alunos, que são os de Medicina e Agronomia, e os cursos com menor ingresso, Filosofia e Geografia. A pesquisadora identificou que a maioria dos pais dos alunos não possui ensino superior. Os alunos relataram como dificuldade a distância para chegar ao local das aulas. Na escolha profissional, os alunos da Medicina e Agronomia têm certeza desta escolha, já para os alunos da Filosofia e Geografia não era a escolha inicial, os alunos não tinham feito esta escolha, expressaram não estar fazendo o curso desejado, mas que não poderiam deixar passar a oportunidade de cursar uma graduação com bolsa. Os alunos de Filosofia e Geografia não verbalizaram bons resultados de desempenho escolar. Os alunos de Filosofia referiram ter dificuldades em algumas disciplinas e na leitura de texto. A entrada destes alunos nos cursos de Filosofia e Geografia foi influenciada pela baixa

relação candidatos/vagas, e também pela nota baixa obtida na prova do ENEM, que não possibilitou o ingresso na primeira opção de curso. Os estudantes associam as suas definições aos professores, que influenciaram em sua escolha. Na pesquisa de Estácia (2009) ficou também evidenciado haver uma dificuldade de associar trabalho e estudo, além de os alunos se sentirem muito cansados. Quanto às questões financeiras, todos disseram que precisam do apoio dos familiares ou de seu próprio trabalho, sendo este realizado no turno inverso de seu curso.

Pinto (2010) investigou o ProUni enquanto política de inclusão na Educação Superior, com objetivo de averiguar se a presença destes estudantes nas IES impactava na qualidade de ensino das instituições nas quais são alunos ingressaram. Na escuta dos estudantes, não exclusivamente das licenciaturas, mas com os alunos prounistas matriculados também em outros cursos de graduação, foram entrevistados 15 alunos dos cursos (Administração, Comércio exterior, Educação Física, Engenharia Elétrica, Gestão Inovação e liderança, turismo, matemática e nutrição). Identificou que os alunos prounistas tiveram um índice de evasão maior do que os não prounistas no ano de 2006 na instituição de ensino superior estudada. De acordo com autora, o nível de evasão dos estudantes prounistas se mostrou 10% mais elevado do que os demais estudantes. A autora afirma que a importância do acompanhamento da evasão, que compromete, em parte, o sucesso à política pública.

Sena (2011) buscou identificar as ações pessoais, institucionais e de política públicas que contribuíram para o estímulo, acesso, inserção, permanência e conclusão do curso superior pelo aluno bolsista. Foram entrevistados 9 estudantes trabalhadores do curso de Pedagogia noturno. Os estudantes apresentaram uma imagem muito boa de si mesmos; relataram ter uma boa relação com seus professores e que estes contribuíram para os seus processos formativos. Os estudantes também afirmam que, se não fosse a bolsa do Prouni, não teriam ingressado na educação superior.

Em sua análise, a autora identifica uma situação muito séria para os alunos dos cursos de licenciatura noturnos: a falta de tempo para se dedicar aos estudos e se envolverem em atividades de ensino, pesquisa e extensão. E um

ponto relevante é que o desejo desses alunos em ter um diploma é um projeto de vida.

Já Bardagi (2009) relata a questão financeira como sendo uma das causas da evasão. Mas, segundo Silva Filho (2007, p. 643),

essa resposta é uma simplificação, uma vez que as questões de ordem acadêmica, as expectativas do aluno em relação à sua formação e a própria integração do estudante com a instituição constituem, na maioria das vezes, os principais fatores que acabam por desestimular levando o estudante a se evadir curso.

De acordo com Rocha (2011), a permanência na universidade, tanto na pública como na privada, apresenta exigências além da questão financeira. A manutenção do aluno em seus estudos não é somente com a matrícula e mensalidades. Devido à insuficiência de recursos financeiros, eles buscam apoio nos sistemas de benefícios de estudos oferecidos pelo governo, ou mesmo das próprias instituições privadas através de financiamentos ou bolsas de estudos integrais ou parciais.

Pacievitch (2011) descreve a sua própria vivência de aluna prounista, concordando que o ProUni garante o acesso, mas não a permanência do aluno no ensino superior. As dificuldades sobre tudo financeiras enfrentadas não são poucas. Nesse sentido, programas complementares poderiam ser criados para estes alunos. Ainda que não vinculado ao ProUni e específico para os cursos de licenciatura, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é um bom exemplo, afirma Pacievitch (2011).

Para Vitelli (2010), a preocupação com a evasão em cursos de licenciatura se faz presente por dois aspectos importantes: a crescente oferta de vagas nos cursos dessa área não consegue atingir seus objetivos em função da grande perda de estudantes durante seu percurso acadêmico (evasão) e, também, porque, com o aumento de vagas em outros níveis de ensino, cria a demanda por profissionais nessa área, não sendo incomum a falta de profissionais para o preenchimento das vagas já existentes.

Em sua pesquisa, Vitelli (2010) identificou que o perfil dos alunos evadidos dos cursos de licenciatura da instituição estudada, a partir da análise bivariada dos dados, apresentou fatores de ordem social designado como: gênero, idade

de ingresso, tipo de ensino médio e ingressante por processo seletivo alternativo e que os alunos com idade de ingresso maior tendem a se evadir em maior proporção do que os demais.

Nesse aspecto o ingresso tardio ao Ensino Superior está relacionado a uma maior quantidade de reprovações em outras etapas do sistema educacional e conseqüente defasagem de idade esperada de ingresso, ou ainda por estarem afastados do sistema educacional e iniciarem seus estudos já na fase adulta inclusive a volta aos estudos após um período de tempo fora do sistema. (VITELLI, 2010, p.111).

De acordo com dados do MEC, a evasão entre os alunos que cursam o ensino superior com a bolsa ProUni é inferior ao percentual observado na totalidade do sistema universitário privado brasileiro. É o que aponta o estudo realizado pelo MEC a partir de dados preliminares do censo da educação superior do ano de 2010. Tomando como referência os anos de 2009 e 2010, observa-se que foi de 15,6% o número de alunos que deixaram o ensino superior antes de concluírem os respectivos cursos em instituições privadas. Neste mesmo período, entre os alunos contemplados com as bolsas do ProUni, esse percentual foi apenas de 4%.

De acordo o MEC (2011), com a legislação atual os professores da educação básica precisam ter cursado o nível superior. Ainda no Brasil cerca de 600 mil dos quase 2 milhões de docentes não possuem graduação. O País tem carência de professores qualificados nas áreas de educação infantil, física, química nas ciências biológicas e matemática. O número de estudantes vem diminuindo na modalidade presencial por causa da falta de interesse dos jovens. Em 2005, 1.2 milhão de alunos estudavam alguma licenciatura, número que, em 2009, passou para 978 mil.

No mesmo período, o número de alunos de Pedagogia caiu de 288 mil para 247 mil. No entanto, houve expansão das graduações à distância para atender à necessidade de professores que já estão no mercado de trabalho. De 2005 para 2009, o número de estudantes das licenciaturas subiu de 101 mil para 427 mil. Nos cursos de Pedagogia, o número foi de 27 mil para 265 mil no mesmo período. (O Globo online, nov.2011).

De acordo com Cunha (2012), os cursos de licenciatura não têm o mesmo status dos demais cursos, e há décadas os discursos das autoridades enfatizam a importância do magistério, mas sem apresentarem preposições para ações que possam reverter esta histórica desvalorização. Cunha (2012, p.3) afirma que

a não priorização das licenciaturas pelas universidades, caminhando junto à contínua desvalorização social da profissão de professor da educação básica, devido a políticas públicas de baixa remuneração, contribui fortemente para o círculo vicioso e (e não virtuoso) atual.

Segundo Gatti (2011), a importância dos professores para a garantia de uma educação de qualidade a todos é amplamente reconhecida. A formação inicial e continuada, a carreira, as condições e o ambiente de trabalho e a valorização desses profissionais, entre outros aspectos, ainda são desafios para as políticas educacionais no Brasil. No entanto, as condições de trabalho, a carreira e os salários que recebem nas escolas de educação básica não são atrativos nem recompensadores, não oportunizando que o professor continue qualificando sua carreira docente.

Nesse contexto, faz-se necessário ter incentivos para a qualificação e formação do professor.

Para Durham (2010, p. 175), os programas de formação de professor deram

continuidade tanto no governo Fernando Henrique como no governo Lula a uma política já antiga utilizada pela União e pelos estados, qual seja, a oferta de cursos de aperfeiçoamento para professores em exercício nas redes públicas. Entretanto, pesquisas realizadas com dados do SAEB têm demonstrado que eles pouco ou nada contribuíram para melhorar o desempenho dos alunos. A raiz do problema parece residir na formação inicial dos docentes, especialmente no que diz respeito às séries iniciais. Por esta razão, o principal programa dirigido para a melhoria do ensino foi uma decorrência da LDB e afetou basicamente a docência para as séries iniciais do ensino fundamental ao criar o curso normal superior e estabelecer a exigência de que, em dez anos, só fossem admitidos professores com licenciatura em nível superior. Isto provocou, em todos os estados, com ou sem auxílio do governo federal, programas especiais para a obtenção desta titulação por parte dos docentes da rede pública.

De acordo com Barreto (2012), para dar cumprimento a Política Nacional de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica, foram

instituídos os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio a Formação Docente, sindicatos docentes e instituições públicas formadoras, que têm como objetivo elaborar e acompanhar os planos de formação de base no diagnóstico das necessidades das redes, articular as ações e otimizar a utilização de recursos. E como instrumento dessa política foi criado o PARFOR. Na modalidade presencial, este é um programa emergencial instituído para atender o disposto no Art. 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as IES.

O objetivo do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) é induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica no país.

O programa PARFOR fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de licenciaturas para docentes ou tradutores intérpretes de libras em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que, mesmo tendo essa formação, se disponham a realizar o curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atuam. Fomenta também uma segunda licenciatura, ou seja, para aqueles professores licenciados que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em área distinta da sua formação inicial, ou para profissionais licenciados que atuam como tradutor intérprete de libras na rede pública de educação básica. Além disso, promove uma formação pedagógica para docentes ou tradutores intérpretes de libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica.

Anualmente a Capes divulga o calendário de atividades do programa e nele estão definidos os prazos e as atividades a serem realizadas pelas secretarias de educação estaduais, municipais e do DF, os fóruns e as IES junto do período das pré-inscrições. Para concorrer à vaga nos cursos ofertados, os professores devem:

- a) realizar seu cadastro e pré- inscrição na Plataforma Freire;
- b) estar cadastrado no Educacenso na função Docente ou Tradutor Intérprete de Libras na rede pública de educação básica;
- c) ter sua pré-inscrição validada pela Secretaria de educação ou órgão equivalente a que estiver vinculado nas escolas.

O licenciado está habilitado a desenvolver práticas que facilitem a compreensão de conteúdos relacionados às disciplinas de Física, mediante o aprofundamento dos conhecimentos, relacionando a história das ciências com os contextos sociais, políticos e econômicos.

Sobre o papel dos professores na qualidade da educação, Gatti (2011) diz ser preciso não apenas para garantir a formação adequada desses profissionais, mas também poder oferecer-lhes condições de trabalho adequadas e valorizá-los para atrair e manter, em sala de aula, esses profissionais.

A partir das leituras realizadas até o presente, momento foi possível perceber que o ProUni viabiliza o acesso da população de baixa renda ao ensino superior, mas se faz necessário pensar em ações das instituições de ensino superior e de políticas públicas que, de fato, estimulem a permanência e a conclusão do curso. Ainda há uma carência de estudos que investiguem o abandono do aluno prounista nos cursos superior de licenciaturas. O acesso é uma conquista do estudante, mas a permanência implica diversos fatores e variáveis não associados diretamente a ele.

De acordo com Baggi e Lopes (2011), o governo deveria ter uma forma de disponibilizar os números de evasão para que pudéssemos entender e com eles propor avanços nas políticas públicas que auxiliasse os estudantes e as instituições públicas ou particulares no combate à evasão escolar.

No Sistema Prouni (Sisprouni), são disponibilizados os dados referentes ao sexo, turno dos cursos, região, professores da educação básica e o número de bolsas ofertadas integrais e parciais. Não foi possível identificar nenhuma informação referente à evasão de alunos prounistas.

Percebeu-se que a evasão tem múltiplas razões e que pode estar associada ao contexto social, cultural, político e econômico em que a instituição está inserida e também diretamente qualidade de ensino oferecida pelas IES,

provocando a perda definitiva do aluno. Para que ocorram mudanças nesse processo, é necessário desenvolver uma reflexão mais sistemática sobre a relação entre a avaliação institucional e a evasão, e seus vários significados, para ampliar um caminho de propostas e projetos de combate ao abandono escolar do aluno.

Nesse sentido, Ristoff (1999) afirma que a solução para evasão nas licenciaturas é conhecida e que precisa melhorar os salários dos professores; diz que as condições de trabalho para os professores do ensino básico e que os altos índices de evasão na licenciatura podem ser diminuídos de forma significativa e em curto prazo.

O problema aqui, portanto, não é que os alunos desistem destes cursos; é que os alunos desistem dos cursos porque há problema, um grande problema que invariavelmente nos remete à política educacional para o primeiro e segundo graus. (RISTOFF, 1999, p. 129),

No Brasil, para garantir o acesso e permanência de estudantes no ensino superior é necessário e urgente que se faça um maior esforço. As iniciativas são úteis em dar condições a muitos estudantes para cursar uma graduação. Mas ainda há um grande número da população mais carente e em grande parte excluídos da educação superior. (VALLE, 2014).

Souza, Petró e Gessinger (2012) identificaram os principais focos das pesquisas sobre evasão no ensino superior nos últimos dez anos no Brasil, em nível de mestrado e de doutorado. Dentre eles, os que aparecem com maior frequência são estudos que buscam identificar fatores que levam os alunos a evadirem. Ao analisarem as conclusões destes estudos, as autoras colocam que eles apontam, como principais fatores: a falta de condições financeiras para manter-se educação superior, a influência familiar, a falta de vocação para a profissão, a repetência em disciplinas que envolvem o conhecimento matemático, a qualidade do curso escolhido, a localização das instituições de ensino superior as condições relacionadas ao trabalho e a idade do aluno. Outros fatores como a insatisfação com o projeto pedagógico, com os professores, com a infraestrutura e recursos disponíveis, o excesso de oferta de vagas, os problemas financeiros, o desemprego, e as dificuldades na aprendizagem também apareceram. As autoras salientam que uma das pesquisas evidenciou

que nos cursos em que a exigência relacionada à nota mínima para ingresso é mais baixa, o índice de evasão é maior.

Felicetti e Fossati (2014) realizaram um estudo com alunos das licenciaturas prounistas e não prounistas ingressos em 2007, 2008 e 2009 em uma instituição de ensino superior privada no segundo semestre de 2012. O objetivo deste estudo foi fazer um mapeamento comparativo entre alunos acerca da situação dos mesmos. Segundo os autores, os resultados são preocupantes, pois o percentual de evadidos corresponde a (40,7%) entre os percentuais das diferentes situações apresentadas. E com os percentuais somados com os que fazem transferências de curso pode-se afirmar que 57,6% abandonaram os cursos de licenciaturas. Embora o ProUni mostrou-se um programa que colabora para com a permanência do aluno na graduação em licenciatura, visto o índice de permanência dos prounistas ser maior que o dos demais ingressantes, ele não dá conta das demandas necessárias para um maior índice de permanência dos bolsistas, futuros professores.

As políticas de incentivo à formação de professores no Brasil parecem não estar conseguindo mantê-los na instituição até a conclusão do curso. Isso significa que o professor necessita muito além de incentivos no que diz respeito à sua formação em nível superior. Necessita ser valorizado enquanto docente; necessita ter voz, autonomia; necessita poder pensar acerca do seu fazer e ser docente; necessita ser ouvido; necessita participar como protagonista das reformas educacionais, pois é ele quem melhor conhece as mazelas que permeiam a Educação brasileira, e não apenas como um telespectador ou como alguém obrigado a replicar o que não professores decidem na e pela Educação. (FELICETTI; FOSSATI, 2014, p.279).

A evasão pode ser medida em uma instituição de ensino superior, em um curso, em uma área de conhecimento, em um período de oferta de cursos e em qualquer outro universo, desde que se tenha acesso a dados e informações pertinentes. Em princípio, pode-se estudar a evasão no âmbito de uma IES, ou em um sistema, ou seja, um conjunto de instituições.

Nos estudos apresentados sobre a evasão nas licenciaturas fica evidenciado que muitos são os fatores que levam os alunos ao abandono. Nos resultados destes estudos, a causa de evasão que mais se apresenta está associada às condições socioeconômicas, mas existem outras exigências além da questão financeira que estudantes encontram dificuldades tais como aquelas relacionadas com o seu processo de aprendizagem, as associadas com o

trabalho e o estudo, a falta de tempo para seus estudos e o deslocamento para a universidade.

3.3 FORMAÇÃO DO PROFESSOR

De acordo com a legislação, os cursos de licenciaturas têm por objetivo formar professores para a educação básica: educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; ensino profissionalizante; educação de jovens e adultos; educação especial. Em seu Artigo 206, a Constituição Federal de 1988 ressalta que os sistemas de ensino devem valorizar os profissionais de escola pública.

Art.206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
[...]
V –valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma de lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas [...]

Nos últimos 50anos o processo de universalização do ensino oportunizou que a escola e os professores assumissem uma importância cada vez maior e, ao mesmo tempo, mais complexa. Com isso os professores estão cada vez mais expostos às avaliações e sendo submetidos a diferentes formas de medição dos resultados de seu trabalho, índices e rankings para medir o nível de aprendizagem dos alunos e definir a posição da escola, do sistema ou do país nas escalas hierárquicas produzidas pelos organismos de regulação da educação. (NÓVOA, 2003) Assim, de acordo com Dourado (2013, p. 372),

a formação docente refere-se à definição de fundamentos, princípios e diretrizes e a sua articulação com o exercício profissional: à definição do que constitui a formação inicial e continuada à definição sobre locus e as características da instituição formadora, a modalidade educativa, mas também à vinculação com os processos culturais mais amplos, os processos identitários, a tensão unidade e diversidade dentre outros..

Gatti (2003) cita a partir de sua pesquisa sobre professores que, com o crescimento das redes de ensino em curto prazo e a ampliação consequente da necessidade de professores, nas últimas décadas o sistema de formação de professores não está conseguindo prover o ensino com profissionais com qualificação adequada, muitas vezes nem suficiente. Segundo a mesma autora,

inexiste uma preocupação e consciência política em relação à importância social dos professores no quadro do desenvolvimento social, mesmo sendo o professor um agente social fundamental para a preservação da cultura.

Os professores também são considerados funcionários, mas de um tipo particular, pois a sua prática profissional está impregnada de uma forte intencionalidade política, devido aos projetos e às finalidades sociais de que são conhecedores. (NÓVOA, 2003).

No momento em que a escola se impõe como instrumento privilegiado da estratificação social, os professores passam a ocupar um lugar chamaremos percursos de ascensão social, personificando as esperanças de mobilidade de diversas camadas da população: agentes culturais, os professores são também, inevitavelmente, agentes políticos. (NÓVOA, 2003, p.16).

De acordo com Souza e Aranha (2011), o Brasil universalizou recentemente o ensino fundamental e trabalha para atender a meta de número 1 do PNE que é universalizar até 2016 a educação infantil e o ensino médio e, no mínimo, 50% das crianças de até 3anos até o final da vigência deste Plano. Não bastasse a escassez de professores para a demanda atual, que o MEC já contabiliza na casa dos 250 mil, sobretudo para o ensino das ciências, universalizar a educação básica implica a necessidade urgente de formar mais e bem os professores para realizar a tarefa.

O trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera que a licenciatura desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes e fazeres docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes proporciona, de constituírem e transformarem seus próprios saberes fazeres num processo contínuo de construção de suas identidades como professor. (PIMENTA 2008).

Para os professores o desafio é enorme. Eles constituem não só um dos mais numerosos grupos profissionais, mas também um dos mais qualificados do ponto de vista acadêmico. Grande parte do potencial cultural (e mesmo técnico e científico) das sociedades contemporâneas está concentrada nas escolas. Não podemos continuar a desprezá-los e a inferiorizar as capacidades de

desenvolvimento deles. O projeto de uma autonomia profissional, exigente e responsável, pode recriar a profissão professor e preparar um novo ciclo na história das escolas e dos seus atores. (NÓVOA, 2003).

Ser professor, além de ensinar, é saber viver, conviver, respeitar o próximo e aprender com ele. É um compromisso consigo mesmo e com a sociedade, sendo impossível separar as dimensões pessoais e profissionais. E, na generosidade, poder disseminar conhecimento. Ser professor é um legado e também uma missão cotidiana com um compromisso ético profissional.

A ética está implicada nas relações com os alunos, pais e nas relações com os colegas. O professor, mesmo em seu trabalho sozinho ou em equipe, tem necessidade de uma ética da relação, já que ele não vive em uma ilha deserta. Em equipe, a ética faz-se necessária em relação à solidariedade, ao segredo, ao respeito e à autonomia de cada um, à partilha das informações e dos recursos, às relações com alunos e mais colegas. Por definição, a ética não é um sistema de regras, mas ela permite refletir, orientar-se, enfrentar os dilemas comuns ou peculiares. (THURLER; PERRENOUD, 2006). Na formação do professor faz-se necessário a presença da dimensão ética, pois ela faz parte da competência profissional e da qualidade do trabalho realizado.

Em seu estudo, Libânia (2014) apresentou uma síntese da produção teórica de publicações de pesquisa fora do Brasil principalmente os da língua inglesa e francesa, onde aborda o processo de construção social e histórica da profissão docente em circulação nos últimos 30 anos. Como resultado de seu trabalho foi possível perceber alguns princípios centrais que contribuem para uma melhor compreensão da problemática da profissão docente:

- a) a importância de reconhecer que a escola e o professor são construções históricas e que, portanto, nem sempre foram vistas ou se fizeram perceber da forma como são encaradas atualmente;
- b) a percepção de que a escola é responsável pela socialização dos sujeitos e a intervenção do professor é relevante para estes se tornarem pessoas capazes de se inserir e conviver em sociedade;
- c) a constatação de que, na atualidade, a escola e o professor estão assumindo uma importância cada vez maior e, ao mesmo tempo, podendo

esse tornar-se alvo de críticas que vão além dos limites de seu preparo profissional e de suas condições de trabalho.

A valorização social dos professores passa por uma reconstrução sociocultural, e esse movimento depende de condições concretas relacionadas no contexto de formação e trabalho dos docentes na educação básica. Os professores apontam como valor para a profissão a existência do concurso público para o ingresso da carreira. (GATTI, 2013).

Não podemos negar o valor da educação e que um bom professor pode, sim, fazer a diferença na sociedade. Isso mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é bastante árduo, difícil e necessário, mas que ainda se permite que esses profissionais continuem sendo desvalorizados. Apesar de mal remunerados, com baixo prestígio social e responsabilizados pelo fracasso da educação, grande parte resiste e continua apaixonada pelo seu trabalho.

Neste contexto, é importante uma reflexão sobre a profissão docente que já se apresenta como um problema social afetando diretamente o aluno e a qualidade no ensino público no país. De acordo com os dados do Censo de 2013, a probabilidade de falta de professores se confirma. O fenômeno ocorre porque, pelo quarto ano seguido, é cada vez menor a quantidade de estudantes que procuram cursos de licenciatura e, conseqüentemente, o Brasil tem formado um número menor de professores.

Os motivos para se tornar professor se diversificaram, incluindo desde a vocação, o trabalho pelo sustento, as origens sociais, o casamento complicando singularmente a identificação social numa profissão fortemente feminina. (THURLER; PERRENOUD 2006).

Neste sentido também, Gatti (2010) coloca a que preocupação em relação aos cursos de licenciatura vem crescendo no país. Esta preocupação não quer dizer reputar apenas ao professor e à sua formação a responsabilidade sobre o desempenho atual das redes de ensino. Sabe-se que múltiplos fatores convergem para isso, entre esses: as políticas educacionais, financiamento da educação básica, aspectos culturais, hábitos estruturados, a naturalização em nossa sociedade da situação crítica das aprendizagens efetivas de amplas camadas populares, a gestão das escolas, formação dos gestores, as condições

sociais e de escolarização de pais e mães de alunos das camadas populacionais menos favorecidas e, também, a condição do professorado: sua formação inicial e continuada, os planos de carreira e salário dos docentes da educação básica, as condições de trabalho nas escolas.

De acordo com Dourado (2013), no campo educacional é necessário repensar a formação, para estabelecer políticas mais orgânicas, sobretudo no contexto do papel do professor e da dinâmica formativa que se pretende garantir ao profissional.

No próximo capítulo são apresentados os caminhos da pesquisa, onde estão detalhados as fases da pesquisa, a definição dos interlocutores e os instrumentos utilizados. Igualmente, traz-se presente a apresentação da instituição de ensino superior onde ocorreu a pesquisa.

4 CAMINHOS DA PESQUISA

No presente capítulo apresento a metodologia utilizada para o alcance dos objetivos propostos. Inicialmente, explano sobre o detalhamento e escolha do método. Na sequência, trago as etapas que foram realizadas na tese para a operacionalização da pesquisa.

A escolha da instituição de ensino Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) se deu partir da vivência como profissional técnica Assistente Social, trabalhando na Gerência de Atenção ao Aluno, mais especificamente no núcleo de assistência estudantil onde são realizados os atendimentos a todos os alunos da universidade. Neste espaço de trabalho, eu e uma equipe executamos o Programa de Inclusão Educacional e Acadêmica (PIEA), destinado aos alunos com a bolsa do ProUni. O PIEA procura qualificar a aprendizagem pela construção do conhecimento, para a melhoria do desempenho acadêmico e a qualidade de vida dos estudantes. Os alunos que participam do programa também recebem apoio de transporte e alimentação para a manutenção de seus estudos, além de apoio psicológico quando houver a necessidade. Mesmo com o PIEA, ainda há abandono dos estudos. Neste caso, vê-se uma evasão menor em relação aos estudantes que não participam do PIEA.

Esta escolha também se dá pelo fato de a pesquisadora participar do subprojeto Estudo da Evasão no Ensino Médio e Superior em São Leopoldo. Tal estudo compõe o projeto Observatório da Educação – Indicadores de Qualidade e Gestão Democrática. Os resultados esperados do subprojeto são o mapeamento do cenário da evasão no ensino médio e superior, delineamento do perfil do aluno evadido, contribuições na gestão das escolas para prevenção da evasão, e subsídios aos gestores e educadores para tomada de decisão comprometida com a melhoria da qualidade da educação.

A metodologia da pesquisa detalha todos os procedimentos empregados para realizar cientificamente o estudo, ou seja, os objetivos propostos na tese, o método de delineamento, as técnicas de coleta de dados e a técnica de análise que subsidiaram a interpretação dos dados. Os dados da instituição pesquisada estão descritos no item da unidade de análise.

4.1 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

De acordo com a revisão da literatura, pode-se depreender que a não permanência e a não conclusão dos estudantes prounistas em seus cursos de licenciaturas precisam ser analisadas em profundidade, ouvindo-os, envolvendo-os neste processo. Sob a perspectiva de um fenômeno institucional, a evasão pode ser reflexo de uma política incipiente de permanência do aluno no curso de sua opção. Cabe destacar a importância de se analisar o problema sob a ótica de uma visão sistêmica para então sedimentar soluções que tratem esta questão a partir de sua complexidade e abrangência.

A presente pesquisa é de cunho qualitativo tendo como abordagem o estudo de caso. Na pesquisa de natureza qualitativa é frequente que o pesquisador – ou pesquisadora – procure entender os acontecimentos segundo a perspectiva dos participantes da situação pesquisada. Segundo Minayo (2010), o uso do método qualitativo busca trazer à luz dados, indicadores e tendências ou produzir modelos teóricos com aplicabilidade. Segundo a autora, este método se aplica ao estudo da história, das relações, das crenças, percepções, das opiniões e o resultado das interpretações que os sujeitos fazem a respeito de como vivem, sentem e pensam. Este método propicia a construção de novas abordagens, criação e revisão de novos conceitos e categorias durante o processo de investigação.

O estudo de caso utiliza estratégias de investigação qualitativa para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito de um fenômeno. (MINAYO, 2010).

Esta categoria de pesquisa objetiva a análise profunda e exaustiva de um ou poucos objetos, de maneira que permita um amplo e detalhado conhecimento. É adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos. (GIL, 2010).

De acordo com Hoppen (1997, p. 11), “o Estudo de Caso examina um fenômeno em seu meio natural, a partir de múltiplas fontes de evidências (indivíduos, grupos, organizações) empregando vários métodos de coleta e análise de dados (entrevistas, questionários, documentos, etc.)”.

Para Yin (2010), o estudo de caso é um método de pesquisa que busca contribuir para a produção de conhecimento sobre fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e outros que podem estar associados. Ele é relevante quando as questões postas requerem uma descrição mais aprofundada.

Como dito inicialmente, a presente tese busca estudar o fenômeno evasão dos alunos prounistas nas licenciaturas. Dessa forma, ela tem como objetivo identificar quais as causas/os motivos que levam os alunos bolsistas dos cursos de licenciaturas à evasão, tendo como método de pesquisa o estudo de caso.

Nesse sentido, Yin (2010) afirma que o estudo de caso é uma inquirição empírica cujo método é relevante, pois investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente evidentes e onde múltiplas fontes de informação são utilizadas. O mesmo autor diz que as informações podem ser obtidas através de seis fontes, a saber: documentos, registros, entrevistas, observação direta, observação do participante e artefatos físicos.

Para Duarte (2008, p. 384), é importante a decisão de usar o estudo de caso singular ou múltiplo, pois “focar um caso singular obriga a devotar cuidadosa atenção a esse caso”, e, quanto à opção por casos múltiplos, Yin (2010, p. 83) diz que “a justificativa para os projetos de casos múltiplos deriva, diretamente, de seu entendimento das replicações literais e teóricas”.

De acordo com Yin (2010), o método do estudo de caso é o indicado e mais apropriado para responder às questões “como” e “por quê”. É nesse sentido que ele – o estudo de caso – é um método de pesquisa adequado para a presente tese, em que quero saber por que os alunos com bolsa ProUni abandonam os cursos de licenciatura.

O delineamento teórico e metodológico da pesquisa refere-se ao seu planejamento envolvendo desde a articulação das categorias teóricas e metodológicas até a formulação das estratégias de coleta, análise e interpretação dos dados. Nos estudos pesquisados, viu-se que muitos são estudos quantitativos, havendo poucos estudos qualitativos sobre o tema

proposto na pesquisa. A proposta desta intervenção foi realizar uma pesquisa qualitativa, mas também de forma a complementar com a quantitativa, pois entendo que esta irá enriquecer a investigação.

4.2 INTERLOCUTORES DA PESQUISA

A escolha dos sujeitos participantes da pesquisa são todos os coordenadores (as) dos cursos de licenciaturas da Unisinos, os alunos evadidos dos cursos de licenciaturas e a gerente das licenciaturas. A presença do (a) coordenador (a) como um dos sujeitos entrevistados deve-se pela importância das atividades que desempenha e, por conseguinte, do conhecimento vivenciado no que se refere às questões de ordem administrativas e pedagógicas, as quais se fazem necessárias para a formação de professores.

Realizar a entrevista com a gerente da licenciatura também foi importante para entender como é feita a gestão nos cursos de licenciaturas e de que forma é pensada a prevenção da evasão nestes cursos.

Os alunos evadidos dos cursos de licenciaturas têm uma grande relevância, pois são os sujeitos protagonistas deste estudo. Acredito que, com esta escuta, seja possível identificar quais as causas que levam o aluno ao abandono de seu curso mesmo com bolsa ProUni.

4.2.1 Entrevistas com os Sujeitos da Pesquisa

Entende-se que, mesmo com outras formas de coleta de dados, a entrevista seja relevante pela aproximação com os sujeitos e por um importante componente para a pesquisa qualitativa, pois oportuniza o contato pessoal com os sujeitos da pesquisa. Foi utilizada a entrevista em profundidade com um roteiro semiestruturado com questões abertas buscando conseguir, através da conversação, dados que possam ser utilizados em análise qualitativa, ou seja, aspectos considerados mais relevantes de um problema de pesquisa. De acordo com Minayo (2010), este instrumento busca construir informações pertinentes para o objeto pesquisado, facilitando a abordagem e assegurando que seus pressupostos serão cobertos na entrevista.

Entrevista é uma conversa, e toda a conversa é um desafio ao diálogo aberto com o outro – e não apenas um controle sistemático de fala alheia.

Segundo Gil (2010), a entrevista caracteriza-se como uma técnica em que o investigador formula perguntas face a face. Permitindo o relacionamento estreito entre entrevistado e entrevistador.

As entrevistas foram gravadas e transcritas com a finalidade de classificar os tipos de conteúdo apreendidos e identificar as categorias que melhor caracterizam o trabalho. Foram analisadas utilizando-se o método de análise de conteúdo de acordo com Bardin (2011).

4.3 FASES DA PESQUISA

Aqui estão apresentadas as fases para a realização da pesquisa. Estas são divididas em duas fases: a primeira fase ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2013, quando se realizou a aproximação com os dados da instituição e alguns sujeitos, além da análise documental; a segunda fase ocorreu no primeiro e segundo semestres do ano de 2014, quando foi feita a coleta de dados mediante entrevistas com os sujeitos da pesquisa: os alunos evadidos das licenciaturas, os coordenadores dos cursos de licenciatura, a gerente de licenciatura da Unisinos.

4.3.1 Primeira Fase

A primeira fase da pesquisa pode ser considerada desde a elaboração do estado do conhecimento, o conhecimento da realidade da instituição de ensino que faz parte da pesquisa.

Na Unisinos, os dados do estudo de evasão encontravam-se em fase final de elaboração pelo Núcleo de Estudos de Prevenção à Evasão e a Gerência de Serviços de Informação. No ano de 2014, foram individualizados os dados dos alunos prounistas e dos cursos de licenciaturas, sendo os primeiros dados de evasão dos alunos prounistas dos cursos de licenciaturas. No que se refere aos dados dos alunos prounistas, a Unisinos, através do setor da Ação Social e Gerência, disponibilizou um relatório preliminar onde consta o nome do aluno, o

número de matrícula, o nome do curso, seu contato telefônico, e-mail e se ele tem bolsa ProUni integral e ou parcial. Este relatório facilitou as informações dos alunos evadidos para a entrevista nesta tese.

Também nesta primeira fase foram realizadas uma análise dos documentos institucionais tais como PDI, Balanço Social Relatório de Responsabilidade Social Universitária (RSU-Ausjal) e uma análise preliminar de dados quantitativos da evasão dos alunos prounistas dos cursos de licenciaturas através dos relatórios de evasão elaborados pela própria instituição.

Em relação aos alunos evadidos, primeiramente foi solicitado à Unisinos a extração do indicador Evasão ProUni, o que foi disponibilizado pelo setor de Tecnologia e Informação (TI) que realizou a extração de dados através de um relatório que me foi enviado por e-mail em planilha Excel. O relatório contempla o nome do aluno, e-mail, telefone e em qual curso estava matriculado, número de matrícula, período letivo, modalidade presencial ou à distância. O presente relatório refere-se ao período de 2013/1 a 2013/2; a escolha deste período é porque anteriormente a ele a universidade não tinha os dados de evasão dos alunos prounistas.

Nesta primeira fase também realizei um pré-teste que ocorreu de novembro de 2013 a fevereiro de 2014, envolvendo uma aproximação com os alunos evadidos e já utilizando um roteiro (cf. Apêndice A) no intuito de verificar o entendimento das questões para dar maior validade ao objeto de coleta de dados. Foram realizadas quatro entrevistas. Também foram realizadas análise dos documentos, relatórios e outros registros internos das instituições. Os resultados preliminares da fase exploratória estão apresentados nos resultados da tese.

4.3.2 Descrição da Segunda Fase

Nesta fase foi realizada a entrevista em profundidade com nove coordenadores de licenciatura bem como com a gerente de licenciatura, e mais quatro alunos evadidos, totalizando 8 alunos evadidos entrevistados, constituindo, por fim, 18 sujeitos entrevistados.

As entrevistas com coordenadores e a gerente ocorreram da seguinte forma: a pesquisadora entrava em contato por telefone com o (a) coordenador, identificava-se como pesquisadora e comentava o motivo do telefonema. Caso eles tivessem interesse e disponibilidade, marcavam o local do encontro para a sua realização. O local da realização da entrevista foi na sala dos próprios coordenadores, seguindo a preferência deles próprios.

Inicialmente a pesquisadora apresentou o projeto de pesquisa e agradeceu a disponibilidade pela participação. As entrevistas duraram de 40min a 60min, dependendo do tempo que cada um levava para responder às perguntas do roteiro (cf. Apêndice B). Elas foram gravadas, como registro das falas dos sujeitos, e na sequência transcritas, sempre com a concordância dos sujeitos da pesquisa, que assinaram o termo de consentimento livre esclarecido.

Para a realização das entrevistas com os alunos no primeiro momento, foi enviado e-mail para todos os alunos a partir dos dados disponibilizados na planilha totalizando 87 alunos evadidos. Inicialmente, os e-mails foram remetidos para alunos evadidos conforme a planilha de cada semestre 2013/1, 2013/2, 2014/1e 2014/2. O conteúdo do e-mail enviado para os alunos foi:

“Sou aluna do curso de Doutorado de Educação na Unisinos e estou realizando minha pesquisa de Doutorado com os alunos que abandonaram o curso de Licenciatura. O Objetivo da tese é identificar quais as causas e fatores que levam o aluno a abandonar o curso de licenciatura e o que pode ser feito para a permanência e conclusão do Curso. Gostaria de saber se você poderia participar da minha pesquisa. Informo que não serão identificados os nomes dos sujeitos na tese. Também sou professora no Curso de Serviço Social na Unisinos. A entrevista pode ser realizada presencialmente ou por telefone. Caso você estiver matriculado em seu curso de licenciatura neste semestre desconsidere este e-mail. ”

O retorno dos e-mails foi pequeno neste primeiro contato: apenas 8 no total, sendo que alguns disseram que gostariam que a entrevista fosse por telefone, pois não dispunham de tempo. Um aluno pediu que fosse a lugar público por não me conhecer. Dando continuidade à tentativa de entrevista, foi enviado um e-mail individual para cada aluno. Através do e-mail individual houve um retorno um pouco melhor.

Na sequência optou-se por realizar um contato telefônico com cada um dos estudantes. As entrevistas com os alunos foram agendadas e o local foi escolhido por eles próprios. As entrevistas foram gravadas, tendo os entrevistados assinando o termo de consentimento livre esclarecido. Também foi realizada uma entrevista pelo telefone, utilizando-se do recurso do Viva Voz do celular, gravando-se a entrevista. Neste caso, o termo de consentimento foi enviado para o e-mail do aluno.

No quadro abaixo apresento o comportamento em relação às respostas a partir dos contatos com os alunos, sujeitos da pesquisa.

Quadro 1 – Número do retorno das entrevistas dos Alunos Evadidos

Semestre	Número de Alunos	Retorno e-mails
2013/1	40	8
2013/2	15	1
2014/1	15	0
2014/2	17	3
Total	87	12

Fonte: Elaborado pela autora.

No total dos 87 alunos evadidos convidados para participarem da entrevista, tive o retorno 12 alunos informando que participariam da entrevista. Foram realizadas 8 entrevistas pelo fato de que uma aluna informou que trocou de licenciatura e os demais pediram para ligar em outra data e outro horário, ocasiões em que não tive sucesso.

Dois alunos pediram para terem acesso ao roteiro a fim de tomar conhecimento de seu conteúdo, mas eles acabaram não realizando as entrevistas. Saliento que as ligações telefônicas foram realizadas, mas sem sucesso, sendo que alguns números informados nos cadastros de matrícula não estavam mais ativos.

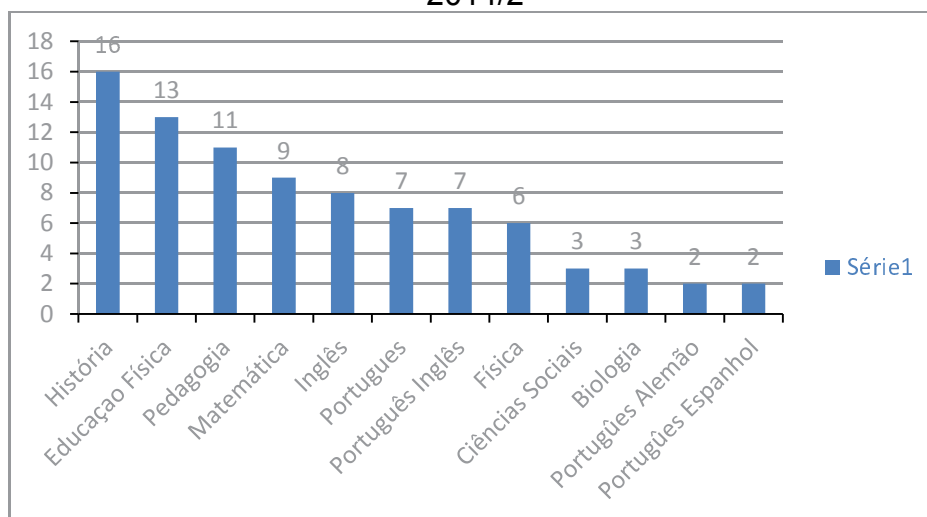
A pesquisa utilizou instrumentos de coleta de dados contemplando a dimensão qualitativa das análises a serem realizadas. Foram elaborados roteiros com questões abertas para orientar a condução das entrevistas com os estudantes evadidos das licenciaturas e um roteiro para ser respondidos pelos coordenadores de cursos.

O roteiro para os alunos evadidos contemplou os seguintes itens: dados pessoais, da vida familiar, vida acadêmica e questões relacionada ao ProUni.

No roteiro dos coordenadores e da gerente da licenciatura, o instrumento contemplou saber as atividades acadêmicas ministradas, se existe acompanhamento de evasão de seus alunos, se identificam as causas que levaram a evasão alunos prounistas a abandonarem seu curso, se os alunos comunicam à coordenação quando abandonam o curso, como o coordenador avalia o ProUni, enfim que ações podem ser pensadas na instituição para a prevenção da evasão.

O Gráfico 6 apresenta o número total de alunos evadidos por curso no período de 2013/1 a 2014/2.

Gráfico 6 – Número de alunos evadidos por curso no período de 2013/1 a 2014/2



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico acima mostra que o curso com o maior número de alunos evadidos com bolsa Prouni é o de História, enquanto que os dois com os menores índices de evasão são os cursos de Letras nas habilitações: Português Alemão e Português Espanhol. As diferenças entre os cursos de Matemática, Inglês, Português e Física são pequenas.

4.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Como técnica de análise dos dados para esta pesquisa, foi utilizado como metodologia, a análise de conteúdo. Esta tem por finalidade a análise dos dados do questionário, transformando as respostas dos sujeitos em conclusões, a fim de que se tenha um conhecimento sobre as causas da evasão nas licenciaturas.

Conforme Bardin (2011), a análise de conteúdo compreende um conjunto de técnicas de análise das comunicações. É um conjunto de técnicas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. Define-se, portanto, como um *conjunto de técnicas de análise das comunicações* visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para Moraes (1999), a matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos autobiográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos. Contudo, os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao pesquisado em estado bruto, necessitando ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e análise de conteúdo.

Ainda que diferentes autores proponham diversificadas descrições do processo da análise de conteúdo de acordo com Bardin (2011), a mesma é constituída de cinco etapas: a) preparação das informações; b) transformação do conteúdo em unidades; c) categorização das unidades em categorias; d) descrição; e) interpretação. Na sequência será apresentada a unidade de análise onde o estudo foi realizado.

4.5 UNIDADE DA ANÁLISE: UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)

A pesquisa em questão realizou-se na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). A Unisinos é uma instituição de ensino superior particular, comunitária, sem fins lucrativos e mantida pela Associação Antônio Vieira (ASAV), nome de uma das faces civis da Província dos Jesuítas do Brasil. Localizada na cidade de São Leopoldo-RS, a Unisinos fica a aproximadamente 30 km de Porto Alegre. Foi criada em 17 de maio de 1969 pela mantenedora, a Associação Antônio Vieira. Seu funcionamento acadêmico se deu a partir de março de 1970. É uma instituição de educação superior de direito privado e de natureza comunitária e confessional, que se rege pelas normas do Sistema Federal de Ensino, pelo seu Estatuto e Regimento e pelas diretrizes e normas internas estabelecidas pelo sistema decisório e administrativo da instituição. Trata-se de uma empresa de ensino superior (graduação, extensão, aperfeiçoamento, mestrado e doutorado), sendo responsável pela formação profissional de milhares de jovens a partir de seu ingresso em diversos cursos. Está classificada como grau de risco 2, de acordo com a NR4, da lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Portaria nº3.214 de 8 de julho de 1978.

A missão desta universidade é de promover a formação integral da pessoa humana e sua capacitação ao exercício profissional, mediante a produção do conhecimento, o aprendizado contínuo e a atuação solidária para o desenvolvimento da sociedade. Essa missão fundamenta-se no respeito à dignidade da pessoa humana, nos princípios do cristianismo, no serviço da fé e na promoção da justiça, no diálogo cultural e no diálogo inter-religioso, característicos da educação da Companhia de Jesus. A sua visão se caracteriza por ser uma universidade global de pesquisa.

Integram a estrutura organizacional da Unisinos:

- a) o Conselho Universitário, como órgão máximo de deliberação, compreendendo o Colegiado Pleno e duas câmaras (de Graduação e de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão), como instâncias especializadas;
- b) a Reitoria, como órgão de direção superior, compreendendo: reitor, vice-reitor, pró-reitor acadêmico e pró-reitor de administração;
- c) Unidades Acadêmicas, como órgãos de operacionalização e gestão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, compreendendo as unidades de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Educação Continuada;
- d) as Unidades de Apoio, como órgãos de execução e gestão da estrutura física e dos serviços relacionados às atividades de apoio administrativo, acadêmico e operacional, compreendendo as unidades de Administração de Infraestrutura e Serviços, de Serviços Acadêmicos, de Finanças e Controladoria e de Recursos Humanos;
- e) e órgãos suplementares e de assessoramento às atividades-fim e à administração superior, no âmbito das atribuições decisórias e executivas que lhes são pertinentes. (PDI-Unisinos 2013).

Em seus 44 anos, a Unisinos conta neste semestre de 2014/2 com 31.923mil alunos em cursos de graduação, pós-graduação e extensão, na modalidade presencial e a distância. A universidade preza pela capacidade de ser inovadora. Com métodos atuais e emprego de novas tecnologias, estando atenta ao mundo contemporâneo e à transformação sem, no entanto, abrir mão de seus valores originais.

A Unisinos já diplomou cerca de 74 mil estudantes, cuja formação traduz as grandes opções estratégicas da instituição: transdisciplinaridade, educação por toda a vida e desenvolvimento regional.

Além do campus principal em São Leopoldo, está presente em Porto Alegre, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Maria, Rio Grande e Canoas, no Rio Grande do Sul; tem também sede em Florianópolis, em Santa Catarina; e em Curitiba, no Paraná.

Segundo Ugalde (2009) a universidade quer pessoas responsáveis socialmente e dotadas de instrumentos técnico-científicos próprios de boa formação universitária. A Universidade socialmente responsável forma o pensamento, os afetos, a espiritualidade e a vontade de agir em prol de um mundo em que prevaleçam a dignidade e as oportunidades para todos.

As experiências das universidades Jesuítas têm permitido as práticas e os processos de reflexão sobre a Responsabilidade Social Universitária, pelo fato de compartilharem a identidade Jesuíta, realizados a partir de suas faculdades, escolas, unidades acadêmicas, cursos e programas iniciativas de ensino, pesquisa, extensão e da gestão que apontam para o tema Responsabilidade Social Universitária.

Também visa à inovação pedagógica e científica através de pesquisas científicas que sejam aproveitadas para o desenvolvimento nos âmbitos locais, regionais e nacionais e se caracterizando como um trabalho implicado inter e transdisciplinar. São necessários também ter um entendimento comum sobre as políticas de RSU que expressam um compromisso social das Universidades da AUSJAL. AS políticas são definidas em áreas de impacto entre estas destacamos apenas o que se refere ao tema desta pesquisa – a educação:

Impacto educativo: A universidade tem um impacto direto na formação de seus estudantes sobre a forma de percepção e entendimento de mundo, influencia na definição da ética Profissional e ao seu papel social, com isso a Universidade deve propiciar práticas de gestão socialmente responsáveis, com iniciativas inter e transdisciplinares. Além disso, a Universidade deve vincular a formação acadêmica dos estudantes à realidade externa e atuar como interlocutora na solução de problemas.

4.5.1 Licenciaturas na Unisinos

Conforme a Resolução nº 18 de 2004, do Conselho Universitário (CONSUN) da instituição, o projeto político-pedagógico das licenciaturas está fundamentado nos pressupostos da concepção pedagógica da instituição e na legislação pertinente. A concepção de currículo “contempla três dimensões articuladas: uma mais ampla, de constituição da identidade desse profissional,

outra de conhecimento das ciências e uma terceira, que focaliza a formação e a ação pedagógica em áreas específicas”. (UNISINOS, 2004, p. 15).

A universidade tem ofertado os seguintes cursos de licenciaturas: Ciências Biológicas (início em 1958); Educação Física (1986); Filosofia (1954); Física (1968); História (1964); Letras Português (1958), Português/Alemão (1958), Português/Espanhol (2000), Português/Inglês (1958) e Inglês (2000) Matemática (1964) e Pedagogia (1955). Grande parte desses cursos tem um período de funcionamento de, pelo menos, 50 anos. A quantidade de alunos em cursos de licenciatura na Unisinos, atualmente, é de 2.784 alunos, em um total de 25.692 alunos de graduação corresponde a aproximadamente 11% dos alunos. O total geral de alunos da Universidade é de 31.923 somando (graduação, programas de pós-graduação e *lato sensu*), considerando os dados do semestre de 2014/2.

A Unidade Acadêmica de Graduação, órgão executivo de concepção, operacionalização, gestão e inovação de ensino de graduação e sequencial, na modalidade presencial e a distância, é constituída de: diretor, gerente de desenvolvimento do ensino, gerente administrativo, gerente acadêmico, gerente dos bacharelados, gerente das licenciaturas, gerente dos cursos tecnológicos, coordenador de educação à distância, coordenador acadêmico do laboratório de ensino, coordenadores de curso, colegiado do curso e colegiado de integração dos coordenadores.

De acordo com o Art. 17 da Resolução 027/2012,

o coordenador do curso é o gestor incumbido da coordenação didático científica e técnico- profissional do curso, da administração dos procedimentos envolvidos na organização acadêmica, no regime escolar e na execução e desenvolvimento do ensino, da gestão orçamentária, consistência econômico financeira e sustentabilidade do curso, da administração dos recursos e resultados e da execução das estratégias de inovação, expansão e diversificação, bem como da organização e condução das atividades do respectivo colegiado.

Entre as diversas atribuições dos coordenadores de curso estão contempladas, de acordo com o Capítulo I – Das atribuições do coordenador (Artigo21):

- XIII – promover e/ou participar de iniciativas de acolhida aos alunos ingressantes do respectivo curso e acompanhar a evasão;
- XIV – acompanhar a vida escolar, o desenvolvimento acadêmico o nível de satisfação dos alunos, bem como o desempenho dos egressos no mercado de trabalho.

Na Unisinos os coordenadores dos cursos de licenciatura dialogam com a gerente de licenciatura que, de acordo com o Capítulo VI e Artigo 13 da resolução 027/2012, têm como competência, entre outras:

- I – auxiliar o Diretor na administração da Unidade Acadêmica de Graduação, participando da execução das estratégias de qualificação didático científica da formação de professores para a educação básica gerenciando programas e ações de atração e fidelização dos alunos, bem como coordenando e supervisionando a execução das estratégias e diretrizes institucionais referentes a consolidação econômico financeira, ao aperfeiçoamento, a inovação e ao fortalecimento dos cursos presenciais de licenciatura.
- II – orientar os coordenadores de curso de Licenciaturas em articulação com a Gerência de Desenvolvimento de Ensino, na execução de estratégias e ações de qualificação dos projetos pedagógicos, no aperfeiçoamento e atualização dos respectivos cursos, visando assegurar o cumprimento das respectivas especificidades, a articulação e a integração do processo de formação de professores como um todo e coerência com as necessidades da educação básica.

A Unisinos tem uma política de bolsas de licenciatura em que os estudantes recebem 50% desconto nos valores dos créditos cursados. Dessa forma, a instituição assume um compromisso social com a educação, contribuindo para que os estudantes tenham melhores condições de concluir seus cursos de licenciatura. Os alunos podem optar pelos 50% de desconto mais os 50% de bolsa ProUni. Têm a possibilidade também optar pela bolsa integral ProUni. No semestre de 2014/2 a Unisinos concedeu 610 bolsas licenciaturas.

A Unisinos aderiu ao Programa Universidade para Todos no ano de 2005. No segundo semestre de 2014, o total de alunos bolsistas integrais é 2788 e 913 alunos com bolsa parcial, totalizando 3701 alunos bolsistas. Cursando licenciaturas há 260 alunos com bolsa integral e 13 alunos com bolsa parcial.

O quadro abaixo apresenta o número de alunos por curso e o número de bolsas integrais e parciais.

Quadro 2 – Número de alunos com Bolsa ProUni Integrais e parciais nas licenciaturas – Unisinos 2014/2

Nº Alunos	Nome do Curso	Turno	Bolsa Integral	Bolsa Parcial
43	Pedagogia	Noturno	41	2
29	Ciências Biológicas	Matutino	27	2
4	Ciências Sociais	Noturno	4	
56	Educação Física	Noturno	56	3
8	Filosofia	Noturno	8	
9	Física	Noturno	9	
27	História	Noturno	25	2
8	Letras Inglês	Matutino	8	
11	Letras Português	Noturno	11	
16	Letras Português-Espanhol	Noturno	15	1
27	Letras Português – Inglês	Noturno	25	2
32	Matemática	Noturno	31	1
Total 273			260	13

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro acima mostra que, nos cursos de licenciatura, 273 alunos têm bolsa ProUni. Destes, 260 alunos têm bolsa integral de 100% e 13 alunos têm bolsa parcial de 50%. Os cursos de licenciatura na Unisinos são predominantemente noturnos. Na Unisinos o processo seletivo é realizado por meio de vestibular. Em relação às vagas para as bolsas de Prouni, essas são definidas pelo Programa Universidade para Todos de acordo com o número de matriculados em cada curso. No momento da inscrição o sistema já informa para o estudante as instituições e os cursos com as suas respectivas vagas.

No que refere à evasão, a Unisinos vem realizando seus estudos de forma mais sistemática a partir do ano de 2008; anterior a este período os estudos eram realizados de forma mais isolada. A definição de conceitos, diagnóstico e proposições foram realizadas a partir de um Estudo Global no ano de 2008. No

ano de 2009 os resultados foram socializados, seguido por algumas ações isoladas a fim de minimizar o fenômeno estudado.

Neste estudo de 2008 foi identificado que os principais fatores que interferem na evasão estão relacionados ao tempo do aluno no Curso, nesse caso, observamos que grande parte da evasão acontece no primeiro semestre do aluno no Curso. Até o terceiro semestre os índices de evasão são mais altos, estabilizando-se após esse período. Foi destacado neste estudo o desempenho acadêmico, muitas reprovações e médias baixas também se mostraram significativas com relação a opção pelo abandono escolar. A indefinição da escolha profissional evidencia-se nas transferências entre Cursos e no estudo qualitativo que identificou esse fato. A área onde o Curso está inserido também demonstra uma maior ou menor propensão à evasão. Por fim, a inadimplência e a matrícula em poucas atividades acadêmicas durante os semestres também se revelam como causas da evasão. Este foi um estudo global, não apresentando nenhum destaque para licenciaturas. Ressalto que o primeiro estudo de evasão das licenciaturas na Universidade foi realizado pelo prof. Ricardo Vitelli em sua dissertação de mestrado, no ano de 2013, intitulada “Evasão em cursos de licenciatura: perfil do evadido, fatores intervenientes no fenômeno.”

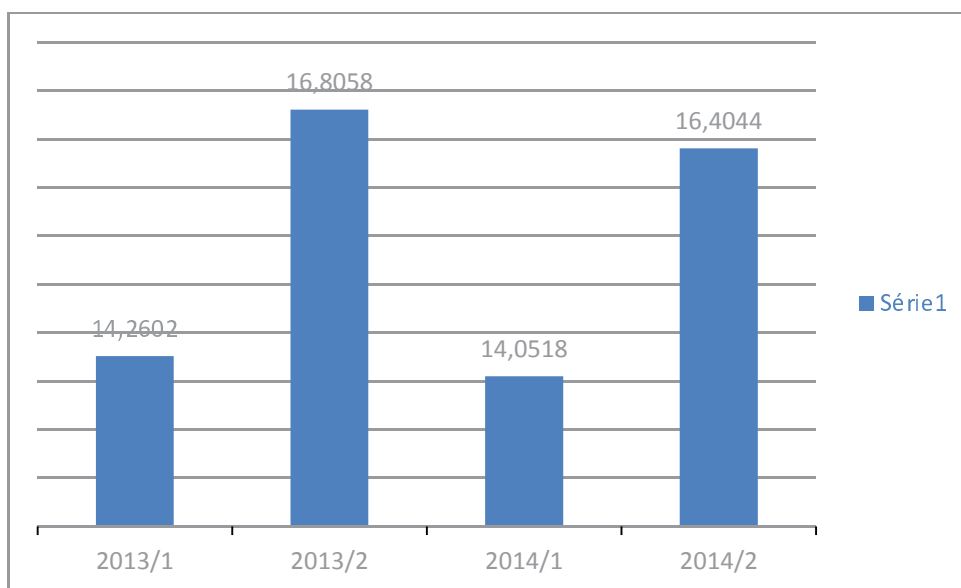
Também foi elaborado um plano institucional de ações. No ano de 2010 realizou-se uma sensibilização da comunidade acadêmica e definiram-se algumas metas de redução nos índices de evasão. A consolidação das ações integradas e a institucionalização de projetos e ações estratégicas aconteceram no ano de 2011. Em 2012 foi feita a escuta de identificação de boas práticas e estabelecimento de uma parceria para o desenvolvimento de um sistema de apoio.

No ano de 2013 inicia-se o projeto-piloto na modalidade a distância. Começou-se a utilizar um sistema de apoio em todas as atividades às turmas dos cursos a distância e iniciou-se um projeto-piloto junto às turmas presenciais.

O Projeto-Piloto Estratégico de Gestão da Evasão tem acompanhado 11 atividades acadêmicas. O objetivo deste projeto é avaliar os benefícios e possibilidades de uso do sistema de apoio à predição da evasão em turmas presenciais, utilizando um sistema que sinaliza a probabilidade do aluno vir a se evadir. Por exemplo, o aluno com duas faltas já é chamado para conversar;

existe todo um sistema que controla e avisa o professor que, por sua vez, também encaminha um e-mail para o aluno para que possa conversar com ele. O trabalho inicial é do professor e na sequência com uma equipe técnica que compõe a gerência de atenção ao aluno, no qual a pesquisadora, autora desta tese, trabalha.

A concepção de evasão adotada pela Unisinos é aquela que considera seis semestres consecutivos sem matrícula por parte do aluno e, em consequência deste fato, tem a perda da sua vaga. O aluno evadido do curso é aquele que não efetiva sua matrícula durante um período igual ou superior a seis semestres consecutivos. O aluno evadido da atividade acadêmica é o que cancela a matrícula ou abandona a Atividade Acadêmica. Em relação à evasão, a Unisinos vem apresentando o seguinte comportamento:



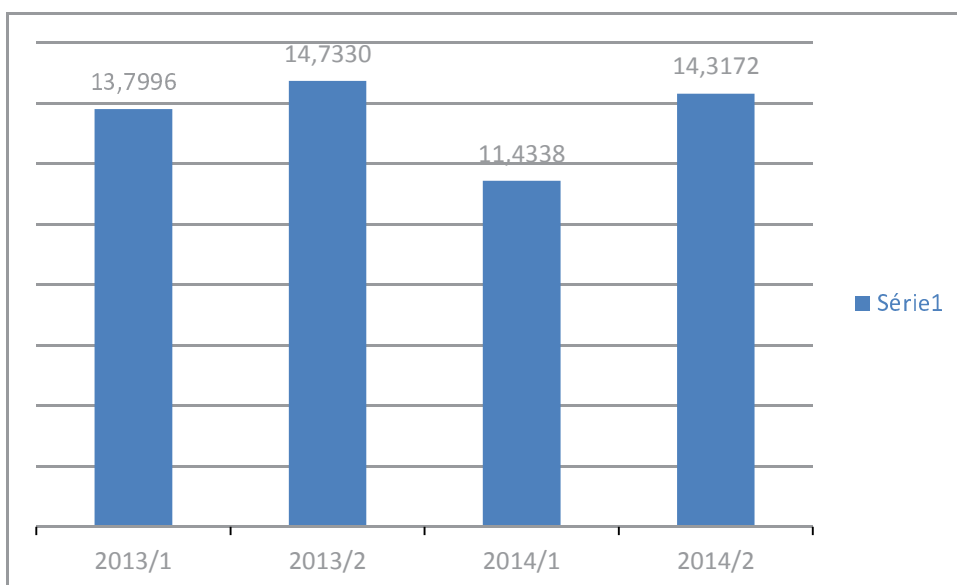
Fonte: Banco de dados da Instituição.

O gráfico acima apresenta uma redução nos índices da evasão da Unisinos, quando comparados os semestres; ou seja, o semestre de 2014/1 com 2013/1 e 2014/2 com 2013/2.

Entendo que esta redução pode estar associada às ações que foram realizadas, tais como a implantação das atividades acadêmicas de formação profissional no início dos cursos, a figura do professor conselheiro e, para os alunos prounistas, a implantação do programa de inclusão educacional

destinado aos alunos com a bolsa do ProUni. Este tem como objetivo qualificar a aprendizagem pela construção do conhecimento, para a melhoria do desempenho acadêmico e a qualidade de vida dos estudantes. O programa disponibiliza apoio pedagógico, psicológico e social e um auxílio transporte e alimentação. No Gráfico 8 apresento o comportamento da evasão nas licenciaturas.

Gráfico 8– Percentual da evasão geral das licenciaturas

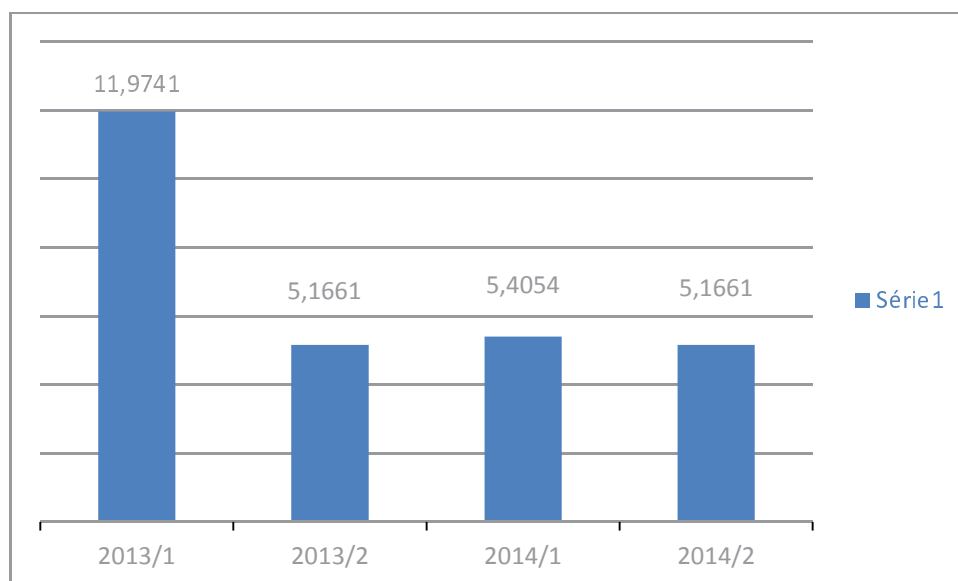


Fonte: Banco de dados da instituição.

O comportamento da evasão geral nas licenciaturas tem apresentado uma pequena redução em seus índices, que podem estar associados a políticas de 50% de desconto que a Universidade oferece para os cursos de licenciatura e também aos apoios de transporte e alimentação que são oferecidos para os alunos prounistas que participam do PIEA

O Gráfico 9 apresenta os índices de evasão dos alunos prounistas dos semestres 2013-1, 2013-2, 2014-1 e 2014/2. Salienta-se que este é o primeiro relatório dos índices de evasão institucional do ProUni.

Gráfico 9 – Índice de evasão dos alunos prounistas nas licenciaturas



Fonte: Banco de dados da Instituição.

Os índices de evasão dos alunos das licenciaturas com ProUni apresentaram números altos no ano de 2013; nos demais semestres manteve-se um índice aproximado de evasão. A manutenção dos índices de evasão nos demais semestres pode estar relacionada à participação dos alunos no Programa de Inclusão Educacional e Acadêmica – PIEA que vem se intensificando a partir do ano de 2013 na Universidade.

A Unisinos oferece para os estudantes o Programa de Inclusão Educacional e Acadêmica (PIEA) que consiste na oferta de bolsa de estudo integral e parcial (ProUni) e nos apoios complementares aos estudantes bolsistas visando à garantia do acesso, à permanência e ao sucesso educacional e acadêmico.

O PIEA busca oportunizar o acompanhamento acadêmico, prestando assistência aos estudantes com bolsas de estudo na superação de suas dificuldades acadêmicas, socioeconômicas e psicológicas, garantindo o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes da Unisinos, na perspectiva da inclusão social. Os apoios complementares que os alunos podem receber são:

- a) o pedagógico, realizado por duas professoras, uma pedagoga e uma professora de matemática;
- b) o psicológico, realizado por uma psicóloga;
- c) o social, realizado pelo assistente social que conduz um estudo social para a concessão dos apoios de alimentação e transporte aos estudantes prounistas.

Atualmente participam dos apoios complementares: pedagógico (510 alunos), psicológico (26 alunos), alimentício (345 alunos) e de transporte (331alunos). Além de auxiliar os estudantes em suas dificuldades acadêmicas/educacionais, pretende-se construir um diferencial da Unisinos no cumprimento de sua missão e na missão da Companhia de Jesus.

Até o presente momento foi realizado um único estudo em 2013/1 sobre a evasão dos alunos prounistas que participam do PIEA. O índice geral de evasão nas licenciaturas ficou em 7,44%; para os alunos prounistas com bolsa integral foi de 4,07% e para os alunos com bolsa parcial o índice ficou em 1,78 e a evasão no programa PIEA, que os prounistas recebem apoios complementares para seus estudos a evasão, se confirmou menor com um índice de 1,23%.

No próximo capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa através da análise e a interpretação dos dados coletados, tendo como aporte a pesquisa qualitativa e a metodologia de análise de conteúdo.

5 CONHECENDO A ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo descreve o perfil dos sujeitos evadidos, a análise e a interpretação dos dados coletados pelas entrevistas com os coordenadores dos cursos, com a gerente e os alunos evadidos das licenciaturas. Apresentam-se as categorias eleitas, tendo como aporte a pesquisa qualitativa, buscando responder ao problema de pesquisa: “Quais as causas/os motivos que levam os estudantes prounistas a se evadirem dos seus cursos de licenciatura” e consolidando os objetivos propostos na tese.

Os achados da pesquisa são, aqui, discutidos junto à literatura estudada na tese. Para interpretação e análise dos dados da pesquisa, foi, como dito anteriormente utilizada a metodologia de análise de conteúdo.

Para uma melhor sistematização, este capítulo é apresentado em dois grandes itens. No primeiro, encontram-se os resultados da pesquisa com os coordenadores de curso e a gerente de licenciatura, e no segundo estão os achados na pesquisa com os alunos evadidos e nos cursos de licenciaturas. A análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) subsidiaram as discussões dos resultados da pesquisa de acordo com as etapas da autora: Iniciando pela preparação das informações, descrição das categorias, a síntese e das descrições e as reflexões e interpretações.

5.1 PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Para o tratamento dos dados foram realizadas as seguintes etapas: a) as transcrições na íntegra das entrevistas, que totalizaram 100 páginas; b) leitura e análise de cada uma das entrevistas destacando as falas significativas relacionando as com os objetivos da tese; c) elaboração de um quadro com as falas individuais de cada sujeito entrevistado; d) e elaboração de um novo quadro geral por categorias.

O total de alunos evadidos somam 87. Houve o aceite de 8 alunos para participar da pesquisa. Portanto, saliento que, em relação aos coordenadores e a gerente da licenciatura, a Unidade de Graduação disponibilizou os dados para

elaboração do perfil e os contatos dos mesmos. Foram realizadas 9 entrevistas com os coordenadores e uma entrevista com a gerente dos cursos de licenciaturas. O total de entrevistas realizadas na tese soma 18 sujeitos que efetivamente participaram da pesquisa. Com os dados disponibilizados pela instituição, foi possível elaborar o perfil dos coordenadores e dos alunos evadidos.

5.1.1 Perfil dos Sujeitos Entrevistados: Coordenadores dos Cursos de Licenciatura

Os coordenadores dos cursos de licenciatura são 9 professores, sendo 3 do sexo feminino e 6 do sexo masculino. A idade dos professores é bastante variada, havendo 1 professor com 35 anos, 5 professores entre a idade de 49 e 54 anos de idade, 2 professores com 60 anos de idade e uma professora com 64 anos de idade. Em relação ao tempo de coordenação, apenas 1 coordenador com menos de 1 ano de coordenação, um coordenador com 4 anos e os demais coordenadores todos com mais 10 anos de coordenação. Em relação à formação acadêmica, 2 coordenadores são mestres e 7 são doutores.

A tabela 2 apresenta, de forma mais detalhada, estes dados.

Tabela 2 – Perfil dos coordenadores dos cursos de licenciatura

Coordenadores	Sexo	Tempo de Unisinos	Tempo de Coordenação	Nível Acadêmico
B	Masculino	1 ano	10 meses	Mestrado
D	Masculino	28 anos	4 anos	Doutorado
F	Masculino	35 anos	11 anos	Doutorado
H	Masculino	25 anos	12 anos	Doutorado

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à gerente de licenciatura, ela também já esteve na coordenação do curso no ano de 2004, já trabalha na Unisinos como professora há mais de 30 anos e deixou o cargo de gerente no ano de 2014. Este cargo foi delegado a outro professor. A coordenadora A já esteve na coordenação em outros períodos retomando as atividades no ano de 2014.

5.2 CATEGORIZAÇÃO OU CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES EM CATEGORIAS

As categorias foram elaboradas a partir dos conteúdos das respostas contemplados nas entrevistas com os sujeitos. Num primeiro momento, foi realizada uma análise individualizada das entrevistas através de um quadro contemplando as falas e as categorias de cada sujeito entrevistado e na sequência as vozes dos sujeitos foram organizadas pelas categorias. A categorização que, neste método, representa uma das etapas mais criativas na análise de conteúdo, por conter a análise do material, se processa de forma cíclica e circular e não de forma sequencial e linear (MORAES, 1999). As categorias eleitas a partir do conteúdo das entrevistas com os coordenadores são: acompanhamento da evasão, conhecimento do aluno prounista, prática de prevenção da evasão, ações de permanência, causas da evasão e o programa ProUni. Para as entrevistas com os alunos evadidos das licenciaturas, as categorias são: vida acadêmica, causas da evasão, ProUni e hábitos culturais.

Na sequência, apresento as categorias relacionadas às entrevistas dos coordenadores e da gerente dos cursos de licenciatura.

5.2.1 Categoria: Acompanhamento da Evasão

Foi constituída a partir das respostas dadas pelos coordenadores quando se perguntou se eles acompanhavam a evasão de seus alunos. Evidenciou-se que os coordenadores neste momento não estão acompanhando diretamente a evasão de seu curso e por este motivo não conseguem promover ações específicas de prevenção. Os mesmos não participam de nenhum fórum de discussão sobre a evasão. Colocam que a oficina sobre evasão que foi oferecida

pela Formação Docente da Unisinos, foi de grande importância para os mesmos e que inclusive poderia ser retomada a temática evasão nas capacitações docente que ocorrem semestralmente. Ressaltam também a importância da atividade acadêmica introdutória que alguns cursos possuem. Nesta atividade os alunos se aproximam da profissão e tem como objetivo fazer com que o aluno conheça o mercado de trabalho e também a Unisinos por meio de visita a sala do Coordenador, biblioteca, atendimento ao aluno e outros setores importantes para a vida acadêmica do aluno. Todos os coordenadores manifestaram a importância desta atividade em todos os cursos da Unisinos e acreditam que esta atividade acadêmica oportuniza ao aluno conhecer o seu curso.

Os mesmos relatam que.

“Não, tem nenhum fórum no meu colegiado. Na Unisinos conheço o trabalho de um colega professor.”

“Não a coordenação não acompanha, atualmente não participo de grupos de evasão.”

Em relação ao tema evasão a gerente da licenciatura está iniciando sua participação no Projeto-Piloto Estratégico de Gestão da Evasão da Unisinos, sendo que anteriormente também não participava de nenhum fórum de discussão sobre a evasão.

5.2.2 Categoria: Conhecimento do Aluno Prounista

Esta categoria se constituiu a partir das vozes dos coordenadores e da gerente da licenciatura, quando durante a entrevista perguntei se os alunos informavam a sua saída do curso e se também percebiam diferenças entre os alunos prounista e não prounistas. Em suas colocações os coordenadores disseram que não é possível identificar quem são os alunos prounista, pois os mesmos também não se apresentam tal como. A universidade não disponibiliza aos coordenadores nenhuma lista com alguma identificação de que o aluno é prounista, ou mesmo outra forma que o coordenador possa saber quantos e quem são os seus alunos prounistas. O contrário também acontece, os alunos prounistas não procuram a coordenação para dialogar sobre a sua

vida acadêmica, ou não se apresentam como aluno prounista em seus espaços como estudantes seja para o coordenador ou em sua sala de aula.

Segundo os coordenadores, para os professores do colegiado também não são apresentados dados dos alunos prounistas. Existe na Universidade a orientação de matrícula para os alunos ingressantes que participaram do processo seletivo do vestibular, mas a universidade não realiza a matrícula orientada para os alunos prounistas, considerando que eles têm um período diferente das demais matrículas, pois o calendário do ProUni é definido pelo MEC. A matrícula orientada é realizada com a coordenação do curso com data e horário pré-agendado. Neste encontro, professor coordenador apresenta o seu curso propriamente dito e orienta os alunos nas atividades acadêmicas que devem ser cursadas no semestre no qual estão se matriculando. Que fica evidenciado na fala das coordenações:

“Não recebemos a informação de quem são os alunos prounistas. Os alunos não procuram a coordenação. Apenas dois alunos me avisaram que saíram temporariamente em função de ter ganhado o FIES em outra instituição.”

“O aluno se matricula e não ficamos sabendo de seu ingresso no curso.”

A gerente da licenciatura tem suas atribuições voltadas para as questões administrativas de gerenciar o produto, neste caso pelas particularidades do cargo torna-se mais difícil conhecer os alunos prounistas dos cursos de licenciaturas.

É importante também notar a relação dos alunos com a coordenação, pois eles podem receber as orientações sobre sua matrícula, orientações sobre a bolsa ProUni e também sobre as formas de apoios da Unisinos. O fato de o aluno não conversar com o coordenador acaba fazendo com que ele não tenha conhecimento de atividades que ocorrem na universidade, tais como monitoria e tutoria. Estácia (2009) identificou que os alunos conversam com seus professores, mas não demonstram nenhum sentimento de revelar-se como aluno bolsista.

5.2.3 Categoria: Prática de Prevenção da Evasão

A categoria prática de prevenção à evasão foi elaborada a partir do questionamento sobre a existência de prática de combate evasão. É importante ressaltar que os coordenadores não realizam nenhuma prática de prevenção e não participam de nenhum fórum de discussão sobre a evasão; apenas um coordenador elaborou uma planilha com os dados de seus alunos, no qual acompanha a frequência e as notas e faz contato com o aluno em caso de faltas e desempenho acadêmico. Segue um relato de um coordenador.

“Eu desejaria maiores discussões, maiores efervescências sobre o tema, a universidade eu acho que ela tem lidado, assim como eu defendo que o estudo é algo permanente e contínuo eu acho que a gestão é da instituição ela tem que ser o gestor tem que estar permanentemente lidando com as questões da evasão.”

O coordenador que realiza o acompanhamento de seus alunos consegue, durante o semestre, identificar os alunos que conseguem um melhor desempenho acadêmico. O coordenador coloca que:

“Eu percebo que os alunos prounistas são diferentes no segundo e terceiro semestre que são bons alunos. O coordenador deve fazer a orientação de matrícula para os alunos prounistas.”

Os coordenadores, mesmo não estando diretamente envolvidos com práticas mais efetivas de prevenção de evasão, mostraram-se bastante preocupados com os índices de evasão de seus cursos. Eles apresentaram proposições de melhorias nos índices de evasão, quando perguntados sobre as ações que a instituição Unisinos poderia fazer para reduzir a evasão. O coordenador ele vivencia a vida acadêmica do aluno com os seus professores e é importante que a instituição realize a escuta deste profissional para que juntos, professores, coordenadores e a instituição possam elaborar um plano de ação para a redução da evasão.

5.2.4 Categoria: Ações de Permanência

Considerando que há a evasão de alunos prounistas, faz-se necessário pensar em ações de permanência, já que o acesso à educação superior o aluno conseguiu com o a bolsa ProUni. Dialoguei com os coordenadores sobre esta questão. Os coordenadores querem garantir a permanência de seus alunos. Diante disso, apontaram que a coordenação e a instituição devem: fazer uma revisão de currículo, ter um olhar mais aprofundado com os alunos nos primeiros semestres e considerar a importância de se definir um professor com perfil para as atividades acadêmicas dos primeiros semestres, o perfil aqui entendido como um professor que seja acolhedor, que conheça a Universidade para que possa dar as orientações nas quais o aluno possa vir a necessitar. A orientação de matrícula para com os alunos prounistas é uma indicação de todos os coordenadores, pois eles dizem que, neste momento, é a oportunidade de conhecer o aluno prounista e, inclusive, orientá-lo para as atividades acadêmicas que devem ser cursadas.

“Orientação de matrícula é fundamental, porque uma matrícula equivocada pode acarretar na manutenção ou motivara evasão, mas percebemos, por exemplo, que para o prounista é arriscado ele não fazer uma boa matrícula porque ele pode primeiro é alguns deles não estão avisados estrategicamente do número de disciplinas que eles têm que se matricular.”

“Por isso eu acho que é interessante enquanto sugestão é uma questão fundamental é a coordenação ter oportunidade de se reunir com os Prounistas que estão ingressando. É tipo uma matrícula reorientada um encontro com o coordenador.”

Com base nas falas dos coordenadores, pode-se identificar uma preocupação com os alunos prounistas. A orientação de matrícula para com os alunos prounistas é uma indicação de todos os coordenadores. Isso porque eles dizem que este momento é a oportunidade de conhecer o aluno prounista e inclusive orientá-lo as atividades acadêmicas que devem ser cursadas. Pois uma matrícula equivocada pode levar o aluno à reprovação e com isso não atingindo os 75% de aproveitamento, poderá implicar na perda de sua bolsa. É uma das

atribuições do coordenador orientar sobre currículo do curso as atividades acadêmicas para que possa garantir uma formação acadêmica com qualidade.

5.2.5 Categoria: Causas da Evasão

Sabe-se que as causas de evasão são multifatoriais. Busquei no diálogo com os coordenadores saber se eles identificavam as causas de evasão de seus alunos, mesmo já tendo informado não conhecerem os alunos prounistas. As dificuldades financeiras para a manutenção com o curso e as de aprendizagem aparecem como um componente forte. São alunos ingressantes muito jovens, com idade de 17 a 20 anos de idade, ainda não tendo certeza de sua escolha profissional. Um perfil de um público feminino, que evade por não conseguir conciliar os seus estudos, trabalho e família.

No curso de Pedagogia da Unisinos o aluno ingressante tem a menor média do ENEM comparada com os demais cursos das licenciaturas da Unisinos. É importante o relato dos coordenadores das licenciaturas, pois são estes que estão na gestão e devem ser escutados, em conjunto com seus professores para poder garantir a permanência e conclusão dos alunos em seu curso, é também é o profissional que conhece o mercado de trabalho, a academia, o currículo, que com certeza tem como sua responsabilidade a prevenção a evasão.

Para a gerente da licenciatura as dificuldades financeiras existem, mas atribuiu à primeira causa de evasão as dificuldades de aprendizagem. Em relação as causas da evasão, alguns coordenadores supõem que as mesmas podem estar associadas a:

“

Perfil de mulheres, pois elas têm um compromisso com a família, cursam em média três atividades acadêmicas, algumas alunas estão próximo da aposentadoria. A “evasão na pedagogia está associada: financeiro, público feminino, salários baixos e condições de trabalho.”

“O custo para se manter é caro e eles acabam evadindo. Na compra de livros, ou tirar Xerox são custo altos para os alunos de licenciatura, pois são oriundos de famílias de menor poder aquisitivo. A manutenção desses alunos ou mesmo cursar um número maior de disciplinas além das três é muito menor por causa dos problemas financeiros.”

“Em geral a questão financeira ainda é muito forte, a gente sabe que os alunos sentem dificuldade de pagar. Mas mesmo assim, eu não acho que não é o primeiro problema dele embora, acho que o primeiro problema é aprendizagem.”

De acordo com a gerente da licenciatura, ainda há jovens que, realmente, querem ser professores. Diz que, no curso de especialização “Em Educação Matemática”, cursaram 14 alunos, sendo que apenas 1 não estava exercendo atividade docente. Estes alunos estão cursando a especialização para qualificar o seu trabalho como professor.

Cabe ressaltar que o ingresso do público feminino é maior que o público masculino nos cursos de licenciatura. De acordo com Vitelli (2013), o gênero revela que a probabilidade de evasão entre alunos (71,27%) é superior à de alunas (63,77%) nos cursos de licenciatura. Mas, mesmo assim, os índices de evasão são altos para ambos os gêneros. A evasão ela é multifatorial e também pode esta associada pela falta de identidade com a profissão e a não valorização da profissão docente em nosso País.

5.2.6 Categoria: Programa ProUni

No decorrer da coleta de dados, o programa ProUni foi tema que percorreu todos os momentos da entrevista. Dialoguei sobre o programa de inclusão proposto pelo governo federal. Todos os coordenadores consideram o ProUni uma política pública excelente. Um coordenador até mesmo relata que um aluno de licenciatura, por ter o ProUni, está fazendo a licenciatura internacional e outro aluno está realizando um curso de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado em Coimbra. Como política pública, o ProUni está oportunizando aos alunos de classe menos favorecida oportunidade de ter uma graduação. Os coordenadores falam a importância do ProUni para os jovens universitários.

“Eu tenho uma convicção, acho que o ProUni dentre as últimas políticas públicas de ensino superior no Brasil é uma grande revolução. O ProUni ele consegue fundamentalmente dar oportunidade de uma massificação no ensino superior.”

“Se 75% das instituições de ensino no Brasil historicamente é privada significa que quem não tem recurso para pagar não pode estudar, não tem título superior. O ProUni estrategicamente implode esta lógica perversa, ou seja, ele garante que em instituições privadas as pessoas estudam de maneira gratuita. Isto é, a mão do Estado, ou seja, o Estado está sendo altamente democrático, ou seja, ele está democrático o ensino superior.”

“É um programa Louvável.”

Em relação ao ProUni, é unânime na fala dos coordenadores que se trata de um excelente programa e que está conseguindo dar uma oportunidade a um número maior de alunos conseguir acessar a educação superior.

“Então hoje você tem um contexto de sociedade onde a educação ela é um benefício social básico, então não tem como você construir cidadania edificar o cidadão se ele não consegue garantir é a sua formação educacional. Não é possível um país desenvolvido com uma taxa de educação baixa.”

E em relação aos sujeitos coordenadores e à gerente de curso, a participação na pesquisa transcorreu de forma muito espontânea com qualidade, pois percebi, em suas falas, o quanto se sentiram valorizados pela escuta e pelo fato de estar contribuindo com uma pesquisa que poderá, até mesmo, trazer retornos para a qualificação de seus processos.

Na sequência, apresento os resultados da pesquisa realizada com os alunos evadidos dos cursos de licenciaturas.

5.3 ACHADOS DA PESQUISA COM OS ALUNOS EVADIDOS

Ainda que diferentes autores proponham diversificadas descrições a partir da entrevista com os alunos e buscando consolidar a análise, organizei categorias que permitem descrever e verificar, com melhor eficiência, as perguntas respondidas. O perfil dos sujeitos e a descrição das categorias são descritas na sequência. Em relação às categorias, elas compreendem: Vida Acadêmica, Causas da Evasão, Programa ProUni e Hábitos Culturais.

5.3.1 Perfil dos Sujeitos Entrevistados: Alunos Evadidos

A Tabela 3 apresenta o perfil dos alunos que participaram desta pesquisa. Dos 8 alunos entrevistados, 50% estão solteiros e os demais 50% casados ou com união estável. Em relação ao sexo, 5 são sexo feminino e 3 do sexo masculino. A maioria reside com algum familiar esposo, pais e apenas 1 aluno reside com um colega.

Quanto a estar trabalhando, 1 aluno está realizando estágio, 4 alunos estão trabalhando e 3 não estão trabalhando. Dos 8 alunos, apenas 4 permanecem cursando uma graduação; destes, 3 três realizaram transferência interna para outro curso na Unisinos se 1 aluna fez transferência externa para o Instituto Federal de Porto Alegre. No item que se refere às reprovações, apenas 1 aluno não teve nenhuma reprovação, os demais todos disseram já ter reprovado em alguma atividade acadêmica.

Tabela 3 – Perfil dos alunos entrevistados

Aluno	Idade	Sexo	Estado Civil	Reside com	Trabalha	Teve reprovações	Curso evadido/cursando
AC	26	F	União estável	Esposo	Sim	Sim	Biologia
AJ	22	M	Solteiro	Colegas	Não	Sim	Letras/Biomedicina
AR	24	M	Solteiro	Namorada/ Filha	Sim	Sim	História

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao nível de escolaridade dos pais, identifiquei na entrevista que nenhum dos pais tem nível superior completo; a maioria cursou o ensino

fundamental incompleto. Isto corrobora o que diz Gatti (2010), quando se refere à “bagagem cultural”, dizendo que a escolaridade dos pais pode ser vista como um indicador importante na formação dos estudantes. No Brasil, 10% deles são oriundos de lares com pais analfabetos, pois existe aqui uma escolarização tardia.

Bourdieu (2013), no artigo “As categorias do Juízo profissional – 1975”, onde foram examinados os trabalhos escolares de 154 alunos de Filosofia em um curso preparatório à Escola Normal de Paris nos anos 1960, observou que, na medida em se eleva a posição social e cultural das alunas, as notas também se elevam. O mesmo autor afirma que

na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por via indiretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de fatores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e a instituição escolar. A herança cultural que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito.(BOURDIEU, 2013,p.46).

A falta de escolaridade dos pais dos estudantes pode contribuir para a evasão dos alunos, pois, com a baixa escolaridade, muitos não dispõem de uma condição social e financeira para dar um suporte aos seus filhos na educação superior, sendo que muitos jovens trabalham para ajudar no sustento da família. Segundo Bourdieu (2013), um filho de um operário tem duas chances em cem de chegar ao ensino superior. Como identificado em nossa pesquisa a baixa escolaridade dos pais e também a constatação de reprovações dos alunos nas atividades acadêmicas. É possível afirmar que, dos alunos entrevistados, 50% abandonou a educação superior, é um aluno que precisa trabalhar para o seu sustento e que opta pelo curso noturno, e encontra dificuldades para conciliar seus estudos, trabalho e vida pessoal.

5.3.1.1 Categoria: Vida Acadêmica

Em relação à vida acadêmica, os alunos dizem que o ProUni é a oportunidade de realizar seus estudos. Alguns disseram que já realizaram a escolha pela licenciatura deste que optaram pelo ProUni, mas têm outros em

que a licenciatura era a segunda opção, o que realmente levou o aluno a realizar transferência de curso. Os alunos relatam ter pouco tempo para seus estudos e informaram ter tido reprovações durante o curso.

De acordo com Pereira (2011), em sua tese os alunos prounista relataram que não participam das atividades oferecidas pela universidade, pela falta de tempo tendo em vista que trabalham muito. Sendo que esta falta de tempo se caracteriza pela associação de outros fatores tais como, a distância da Universidade e com isso gastos de transporte.

A escuta aos alunos oportunizou entender que eles querem estudar, mas as condições para o sucesso da trajetória acadêmica também está relacionada com as condições de vida pessoal e profissional de cada um. Destaco algumas falas dos alunos em suas entrevistas.

“A escolha pelo ProUni é que motivou a escolha pela licenciatura em História. Gosto de ler inclusive tenho uma mini biblioteca em casa, quero ser professor de história. Pretendo retornar meus estudos.”

“A escolha pelo ProUni e o que motivou a escolha pela licenciatura: Iniciei o curso de Ciências Sociais.” (AR)

Os alunos mencionam a dificuldade em se organizarem para seus estudos, referem não ter tempo para uma dedicação plena. Os alunos também não têm o hábito de utilizar a biblioteca universitária como local de estudo. Um aluno disse que em um semestre optou em cursar uma disciplina a distância para ver se dava conta de seus estudos, mas informou que achou muito difícil, tendo até sido reprovado. Outro aluno disse que conseguia realizar seus temas e leituras nas noites em que não tinha aula na Unisinos; falou que o ônibus é um bom lugar para estudar, mas que infelizmente o curso de História tem que ler e escrever muito e ele não conseguiu dar conta e abandonou o curso.

Nas entrevistas com os alunos ficou evidenciado que os mesmos querem estudar e afirmam que irão retornar em outro momento, mas as dificuldades encontradas no dia a dia desmotivam a enfrentarem esta realidade. Os alunos relataram sobre lacunas em seus aprendizados no ensino médio, principalmente relacionado ao português. A questão financeira é um item relevante e faz com que os alunos optem pelo trabalho em relação aos estudos.

5.3.1.2 Categoria: Causa de Evasão

São relevantes as causas de evasão referidas pelos alunos participantes da pesquisa, pois são estes sujeitos que podem realmente dizer os motivos que os levaram a abandonar o curso de licenciatura. A partir da voz dos alunos, a evasão aconteceu devido aos seguintes fatores: a dificuldade de conciliar os seus estudos e o trabalho, questões financeiras para manutenção de seus estudos, a desvalorização da profissão docente, a carreira docente, a distância da universidade, a necessidade de realizar muitas leituras e as questões relacionadas a família, como por exemplo cuidar de filhos, foi também um item que os alunos destacaram como motivo para o abandono de seus estudos. Ressalto que o cuidar dos filhos foi referenciado pelos alunos e alunas, sendo que os casais trabalham em turnos diferentes para que um deles possa estar em casa para o cuidado dos filhos, pois os mesmos não têm uma condição financeira para pagar creche ou uma babá.

Os alunos relataram o seguinte:

“Muita leitura e opção por um curso com retorno mais rápido. Fiz ENEM novamente para Instituto Federal. Curso hoje Tecnólogo de Processos Gerenciais no turno da Noite. O curso não tem muita leitura é um curso com muitas práticas e leituras em sala de aula. A janta é mais barata e gasto menos de transporte.” (ACa)

“Troquei para Biomedicina por gostar da área da Saúde e por ser próximo à Medicina. Já estou cursando Biomedicina 2014/1 e 2014/2 O meu sonho é medicina.” (AJ)

“Conciliar trabalho e estudos, eu viajo muito e ainda ajudo em casa a minha esposa e cuido da minha filha. A minha empresa exige bastante viagem. A conciliação de trabalho e estudos, infelizmente o meu trabalho é à noite e optei por este por receber 40% de adicional que da mais ou menos R\$ 500,00 quinhentos reais. Antes eu iniciava às 23h e depois a empresa mudou o horário para 22h então não consegui mais conciliar. Optei pelo emprego.” (AL)

“Foi difícil, tanto que uma das minhas motivações para parar de estudar foi devido ao estresse, não aguentava mais os deslocamentos para a faculdade e o pouco tempo para o estudo, tanto que cheguei a reprovar Muito estresse e cansaço.” (AC)

A falta de tempo para o estudo e/ou tempo para estudar é apontado como uma dificuldade pelos alunos prounistas, pois trabalham durante o dia e estudam à noite. (PINTO, 2010).

[...] No entanto, os dados acerca da evasão de bolsistas mostram-se elevados, ou seja, um alto percentual de alunos com rendimento acadêmico insuficiente perderam a bolsa. Os alunos foram enfáticos na valorização do PROUNI e não evidenciaram sentir discriminações por serem bolsistas. Seus discursos apontaram dificuldades de ordem econômica e, segundo eles, seus colegas não bolsistas, também apresentam essa dificuldade. Denotam a falta de tempo para estudar, devido ao fato de trabalharem]. (PINTO 2010, p. 185).

A necessidade de conciliar trabalho com estudo leva o estudante a utilizar o tempo gasto no transporte (trem e ônibus), mesmo sabendo que não é o ideal e nem o mais confortável para estudar. Os estudantes não conseguem realizar as atividades não diretamente relacionadas à sala de aula, mais importantes para a formação, tais como a participação em grupos de estudos, seminários extraclasse, centro acadêmico ou movimento estudantil e outras socializações e eventos da instituição, tais como semana acadêmica, aula inaugural, amostra científica e outros oferecidos na Universidade.

Todos os alunos entrevistados estudavam à noite e muitos chegavam direto do seu trabalho para a sala aula. Uma estudante evadida sentiu dificuldade em relação aos professores, pois chegava sempre em cima da hora do início da aula ou, às vezes, atrasada, sendo que o lanche ela tinha que fazer em sala de aula.

Como já é sabido, os cursos da licenciatura da Unisinos ocorrem no turno da noite. Deste fato pode-se inferir que a maioria trabalha durante o dia a fim de prover seu sustento. No estudo realizado, Tontini e Walter (2014), ao estudar o risco de evasão de alunos de graduação, identificaram que os estudantes apresentam como dificuldades a conciliação do trabalho com os estudos, sendo que a necessidade de trabalhar está relacionada à insuficiência de condições financeiras pessoais e familiares dos estudantes.

Já em Estácio (2009), os alunos apontam a família como sendo o centro incentivador para os estudos. A força de vontade de vencer, de conseguir cursar o curso almejado aparece como um forte fator motivador. Dentre as dificuldades apresentadas pelos bolsistas está a questão financeira para manterem-se, ou

seja, necessitam de verba para alimentação, transporte, xerox e outros materiais.

Gomes e Moraes (2012) propõem um aprofundamento da relação entre sistema de massa e qualidade do ensino. Neste caso, o sistema de massa tem sido tratado como um sistema de ensino massificado, portanto de baixa qualidade. Essa parece ser uma tendência real no caso brasileiro, particularmente no setor privado. Considere-se, por exemplo, que parte considerável da população estudantil se constitui de estudantes trabalhadores ou trabalhadores estudantes, os quais não possuem tempo físico útil para dedicar-se aos estudos e muitos dos quais também não adquiriram hábitos de estudo ao longo de sua trajetória escolar.

Em relação aos estudos, os alunos verbalizaram que faltou uma base no ensino médio, principalmente em português, diz o aluno evadido do curso de História, onde na graduação existe uma cobrança na produção de texto. Mas, segundo ele mesmo, *“agente vem com muitas sequelas de português”*.

A distância da universidade também aparece com um fator de evasão. O aluno, após passar no ENEM, escolhe a universidade em que vai querer realizar o seu curso. As vagas do ProUni são diferentes para cada instituição, pois depende do número de alunos matriculados em seus cursos. Com isso o aluno que já está contemplado com a bolsa acaba escolhendo a instituição pela vaga disponível, o que o leva mais tarde a evadir. Como relata uma aluna:

“A distância da minha cidade até a faculdade era muito grande, não havia transporte, eu tinha que fazer vários arranjos pra conseguir chegar na aula. Saía do meu trabalho às 17h30min para ir pra aula e retornava para casa 00h30min. Muito cansativo, ainda mais quando se é dona de casa, eu não estava mais tanto conta de tudo que tinha a fazer”.(AC)

Fica evidenciada a questão da falta de tempo para realizar os estudos. É de notar o que acontece com os alunos da licenciatura em História: eles reconhecem a importância da leitura e escrita, mas não conseguem fazer, citando este fator como um fator para o abandono. O coordenador do curso de História também coloca que este é um curso que exige muitas leituras. Em

relação à evasão, a licenciatura em História é a que apresenta um número maior de alunos evadidos.

Nos estudos realizados por Almeida (2009), Sena (2011) e Rocha 2011 fica evidenciado também as dificuldades relacionadas as questões financeiras.

Ameida (2009) avaliou o Prouni com os alunos da Universidade Católica de Campinas, tendo como objetivo saber com os alunos bolsistas vêm o Prouni. Realizou sua pesquisa com os alunos prounistas 100% e a principal dificuldade para 53% dos alunos entrevistados está relacionada as dificuldades financeiras com: livros e Xerox, alimentação, moradia, transporte. Em primeiro lugar, o gasto com transporte; em segundo lugar os gastos com livros e xerox; em terceiro lugar, com alimentação e por último, com moradia, pois a maioria dos alunos residem com seus pais

Rocha (2011) a partir de sua tese, afirma que o recurso financeiro aparece como um limitador das possibilidades de realização dos jovens para a garantia de sua permanência e conclusão do curso com sucesso. Existe a necessidade de apoio financeiro aos estudantes das classes de menor poder aquisitivo que buscam o ensino superior, para a aquisição de livros, e mesmo a obtenção dos polígrafos em xerox que possam fazer sua formação com maior sucesso.

As dificuldades com a manutenção dos estudos também é realidade dos alunos prounistas em outras instituições de ensino. Isso nos oportuniza a refletir que as dificuldades apresentadas demonstram que o acesso à universidade não se restringe somente ao pagamento das mensalidades, já que para se manter no curso outras exigências são postas tais como materiais escolares, transporte, alimentação moradia.

5.3.1.3 Categoria: Programa ProUni

Perguntamos para os alunos como eles avaliam ao ProUni. Mesmo os alunos que abandonaram o curso e também para os alunos que optaram pela troca de outro curso, todos disseram que o ProUni é um muito bom e o entendem como inclusivo. Informaram também que, sem o ProUni, não teriam condições

de ingressar na educação superior, reconhecendo ser uma oportunidade de cursar uma graduação. A voz dos alunos sobre o ProUni:

“O ProUni é ótimo e é um sonho para cursar a Faculdade.” (AR)

“ProUni como programa de inclusão proposto pelo governo federal: acho válido e bom, frente os valores cobrados pelas instituições de ensino superior privada, os quais tornavam o ensino superior elitizado.”(AM)

“ProUni é nota 100 na minha avaliação – sem o ProUni eu não estaria estudando.” (AM)

De acordo Pinto (2010), os alunos bolsistas acreditam que o ProUni é extremamente positivo como forma de acesso à educação superior e entendem como oportunidade para as pessoas que não têm condições para estudar em universidades de tenha excelência em sua qualidade de ensino.

Felicetti (2012) diz que alunos bolsistas apontam o ProUni como a única via de acesso à educação superior, sendo este um meio de ascensão profissional muito valorizado e apoiado por suas famílias. A permanência no curso depende do esforço individual do aluno, ou seja, do seu comprometimento enquanto aluno e bolsista.

E para Bardagi (2007) estar cursando uma faculdade é uma forma privilegiada de ascensão social e a realização profissional, sendo esta uma continuidade da vida escolar e a inserção para o mercado de trabalho.

Nos depoimentos dos alunos prounistas evadidos vê-se que o ProUni é uma oportunidade para alunos oriundos da escola pública em condições financeira menos favorecida de terem o acesso à educação superior. Evadem-se alguns, mas em relação ao programa valorizam como oportunidade importante para dar continuidades aos seus estudos

É possível afirmar que, a partir da escuta dos sujeitos desta tese, dos estudos de Pinto (2010), Felicetti (2012) e Pereira (2011), o Programa Universidade para Todos (ProUni) é um programa social responsável por promover o acesso dos estudantes de baixa renda à educação superior. Interessante também que mesmos os alunos que evadiram reconhecem-no como um programa de inclusão do governo federal. Não podemos negar que o

Prouni concede vagas, antes inexistentes, aos estudantes que não teriam condições de cursar uma faculdade

De acordo com Sena (2011) também merece ser debatido é o acesso as universidades públicas pela população de baixa renda, pois as barreiras iniciam se no processo de seleção ainda muito estilizado. Isso, por persistir a lógica de privilegiar o candidato que possui maior capital econômico e cultural, descartando os futuros candidatos advindos das escolas públicas que apresentam formação fragilizada.

5.3.1.4 Categoria: Hábitos Culturais

Na categoria hábitos culturais, o mais indicado pelos alunos é ir ao cinema, assistir televisão filmes e esportes e acessar internet.

“Cinema gosto de assistir seriados e Ler.” (AR)

“Ler, assistir esporte americanos na TV e jogar futebol.” (AJ)

“Bar cinema e sair com os amigos”.(AF)

“Gosto de passear ir ao museu passeio na cidade de são Francisco, cinema sou mais caseira. (AD)

Quando dialoguei com os alunos sobre os hábitos culturais, identifiquei que eles procuram ter lazer de acordo com suas realidades. Alguns citaram ir à igreja como um hábito cultural. A ida ao cinema e acessar a internet são os itens que mais os alunos citaram.

A escuta dos alunos evadidos foi muita rica para a tese, pois eles participaram, de forma muito espontânea e colaborativa. Até mesmo uma das alunas disse que iria participar da pesquisa, pois sabe o quão é difícil fazer pesquisa em nosso país.

Alguns alunos também disseram que gostaram de ser ouvidos e manifestaram o interesse em retornar aos estudos. A aluna que se transferiu para o curso de Direito disse que vai retornar para finalizar o curso de História, pois também quer ser professora. O aluno evadido da Matemática também diz querer retornar aos estudos.

Os alunos também apresentaram a importância da valorização das licenciaturas e dos professores através de plano de carreira, salário e qualidade das estruturas das escolas públicas.

Ressalto aqui o quanto foi desafiador e importante a escuta dos alunos evadidos, pois mesmo sendo um número pequeno de alunos que aceitaram participar da pesquisa, acredito que os mesmos contribuíram para a universidade analisar e pensar ações que possam ser desenvolvidas para a redução da evasão nos cursos de licenciatura. Os estudantes e coordenadores ao mesmo tempo em que relataram não se conhecerem, tem em comum muitas de suas falas, onde a coordenação diz que não conhece o aluno prounistas, mas o aluno também não procurou a coordenação, nem mesmo para solicitar algum tipo de ajuda ou também para socializar o motivo de seu abandono ao curso. No que se refere ao processo de aprendizagem alunos e coordenação reconhecem as dificuldades que os estudantes enfrentam, como já citado anteriormente a falta de tempo de estudos e os alunos referem ter que realizar muitas leituras. Em relação aos motivos citados pelos alunos que levaram ao abandono de seus estudos, também alguns destes motivos são percebidos pelos coordenadores que verbalizaram na entrevista, sendo que os que foram comuns aos alunos e coordenadores referem-se às questões relacionadas ao financeiro e aprendizagem. Os alunos identificaram a distância da Universidade e falta de tempo, e os coordenadores também associam a evasão a falta de identidade com a profissão, alunos jovens e desmotivação no mercado docente. O interessante é que os coordenadores e alunos afirmam que seria importante que os mesmos ter tido a oportunidade de se conhecer.

O cenário atual aponta para a necessidade de um olhar mais atento para o perfil do estudante que atualmente ingressa na educação superior, sem perder a dimensão daquele que está regularmente matriculado, com relação às suas dificuldades, expectativas e sonhos. Por outro lado, apenas o acesso por meio da bolsa Prouni não é suficiente, é necessário dar condições para que os alunos permaneçam na educação superior, até a conclusão de seu curso de graduação. Nesse aspecto a evasão ou abandono escolar acaba desfazendo os esforços de inclusão.

No próximo capítulo são apresentadas as considerações finais e sugestões para futuros estudos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA ENTENDIMENTO DA EVASÃO E CAMINHOS FUTUROS DE PESQUISA

Apresente pesquisa não se esgota ao finalizar a tese. Isto porque, pelo fato de ser uma profissional que trabalha na área da educação, tenho o compromisso de, a partir dos resultados alcançados, identificar novos caminhos que ainda podem ser desvelados. Ficam, pois, aqui registrados os inúmeros aprendizados ao longo desta caminhada.

A necessidade de se discutir a evasão na educação superior existe especialmente para com os alunos que recebem bolsa do Programa Universidade Para Todos (ProUni), com o objetivo de verificar a efetividade deste programa não somente na garantia de ingresso a um curso superior, mas também na permanência e conclusão do curso dos estudantes. Destaco a importância principalmente para com os cursos de licenciaturas que eu entendo ser um campo profícuo para estudos.

Para onde vão as licenciaturas, pergunta-se Felicetti (2014). A autora diz que se faz urgente uma discussão nacional que envolva o governo, a sociedade, as universidades, especialmente os cursos de graduação, na elaboração de uma política nacional que recupere a valorização da profissão docente e resgate sua dignidade, começando pela questão salarial.

A discussão de evasão nas licenciaturas oportunizou uma aproximação às coordenações de curso com os alunos evadidos e, com isso, um maior conhecimento das causas e dos motivos que levaram os estudantes ao abandono de seu curso.

Saliento que foi uma pesquisa de cunho qualitativo utilizando as entrevistas como uma das formas de coleta de dados; ressalto que entre as dificuldades encontradas para a realização deste estudo esteve aquela de contar com a participação dos alunos evadidos. Muitos desses nem querem mais saber da instituição e algumas informações do cadastro já não eram mais as mesmas. Mas, ao mesmo tempo, a participação de todos os sujeitos que participaram da pesquisa contribuiu para que se possam pensar ações e programas para a redução da evasão. A partir de agora, passo a dialogar sobre os resultados de cada objetivo específico da pesquisa.

O primeiro objetivo trata das características de perfil de estudantes dos cursos de licenciaturas pesquisadas. Respondendo a esse objetivo, evidencio que os alunos prounistas evadidos formam um público jovem com idade entre 22 a 36 anos; todos residem com alguém com vínculo familiar – seja este cônjuge ou os pais. Predomina a moradia com os pais aos alunos que de estado civil solteiro e somente 1 aluno reside com um colega de aula. Dos 8 alunos entrevistados, 3 já têm filhos, sendo que 2 alunos têm filhos adolescente e 1 aluna tem dois filhos ainda bebês.

Em relação à questão do emprego, os alunos atuam na área de metalúrgica e comércio. Isto porque eles cursaram apenas o ensino médio público, atuando nos cargos de auxiliares e, com isso, recebem uma renda relativamente baixa. Apenas 1 aluno buscou após se evadir da licenciatura, um curso técnico em mecânica no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O emprego tem um valor importante, pois é uma das formas de sustento de suas famílias.

Neste grupo de alunos, os pais não têm uma escolaridade mais avançada, predominando o ensino fundamental incompleto e um já aposentado pela Previdência Social, recebendo um salário mínimo. A moradia é bastante diversificada neste grupo de alunos, tendo alguns alunos morando distantes da universidade. Apenas 2 alunos residem no município de São Leopoldo; os demais moram em Novo Hamburgo, Parobé, Esteio, Guaíba e Canoas. A distância entre a residência e a Unisinos foi apresentada como fator contribuinte para a evasão de alguns alunos.

Como se viu no relato dos alunos, eles querem estudar, mas as condições socioeconômicas e as dificuldades de aprendizagem acabam dificultando a permanência. No ensino médio, teve alunos que reprovaram no segundo ano. A escolha de conciliar trabalho e emprego aparece como item desmotivador para a continuação de seus estudos. É, porém, possível afirmar que estes jovens têm esperança e acreditam em algum momento de suas vidas retornarem para finalizar o curso de graduação.

O segundo objetivo visou identificar as condições de estudo dos estudantes do ProUni. Os alunos evadidos não dispõem de tempo para realizar seus estudos e, com isso, acabavam tendo muitas dificuldades em seu processo

de aprendizagem, o que ocasiona reprovações em Atividades Acadêmicas. Este é um dado que considero de grande relevância, pois, do grupo de alunos estudado, apenas 1 não obteve reprovações, informação identificada nos resultados da entrevista.

Entretanto, os alunos reconhecem a suas limitações em conciliar o trabalho, cuidar dos filhos e da casa. Até mesmo para realizarem seus estudos eles, muitas vezes, acabam faltando em outra Atividade Acadêmica a fim de utilizar o tempo. Muitos relataram usar o tempo de deslocamento até a universidade para realizarem as leituras obrigatórias.

Uma preparação para as provas não acontece e, com isso, as reprovações já faladas. É possível dizer que, além do fato de estes alunos não disporem de tempo para seus estudos, também há a relação com hábitos culturais de seus familiares e a forma como se deram os seus processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental.

Em nenhum momento identifiquei uma preocupação em buscar uma alternativa para a realização de seus estudos. Uma aluna até mesmo optou pela troca da licenciatura por um curso de tecnólogo que, segundo ela, todas as atividades são realizadas em sala de aula, dizendo, com isso, que não precisa de outro tempo para realizar seus estudos. Aqui fica a preocupação sobre como está a formação destes alunos para o exercício da profissão docente, estão se formando com algumas lacunas, pois o estudar é necessário. Fica a questão: Como formar um professor com qualidade?

O terceiro objetivo específico tratou de identificar as trajetórias escolares, condições institucionais que garantam a permanência dos estudantes nos cursos de licenciatura.

Quanto à realidade da trajetória escolar, no que se refere ao ensino médio, viu-se que todos cursaram escola pública na própria cidade em que residem e concluíram seus cursos na idade certa. Identificou-se também que alguns alunos tiveram reprovações no ensino médio, mas também outros com notas acima da média.

A escolha para cursar o ensino superior só foi possível com o recebimento da bolsa. Levantam como condições para a permanência de seus estudos a valorização do professor. Aqui não somente a questão referente ao salário, mas

as condições da escola, ou seja: a infraestrutura e definição de um plano de carreira.

Em relação à instituição, mesmo ela oferecendo aos alunos um programa de inclusão acadêmica e educacional, apenas 1 um aluno utilizou o serviço e os outros alunos sequer o conheciam. Manifesto aqui a nossa preocupação neste sentido, pois o programa é *para os alunos bolsistas* e, inclusive, está com todas as informações no site da Unisinos, o que mostra que realmente o aluno desconhece os serviços e benefícios que são oferecidos aos acadêmicos prounistas e também a instituição terá que verificar quais as formas efetivas de comunicação com os seus estudantes.

A universidade disponibiliza uma atividade chamada Ensino Propulsor. É um serviço para auxiliar os alunos em seus estudos no que refere-se às disciplinas de português, matemática, física e química. Nem os alunos com dificuldades em português utilizaram o serviço, que oferecido gratuitamente pela universidade.

Neste grupo de alunos estudados, apenas 1 foi bolsista de iniciação científica. Ele valorizou bastante esta experiência, realizada no Programa de Pós-Graduação em Linguística. Nesse sentido, pode-se dizer que relação com a trajetória na universidade é permeada de dificuldades, devido aos fatores tempo e deslocamento. A relação deles com a universidade se dá na sala de aula com os professores e com os colegas.

O quarto e último objetivo era identificar como o coordenador do curso de licenciatura acompanha a evasão dos alunos prounistas. A discussão do tema evasão permeia por todos os coordenadores, sendo uma preocupação deles reter seus alunos. A coordenação não conhece os alunos prounistas do seu curso específico, pois não recebe nenhuma identificação destes. O fato de não conhecerem é apontado como um fator que pode, sim, levar o aluno a abandonar o curso, pois muitos não procuram a coordenação para conversar sobre o curso, currículo e, muitas vezes, realizam suas matrículas sem orientação.

Os coordenadores não estão acompanhando a evasão do curso (ou cursos) que coordenam e, neste momento, não participam de nenhum fórum de discussão sobre a temática evasão, mas apenas de alguns eventos realizados pela Unidade de Graduação.

Em relação ao acompanhamento do aluno, eles adotam as orientações gerais da universidade no que se refere ao excesso de faltas, sendo realizado um contato com os alunos. O não conhecimento dos alunos prounistas e dos índices de evasão foram identificados no momento em que o coordenador não recebe a informação do número de alunos bolsistas, desconhecendo quais os alunos que abandonaram o seu curso.

Mas também existe, por parte dos alunos, um constrangimento de apresentar-se com o bolsista. Isto ficou comprovado nas entrevistas realizadas, quando perguntei para os alunos se eles informaram seus respectivos coordenadores de que iriam abandonar o curso. Infelizmente nenhum procurou a coordenação.

Uma das formas de acompanhamento de evasão pode ser realizada nas Atividades Acadêmicas do primeiro semestre, mas precisamente nas atividades acadêmicas introdutórias – que têm como um de seus objetivos fazer conhecer a profissão e também onde se realiza uma socialização da universidade, em que são apresentados aos alunos os principais serviços disponíveis para eles, sendo importante também um acompanhamento do aluno em todo o seu percurso acadêmico.

Os coordenadores relatam a importância de se dialogar sobre esta temática. Com uma proposta para a permanência, identificam primeiramente a importância de ter a orientação de matrícula para os ingressantes prounistas de uma revisão de currículo, dar um enfoque na profissão no primeiro semestre, qualificar a comunicação dos serviços. Isto porque eles mencionam a existência de serviços e setores que podem dar apoio aos alunos, quando se encontram em situação de vulnerabilidade. O ProUni é visto pelos coordenadores como um importante programa de inclusão acadêmica do governo federal e, também, como uma oportunidade de egresso aos estudantes no ensino superior.

A partir dos dados analisado, concluo que o objetivo geral da presente tese em identificar e analisar as causas/os motivos que levam os alunos prounistas dos cursos de licenciaturas a se evadirem de seus cursos também foi atendido, na medida em todos os objetivos específicos foram também atendidos.

Posso afirmar que as causas de evasão dos alunos prounistas nas licenciaturas a partir da escuta dos sujeitos são *multifatoriais*, estando entre elas

questões socioeconômicas, principalmente para a manutenção dos estudos, pois ficou evidenciado que somente a bolsa para o pagamento das mensalidades não garante para este perfil de aluno a conclusão de seus estudos. Isto porque eles precisam de dinheiro para aquisição de livros, lanches e para pagar transporte – e mesmo fotocópias (xerox) – dos textos didáticos.

Estão também entre as causas as dificuldades no processo de aprendizagem, como a falta de tempo para a realização de seus estudos, algumas lacunas vindas do ensino médio, o que, em alguns casos, levou o aluno a reprovações, podendo – até mesmo – perder a bolsa caso não atinja os 75% de aprovação.

O abandono da licenciatura também pode estar associado à precarização da profissão de professor. Ter bolsa de estudos não necessariamente constitui para o aluno da licenciatura a garantia para permanecer na universidade, haja vista os discursos deles que revelam a necessidade de precisarem buscar recursos financeiros para se manterem estudando.

A caminhada da presente tese oportunizou conhecer o cenário da educação superior que, nos últimos anos, vem em fase de expansão, onde o número de alunos matriculados vem aumentando e em que o ProUni, como um programa de inclusão, está oportunizando ao estudante do ensino da escola pública a oportunidade de cursar uma graduação. Mas, mesmo com este programa governamental, a evasão se faz presente na educação superior. Faz-se necessário seguir adiante e buscar alternativas para que a educação e a formação de professores sejam qualificadas e os índices de evasão reduzidos.

6.1 SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS

Como recomendação de estudo, proponho dar-se continuidade à temática *evasão* na educação superior, principalmente com estudos que possam servir de tomada de decisões tanto em nível institucional quanto em nível de contribuição para com as políticas educacionais de governo.

Em relação ao ProUni, merece ainda a realização de estudos de evasão específicos com os alunos bolsistas. Entendo que estudar a evasão dos prounistas pode contribuir para a avaliação desta política pública.

Por fim, continuar os estudos sobre as licenciaturas buscando estudar a história de vida dos alunos prounistas com sucesso, e pesquisando com estes sujeitos como conseguiram realizar a conclusão de seu curso e como se encontram no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES MAZOTTI, Alda Judith. A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria (org.). **A bússola do escrever: Desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis/ São Paulo: editora UFSC/Cortez Editora, 2002.
- AMARAL, Liliane Maria Belo. **Causas da Evasão discente no curso de filosofia de uma instituição pública de ensino superior**. Brasília. 2009.51p. Monografia (Especialização Gestão Universitária) Universidade de Brasília – Faculdade de Economia. 2009. 51p.
- AMARAL, Nelson Cardoso. Os recursos financeiros aplicados nas universidades federais nos governos de FHC e Lula e um olhar sobre a qualidade. In: CUNHA, C;SOUZA, J, V; SILVA,M.A (orgs.).**Universidade e Educação Básica: Políticas e articulações possíveis**. Brasília: Liber Livro – Faculdade de Educação da UnB, 2012. p.315-341.
- ARANHA Antônia Vitória Soares, SOUZA João Valdir Alves. As licenciaturas na atualidade: nova crise? **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 50, p. 69-86, out./dez. 2013. Editora UFPR.
- ARRUDA Ana Lúcia Borba. **Políticas da educação superior no Brasil: expansão e democratização: um debate contemporâneo Espaço do Currículo**, v3, n.2, p. 501 -510 –set de 2010 a Março de 2011.
- ASSUMPÇÃO, Eracilda da.Planejamento e Avaliação – uma interlocução necessária. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.) **Avaliação em Larga Escala: foco na escola**. São Leopoldo: Oikos; Brasília, Liber Livro, 2010.
- BAGGI Cristiane Aparecida dos Santos, DORACI Alves Lopes. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, nº 2, p. 355-374, jul. 2011.
- BALL, Stephen J. MAINARDES, Jefferson (orgs). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011
- BALL, Stephen. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem fronteiras**. v. 6, nº 2, p. 10-32, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/ball.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.
- BARDAGI, Marucia Patta. **Evasão e comportamento vocacional de universitários: Estudo sobre o desenvolvimento da carreira na Graduação**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Porto Alegre. 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Universidade e educação básica: Lugares e sentidos da formação de professores. In: CUNHA, Célio; SOUZA José, V; SILVA, Maria Abádia (orgs.). **Universidade e Educação Básica: Políticas e articulações possíveis**. Brasília: Liber Livro – Faculdade de Educação da UnB, 2012. p.179-197.

BLAZUS, Cleber Augusto. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo no curso de Ciências Contábeis**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Tese. (Doutorado em Engenharia de Produção).

BONETI, L. W.; GISI, M.L. **As desigualdades sociais e as políticas de acesso à educação superior no Brasil**. In: EYNG, A. M.; GISI, M. L. Políticas e gestão da educação superior: desafios e perspectivas. Unijuf: Ijuí, 2007.

BORGES, Maria Creusa de Araújo. A visão da educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 26, n 2, p.325-341, mai./ago.2010.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON Jean-Claude. **Os Herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: ed. Da UFSC, 2014.172.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. IN: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI. **Escritos da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 p.45.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos**: a experiência da partilha através da pesquisa em educação. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em: 20 jan.2015.

BRASIL. Lei nº 9.394. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL/MEC/SESU. Secretaria de Educação Superior/Ministério da Educação. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília, 1996/97. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001613.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2011.

CABRERA, A. F., Pérez Mejías, P. y López Fernández, L. (en prensa). Evolución de perspectivas en el estudio de la retención universitaria en los EEUU: Bases conceptuales y puntos de inflexión. Pilar Figuera (Editora). **Persistir con éxito en la universidad**: de la investigación a la acción. Barcelona: Editorial

Laertes. Disponível em: <<http://www.education.umd.edu/Academics/Faculty/Bios/index.cfm?URLID=cabrera>>. Acesso em: 20 dez 2014.

CASTRO, Alexandre Kurtz Santos Sisson. **Evasão no Ensino Superior: Um Estudo no Curso de psicologia da UFRGS**. 2012. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul Programa de Pós Graduação em Psicologia. 2012.

CATTANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: Democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Revista Educar**, Curitiba, nº 28, p. 125-140, 2006. Editora UFPR.

CONAE. Anais da Conferência Nacional de Educação: Conae 2010: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação. **Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação**. Brasília: MEC, 2010. CONAE. Conferência Nacional de Educação. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf>. Acesso em: 16 out. 2011.

CUNHA Célio. A Universidade e a crise de qualidade da educação básica. In: CUNHA, C; SOUZA, V; SILVA, M.A (orgs.). **Universidade e Educação Básica**: Políticas e articulações possíveis. Brasília: Liber Livro – Faculdade de Educação da UnB, 2012. p.1 a 25.

DELEUZE, Gilles; FOUCAULT, Michel. Os Intelectuais e o Poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008. p. 69-78.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p.1223-1245, dez.2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-73302010000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 nov. 2011

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e Avaliação**: entre a ética e o mercado. Florianópolis; Insular, 2002.

DIAS, Elaine Dal Mas, MONFREDINI Ivanise; e ROGGERO Rosemary (org). **Educação, trabalho, formação e subjetividade**. São Paulo: Xamã, 2010.

DIAS, M.F.S.; SOUZA, S.C.; SEARA, I.C. (Org). **Formação de professores**: experiências e reflexões. 1ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, v.1, p.65-76, 2006.

DOURADO Luiz Fernandes (org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020)**: avaliação e perspectivas. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011. 2.ed.

DOURADO, Luiz Fernandes, OLIVEIRA João Ferreira. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedes**, Campinas vol. 29, nº 78, p.

201-215, maio/ago. 2009-201. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. A Formação de professores e a base nacional: questões e proposições para o debate. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Brasília, v.29, nº2, p. 367-388, mai/ago.2013.

FERES Júnior, João; Daflon, Verônica; Campos, Luiz Augusto. **A ação afirmativa no ensino superior brasileiro** (2011). Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, 2011, p. 1-20.

FERREIRA, José Angelo et al. O Estado da arte sobre o Programa Universidade Para Todos (Prouni). In DIAS, Elaine Dal Mas, MONFREDINI Ivanise, e ROGGERO Rosemary (org). **Educação, trabalho, formação e subjetividade**. São Paulo: Xamã, 2010.

FIALHO, Monica Maria Lima. **Evasão no Ensino Superior Privado: Um estudo de Caso na Faculdade Santo Agostinho**. – Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará Programa de Pós Graduação em Economia. Fortaleza, 2008.

GARGANTINI Daniela; ZAFFARONI, Cecília. **Políticas e Sistema de autoavaliação e gestão da responsabilidade social universitária na AUSJAL**. Tradução: Nélcio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

GATTI, Bernardete. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, nº 113, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 fev.2015.

GATTI, Bernardete Angelina. (Org.). **O trabalho Docente; Avaliação, Valorização, Controvérsias**. SP; Autores Associados: São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

GATTI, Bernardete Angelina. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte** / Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto e Marli Eliza Dalmazo de Afonso André. – Brasília: UNESCO, 2011.

GATTI, Bernardete Angelina. Valorização da Docência e a avaliação do trabalho docente; o papel da avaliação participativa em um contexto institucional In GATTI, Bernardete Angelina (Org). **O trabalho Docente; Avaliação, Valorização, Controvérsias**. SP; Autores Associados: São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas **Educação Sociedade**, Campinas, v. 31, nº 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010 1355. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

GENTILI PABLO. O direito à Educação e as dinâmicas de exclusão na América latina. **Revista de Ciência da educação Centro de Estudos Educação e Sociedade**, v.30, nº 109- São Paulo: Cortez; Campinas: Cedes 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GISI, Maria Lourdes. (2006). A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, nº 17, p. 97-112.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista**

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Numes. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação Sociedade**, Campinas, v. 33, nº 118, p. 171-190, jan.-mar. 2012.

HASS, Célia Maria, LINHARES Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, nº 235, p. 836-863, set./dez.2012.

HOPPEN, Norberto. Avaliação de artigos de pesquisa em sistemas de informação: proposta de um guia. In: **XXI Encontro anual da Anpad** (1997: Angra dos Reis). Anais Eletrônicos. Rio de Janeiro: ANPAD, 1997.

ILIBRANTE, Janete. **A Reforma da Educação Superior nos governos FHC e Lula e a formação para a cidadania**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, 2008.

INEP/MEC. **Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2013**. Brasília: INEP, 2014

IPEA. **Assistência Social Percepção sobre pobreza: causas e soluções** 21 de dezembro de 2011.

KIPNIS, Bernardo. Universidade e políticas de educação básica no marco do Plano Nacional de Educação –PNE 2011-2020. In: CUNHA, Célio;SOUZA José, V; SILVA, Maria. Abádia (orgs.). **Universidade e Educação Básica: Políticas e articulações possíveis**. Brasília: Liber Livro – Faculdade de Educação da UnB, 2012. p.93-98.

LIBÂNIA, Nacif Xavier. A construção social e histórica da profissão docente uma síntese necessária. Brasil. **Revista Brasileira de Educação** v. 19 nº 59 out.-dez. 2014 RJ Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n59/02.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

LIMA, Vânia Marques. **Percepções de estudantes de primeiro período sobre o serviço educacional: análise empírica de uma IES privada na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia e Finanças IBMEC. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibmecrj.br/sub/RJ/files/VANIA%20MARQUES.pdf>>. Acesso em: 14 març. 2014.

LIMENA, Maria Margarida ([et al.] (Org.). **Prouni e Inclusão Social**. São Paulo: Xamã, 2011.

MARTINS, Cleides Beatriz Nogueira. **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior**. Pedro Leopoldo, 2007.

Dissertação. (Mestrado em Administração). Fundação Dr. Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo, Minas Gerais.

MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2010**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/documentos/2010/censo_2010.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2011.

MELO Lira Átila de. **Avaliação do Programa ProUni na Faculdade Santo Agostinho Fortaleza**. 2010. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed.- São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, nº 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgo/s/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acesso em: 26 dez. 2014.

NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI. **Escritos da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Universidade de Lisboa. 1992. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

NÓVOA, António (org). **Profissão Professor**. 2ed- Portugal: Porto Editora, 2003.

OLIVEIRA Adão Francisco. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In:**Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**”, organizado por Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França, Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

OLIVEIRA Adriana Rivoire Menelli, SILVEIRA André Stein. **Acesso e permanência: desafios à problemática da evasão na educação superior do Brasil**.2014. Disponível em: <http://www.alfaguia.org/www-alfa/images/ponencias/clabesl/ST_3_Politica_Planificacion/15_RivoireA_AcessoPermanencia.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

OLIVEIRA, A. F. de (Org.);PIZZIO, Alex(Org.); FRANÇA, George (Org.). **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologia e política**. 01. ed. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010. v. 01.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Sobre o alcance teórico do conceito “exclusão”. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 4, nº1, jan./ jun. 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/52/1726>>. Acesso em: 15 maio 2011.

OLIVEIRA, Soares Christiane Assis; ASSIS, Pies Luciene Lima de.**Evasão e repetência: um estudo sobre os cursos de licenciatura nos If.IV Seminário de**

Iniciação Científica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG. - Inhumas, 16 e 17 de setembro de 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/64-349-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

OLIVEN, Arabela Campos Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil **Revista Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, nº 1 (61), p. 29-51, jan./abr. 2007

OZGA, Jenny. **Investigação sobre Políticas Educacionais: Terreno de contestação**. Porto – Portugal: Porto Editora, 2000.

PACIEVITCH Thais. **Políticas de acesso e permanência no ensino superior: as experiências de uma bolsista do ProUni**. ANPAE, 2011 artigo 520.

PEREIRA, Ednaldo S.Filho. **Perfil de jovens universitários bolsistas ProUni: Um estudo de caso Unisinos**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2011.

PEREIRA, J.E.D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Educação e Sociedade**, ano XX, (68), p. 109-125, 1999.

PERRENOUD, Philippe. Profissionalização do professor e desenvolvimento de ciclos de aprendizagem. Cad. Pesq., São Paulo, nº 108, nov. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741999000300001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 fev. 2015.

PIMENTA, Selma Garrido (org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2008. 6ª edição.

PINTO, Marialva Linda Moog. **Qualidade da Educação Superior e o ProUni: Limites e possibilidades de uma política de inclusão**. 2010 Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Programa de Pós-Graduação em Educação 2010.

REIS, Ana Maria. **Democratização do acesso e políticas afirmativas na Educação Superior**. 2008. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) Universidade de Sorocaba. Programa de Pós Graduação em Educação 2008

RIBEIRO, M. A. **O projeto profissional familiar como determinante da Evasão Universitária: um estudo preliminar**. Universidade de São Paulo. SP. 2005.

RISTOFF, Dilvo I. **Universidade em Foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis, Insular, 1999.

ROCHA, Maria Aparecida Marques. **Processo de Inclusão Ilusória: o Jovem Bolsista Universitário**. Jundiaí, Paco Editorial: 2011.

SANTOS Boaventura Souza, FILHO, Naomar de Almeida. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova.** Coimbra 2008.

SANTOS Jocélio. Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 93, n. 234, [número especial], p. 401-422, maio/ago. 2012.

SANTOS Jocélio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, nº 234, [número especial], p. 401-422, maio/ago. 2012.

SANTOS, Bettina Steren, ANDOIN Jesus A. Garcia, MOROSINI Marília Costa. (org) **Una visión integral del Abandono**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. A universidade no século XXI: para uma universidade nova. Coimbra: 2008. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>>. Acesso em: 19 de janeiro 2015.

SAVIANI, Dermalva. O Plano de Desenvolvimento da educação: Análise do Projeto do MEC. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, SP, v. 28, nº 100 – Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

SENA, Eni de Faria. **Estímulo, acesso, permanência e conclusão no Ensino Superior de alunos bolsistas do Programa Universidade para todos. (ProUni)** Contribuições para Enfrentamento do processo de inserção. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo-PUC/SP, 2011.

SILVA FILHO, Roberto L. L.; MOTEJUNAS, Paulo. Roberto; HIPÓLITO, O.; LOBO, Maria. Beatriz. Carvalho. M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, nº 132, p. 641-659, set./dez., 2007.

SPELLER, Paulo. Marcos da Educação superior no cenário mundial e suas implicações para o Brasil. In: João Ferreira de Oliveira; Afrânio Mendes Cattani; João dos Reis Silva Junior.(org). **Educação superior no Brasil**: em tempos de internacionalização. São Paulo: Xamã, 2010 p. 13-28.

THURLER, Monica Gather PERRENOUD Philippe. Cooperação entre professores: a formação inicial deve preceder as práticas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 357-375, maio/ago. 2006.

THURLER, Monica Gather; PERRENOUD, Philippe. Cooperação entre professores: a formação inicial deve preceder as práticas. **Cad. Pesquisa**, São Paulo v. 36, nº 128, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 fev. 2015.

TINTO, V. **Classrooms as communities**: exploring the educational character of student persistence. *Journal of Higher Education*. Ohio, v. 68, n. 6, p. 19-32, 1997. Disponível em: <<http://www.ohiostatepress.org/Journals/JHE/jhemain.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

TONTINI, Gérson; WALTER Silvana Anita. Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos? Ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, nº 1, p. 89-110, mar. 2014.

UNISINOS. **Resolução do CONSUN nº 018/2004** que aprova o projeto político-pedagógico institucional dos cursos de licenciatura desta universidade. São Leopoldo, 2004.

UNISINOS. **Resolução do CONSUN nº 027/2012** que aprova alteração do regime da Unidade acadêmica de graduação desta Universidade. 2012.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. **Missão e perspectivas, 2012-2013**: plano de desenvolvimento institucional: projeto pedagógico institucional. / [organização Suzana Salvador Cabral Gianotti]. – São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2012.

VALLE, Rosamaría.(org). **Política Nacional e Gestión Institucional**. Estudio sobre Políticas Nacionales sobre el abandono en la Educación Superior en los países que participan en el Proyecto ALFA GUIA DCI-ALA/2010/94 Maio, 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Document o%20S%C3%ADntesis%20Proyecto%20GUIA.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Document%20o%20S%C3%ADntesis%20Proyecto%20GUIA.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

VITELLI, Ricardo Ferreira. **Evasão em cursos de licenciatura**: perfil do evadido, fatores intervenientes no fenômeno. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: Planejamento e Métodos; tradução Ana Thorell; revisão técnica Claudio Damascena. 4. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

APÊNDICE A - Roteiro da Entrevista com Alunos Evadidos

Dados do Entrevistado

1. Data de Nascimento
2. Sexo
3. Estado civil
4. Residência
5. Com quem reside
6. Trabalha ou não
7. Dados da escolaridade (onde estudou o ensino médio, se teve reprovações)
8. Hábitos culturais
9. Tem acesso à internet

Dados Grupo Familiar:

10. Escolaridade dos pais(pai, mãe)
11. Os pais trabalham

Dados da Vida Acadêmica

12. Como se deu a escolha pelo ProUni
13. O que motivou a escolha pela licenciatura
14. Ano de ingresso no Curso de licenciatura
15. Número de semestres cursados na licenciatura
16. Número de créditos cursados,
17. Você teve reprovações
18. Turno do curso
19. Como você se organiza e qual a forma que realizava seus estudos
20. Como você avalia seu processo de aprendizagem (tempo para estudar, dificuldades e facilidades)
21. Como se deu sua interação com a coordenação e professores do curso
22. Você procurou ajuda na instituição? Você informou à coordenação que irão abandonar seu curso
23. O que levou você abandonar o curso de licenciatura
24. Que ações deveriam ser feitas para sua permanência no Curso de licenciatura

Questões relacionadas ao ProUni

25. Como você avalia o ProUni como programa de inclusão proposto pelo Governo Federal

26. Que outras colocações você gostaria de fazer visando a contribuição para esse estudo

**APÊNDICE B - Roteiro da Entrevista com os Coordenadores de Curso
e/ou Professor**

1. Nome do Curso que coordena
2. Você também ministra alguma atividade acadêmica
3. Como você acompanha a evasão dos alunos da licenciatura
4. Existem ações de combate à evasão no Curso
4. Como coordenadora de curso (coordenação) e possível identificar as causas que levaram a evasão alunos prounistas a abandonarem seu curso
5. Os alunos informam à coordenação que irão abandonar seu curso
6. Como você avalia o ProUni enquanto programa de inclusão proposto pelo Governo Federal
7. Que ações você sugere para a permanência do aluno nas licenciaturas
8. Você percebe diferença entre os alunos pela forma de ingresso: ProUni e Vestibular?
9. Existe algum fórum de discussão em relação à evasão e o aluno prounista?

APENDICE C - Termo de Consentimento

Meu nome é Cleonice Silveira Rocha, sou Assistente Social e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e estou realizando uma pesquisa cujo objetivo é identificar e analisar causas/motivos que levam os alunos prounistas dos cursos de licenciaturas a se evadirem de seus cursos e a efetividade do ProUni enquanto política pública é. A professora doutora Flávia Werle é a orientadora da minha tese de Doutorado.

Caso concorde em participar desta pesquisa, você vai deverá assinar o aceite do termo de consentimento livre e esclarecido, informando o seu consentimento. O termo de consentimento livre e esclarecido será apresentado e assinado em duas vias (uma cópia ficará com o participante da pesquisa e outra com o pesquisador). A pesquisa será qualitativa e você irá participar através de uma entrevista com um questionário semiestruturado (roteiro em anexo). Todos os dados dos participantes serão sigilosos. Caso os resultados desta pesquisa sejam divulgados em artigos científicos, congressos, seminários ou outras formas de apresentação, serão de maneira geral, preservando os nomes dos participantes.

A sua participação é voluntária e não tem nenhum custo financeiro. Em caso de dúvidas, estaremos à disposição para esclarecê-las. Os telefones para contato são: (51) 91330234 ou pelo e-mail Nice@unisin.br

Assinatura do pesquisador

Eu _____ (nome do participante), CPF _____, declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa e aceito participar de forma voluntária do estudo.

_____, de _____ 2014.

Assinatura do (a) participante

APÊNDICE D - Termo de Autorização da Instituição

Ao (À) Magnífico Reitor

Nesta Universidade

Solicitamos a autorização para a realização da pesquisa de doutorado intitulada “POR QUE ELES ABANDONAM? EVASÃO DE BOLSISTAS PROUNI DOS CURSOS DE LICENCIATURAS”

A pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar causas/motivos que levam os alunos prounistas dos cursos de licenciaturas a se evadirem de seus cursos. A pesquisa é de cunho qualitativa e terão como sujeitos os coordenadores de curso, gerente da licenciatura e os alunos evadidos de seus respectivos cursos. Em relação aos sujeitos os mesmos serão convidados a participar como voluntários a fim de contribuir com os estudos de evasão. Informo que não haverá identificação dos sujeitos da pesquisa e os mesmos assinarão o termo de consentimento para participação.

Atenciosamente

Doutoranda

Cleonice Silveira Rocha